

**ECOS DA TERCEIRA ONDA PENTECOSTAL: OS DESDOBRAMENTOS NAS
AÇÕES EDUCACIONAIS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)**

PEDRO HENRIQUE CAETANO FIGUEIRA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
(UENF)

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

MARÇO - 2024

**ECOS DA TERCEIRA ONDA PENTECOSTAL: OS DESDOBRAMENTOS NAS
AÇÕES EDUCACIONAIS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)**

PEDRO HENRIQUE CAETANO FIGUEIRA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Garcia Pinho

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

MARÇO - 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

F475 Figueira, Pedro Henrique Caetano.

Ecoss da terceira onda pentecostal : os desdobramentos nas ações educacionais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) / Pedro Henrique Caetano Figueira. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

101 f.

Bibliografia: 97 - 101.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientador: Leandro Garcia Pinho.

1. Comissão Pastoral da Terra. 2. Ações Educacionais. 3. Pentecostalismo. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

PEDRO HENRIQUE CAETANO FIGUEIRA

**ECOS DA TERCEIRA ONDA PENTECOSTAL: OS DESDOBRAMENTOS NAS
AÇÕES EDUCACIONAIS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)**

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro, como parte das exigências
para obtenção do título de Mestre em
Políticas Sociais.

Aprovado em,

Banca Examinadora



Prof. Dr. Leandro Garcia Pinho (Ciência da Religião - UFJF) - Orientador
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof.^a Dr.^a. Shirlena Campos de Souza Amaral (Ciências Sociais e Jurídicas -UFF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Fábio Py Murta de Almeida (Teologia – PUC-RJ)

Prof. Dr. Paulo Jonas dos Santos Júnior (Planejamento Regional e Gestão da
Cidade – UCAM)
Centro Universitário São José de Itaperuna

Prof. Dr. Robert Daibert Júnior (História – UFRJ)
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

MARÇO - 2024



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Centro de Ciências do Homem

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, como presidente da banca da banca de defesa final de Dissertação do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS-UENF) que a ata de defesa e a folha de aprovação de Dissertação Mestrado de Pedro Henrique Caetano Figueira foram aprovadas pelos membros da banca impossibilitados de assinar presencialmente o documento, membros estes a saber: Prof.^a Dr.^a. Shirlena Campos de Souza Amaral, Prof. Dr. Fábio Py Murta de Almeida, Prof. Dr. Paulo Jonas dos Santos Júnior e Prof. Dr. Robert Daibert Júnior. Declaração esta emitida conforme RESOLUÇÃO COLAC/UENF Nº 28 DE 10 DE A GOSTO DE 2023 QUE ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA ASSINATURA DE ATA DE APROVAÇÃO E FOLHA DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO E TESE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PRESIDENTE DO COLEGIADO ACADÊMICO - COLAC DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF (Processo nº SEI260009/002221/2023).

23 de maio de 2024, Campos dos Goytacazes-RJ

Leandro Garcia Pinho
Professor Associado
ID Nº 20993986



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Garcia Pinho, Professor**, em 23/05/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php ?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **75288658** e o código CRC **038C295E**.

Referência: Processo nº SEI-260002/002873/2024

SEI nº 75288658

Avenida Alberto Lamago, 2000, - Bairro Pq. Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28013-602 Telefone: - www.uenf.br

Declaração 75288658

SEI SEI-260002/002873/2024 / pg. 1

Dedico este trabalho aos meus falecidos avôs, Joaquim Figueira e Djalma Oliveira, católicos fervorosos e camponeses que de sol a sol retiraram o sustento de suas famílias através da agricultura familiar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as graças alcançadas, pela proteção de Nossa Senhora das Graças no traslado Natividade x Campos dos Goytacazes. No decorrer desses 24 meses, em vários momentos pensei em desistir, pelo cansaço, pelas horas e horas em cima da minha moto para cumprir os créditos. Sinto que todo o esforço valeu a pena, sinto que tudo que vivi foi necessário para meu crescimento intelectual, mas também para o meu amadurecimento nas estradas da vida.

Esse processo foi necessário, todavia, não seria possível se não tivesse ao meu lado todo este tempo a minha companheira, meu amor e minha melhor amiga, dedico esta dissertação também a ela, que nos momentos mais difíceis esteve ao meu lado, acreditou em mim quando nem eu mesmo acreditava. Foi luz quando eu era escuridão.

Agradeço também minha família, meus pais e minha irmã, que não mediram esforços em erguer as mãos quando eu precisei. Por acreditarem em mim, por intercederem em orações, minha família foi minha base. Meu pai, da enxada fez um professor, da foice fará um Mestre.

Uma pessoa de extrema importância neste processo foi meu amigo e ex-orientador, Prof. Paulo. Foi ele que me apresentou o ensino superior, a pós-graduação *strictu sensu*. Obrigado Professor, obrigado por acreditar em mim, obrigado por me apresentar este mundo que até então não conhecia.

Por fim gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Leandro Garcia Pinho, que com toda paciência (muita), guiou-me, orientou-me, mostrou-me os caminhos. Obrigado por aceitar este desafio e obrigado pelos “puxões de orelhas”.

“Cada um lê com os olhos que tem e interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto”.

Leonardo Boff

RESUMO

FIGUEIRA, Pedro Henrique Caetano. **ECOS DA TERCEIRA ONDA PENTECOSTAL: OS DESDOBRAMENTOS NAS AÇÕES EDUCACIONAIS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)**. Campos dos Goytacazes, RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2024.

O presente trabalho tem por objetivo analisar conceitualmente, sob suporte historiográfico e teológico, os impactos da terceira onda pentecostal nas ações educacionais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), desta forma, iniciaremos o trabalho elaborando uma afinsa contextualização histórica pertinente ao tema abordado na pesquisa. É sabido que o século XX representou para a sociedade civil uma verdadeira ameaça, os fatos históricos que antecederam o Concílio Vaticano II trouxeram crises nos aspectos sociais e econômicos, nesta toada os fatos históricos que antecedem o evento conciliar de 1963 inauguraram um momento de incertezas, pois a grande crise civil ocasionada pelas grandes guerras, a pandemia da gripe espanhola e a crise de 1929 culminaram também em uma profunda crise religiosa com fortes desdobramentos no catolicismo ocidental. Por este motivo a Igreja Católica convoca o Concílio Vaticano II como uma tentativa de apaziguar os ânimos e iniciar o processo que os católicos europeus chamaram de “atualização” ou “*aggiornamento*”. O cenário agrário brasileiro na década de 1970 era desolador, com grandes latifúndios movidos a mão de obra análoga à escravidão e uma profunda concentração de terras agricultáveis, neste contexto, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) emergiu como uma pastoral vinculada à Igreja Católica, um órgão de assessoramento aos movimentos sociais que lutavam por reforma agrária. O contexto da Ditadura Militar era agressivo para o campesinato, que, sem terras para produzir, eram submetidos a trabalhos de longas horas sem qualquer seguridade social. Identificamos desta forma, que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em sua essência, foi ativa no campo educacional como militância progressista pelo direito à terra, tendo como respaldo e fomento a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – a instituição responsável pelo catolicismo em terras brasileiras. Nesta toada é possível identificar a atuação efervescente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) logo após sua criação, elaborando trabalhos de mobilização da classe camponesa, articulando junto a representatividades políticas locais e principalmente por meio de ações educacionais como uma forma de emancipação do indivíduo. Todavia, o pentecostalismo já estava enraizado em terras brasileiras, em um movimento pautado na terceira onda, atuando no campo e no meio urbano, somou forças ao campo político, promovendo relevantes impactos no imaginário das lutas progressistas dos assentamentos que eram assessorados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na luta por direitos através da reforma agrária. Esta pesquisa identifica que a pauta progressista da CPT, utilizando como ferramenta a Teologia da Libertação, angaria forças concomitantes à estruturação da Teologia da Esperança conquistando, também, seu espaço. Por fim, esta pesquisa identifica que o processo de pentecostalização do meio rural no Brasil culminou em desdobramentos nas ações educacionais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), visto que, as características do pentecostalismo e os movimentos da Igreja Católica em muitos aspectos culminaram em um processo de engendração.

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra; Ações Educacionais; Pentecostalismo

ABSTRACT

FIGUEIRA, Pedro Henrique Caetano. **ECHOES OF THE THIRD PENTECOSTAL WAVE: DEVELOPMENTS IN THE EDUCATIONAL ACTIONS OF THE PASTORAL DA TERRA COMMISSION (CPT)**. Campos dos Goytacazes, RJ. North Fluminense State University Darcy Ribeiro – UENF, 2024

The present work aims to conceptually analyze, under historiographic and theological support, the impacts of the third Pentecostal wave on the educational actions of the Pastoral Land Commission (CPT). . It is known that the 20th century represented a real threat to civil society, the historical facts that preceded the Second Vatican Council brought crises in social and economic aspects, in this regard, the historical facts that preceded the 1963 conciliar event inaugurated a moment of uncertainty as The great civil crisis caused by the great wars, the Spanish flu pandemic and the 1929 crisis also culminated in a profound religious crisis with strong repercussions on Western Catholicism. For this reason, the Catholic Church convenes the Second Vatican Council as an attempt to calm tempers and begin the process that European Catholics called “updating” or “aggiornamento”. The Brazilian agrarian scenario in the 1970s was bleak, with large large estates driven by labor similar to slavery and a deep concentration of arable land. In this context, the Pastoral Land Commission (CPT) emerges as a pastoral linked to the Church Católica, an advisory body for social movements fighting for agrarian reform. The context of the Military Dictatorship was aggressive for the peasantry, who, without land to produce, were subjected to long hours of work without any social security. We identify in this way that the Pastoral Land Commission (CPT), in its essence, was active in the educational field as progressive activism for the right to land, having as support and promotion the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB) – the institution responsible for Catholicism in Brazilian lands. In this vein, it is possible to identify the effervescent action of the Pastoral Land Commission (CPT) shortly after its creation, carrying out work to mobilize the peasant class, coordinating with local political representatives and mainly through educational actions as a form of individual emancipation. However, Pentecostalism was already rooted in Brazilian lands, in a movement based on the third wave, acting in the countryside and in the urban environment, it added forces to the political field, promoting relevant impacts on the imagination of the progressive struggles of the settlements that were advised by the Pastoral Commission of Land (CPT) in the fight for rights through agrarian reform. This research identifies that the progressive agenda of the CPT, using Liberation Theology as a tool, gathers forces concomitantly with the structuring of the Theology of Hope, also conquering its space. Finally, this research identifies that the process of Pentecostalization of rural areas in Brazil culminated in developments in the educational actions of the Pastoral Land Commission (CPT), since the characteristics of Pentecostalism and the movements of the Catholic Church in many aspects, culminated in a process of engendering.

Keywords: Pastoral Land Commission; Educational Actions; Pentecostalism

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD: Assembleia de Deus

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CPP: Conselho Pastoral dos Pescadores

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CCB: Congregação Cristã do Brasil

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ICAR: Igreja Católica Apostólica Romana

EUA: Estados Unidos da América

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TL: Teologia da Libertação

MST: Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
TEMA.....	13
OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	15
METODOLOGIA	16
1. A ERA DOS EXTREMOS: O MUNDO EM EBULIÇÃO	18
1.1 A GRAVE CRISE CIVIL E SEUS IMPACTOS NO CATOLICISMO ROMANO	18
1.2 O CONCÍLIO VATICANO II: RESPOSTA IMINENTE DA IGREJA SOBRE À GRAVE CRISE CIVIL DO SÉCULO XX	37
2. A NOVA LÓGICA PROTESTANTE NO BRASIL: AS ONDAS PENTECOSTAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS	45
2.1 AS ONDAS PENTECOSTAIS: PENTECOSTALISMO CLÁSSICO BRASILEIRO, DEUTEROPENTECOSTALISMO E NEOPENTECOSTALISMO	47
2.2 REFLEXÕES SOBRE AS ONDAS PENTECOSTAIS NO BRASIL (1910-1980)	53
3. PONDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA PRODUTIVO AGRÁRIO NO BRASIL NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985)	58
3.1 AS CONSEQUÊNCIAS DO MODELO PRODUTIVO AGRÁRIO DO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO (1964-1985).....	59
3.2 REFLEXÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL SOB A ÓTICA DA ECOTEOLOGIA	65
4. A IGREJA CATÓLICA PROGRESSISTA: AS RAÍZES DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)	72
4.1 AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs) E A INFLUÊNCIA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	72
4.2 CRIAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: OBJETIVO E FOCO	83
4.3 AÇÕES EDUCACIONAIS NA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: PREMISSAS E DESENVOLVIMENTO	88
4.4 DESDOBRAMENTOS DA PENTECOSTALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NAS AÇÕES EDUCACIONAIS DA COMISSÃO PASTORAL TERRA (CPT).....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

TEMA

O século XX representou para as religiões cristãs um cenário de profunda crise, esta crise foi decorrente da péssima relação humana e pela profunda crise humanitária que a sociedade civil foi inserida. A Primeira Guerra Mundial, a grave crise sanitária, a maior crise do capitalismo na história em 1929 e a segunda guerra mundial. Este contexto histórico representou para a humanidade um cenário desolador, com fortes impactos e desdobramentos nas diferentes ramificações cristãs (Hobsbawm, 1995).

A Igreja Católica, inserida neste contexto tanto geográfico quanto social e econômico, viu-se em uma profunda crise, uma grave crise religiosa. Esta crise se desdobrou em esvaziamentos das igrejas, crise de vocação no sacerdócio, profundas críticas aos seus posicionamentos conservadores, por muitas vezes, a Igreja Católica era taxada de retrógrada, ultraconservadora, medieval e atrasada. Em decorrência desta profunda crise, a Igreja Católica, já na segunda metade do século XX e ao meio da grande crise advinda da guerra fria, convocou o Concílio Vaticano II, avançando em seu processo de atualização. Os documentos da Igreja Católica abriram faces e novas perspectivas para a maior instituição cristã do planeta, fazendo com que o processo de atualização construísse importantes pontes no campo pastoral, culminando na criação estratégica, institucionalizada em comissões e conselhos pastorais abertas a teologias mais progressistas (Alberigo, 2006).

Com a consolidação da terceira onda pentecostal, o meio rural começou a ser ocupado pelas igrejas desta ramificação cristã, este aparato tornou tanto o meio urbano quanto o rural, um local propício ao avanço pentecostal. O avanço pentecostal, em suma, deu-se através da profunda desigualdade social, alavancada pelo desemprego, pela fome e miséria no meio urbano e rural. Nesta toada, o preenchimento deste vazio se deu através da teologia da esperança, uma importante teologia capaz de preencher em vários aspectos, a péssima perspectiva trazida pelo sistema do capital no Brasil (Mariano, 2004).

Ocorria no Brasil o golpe militar de 1964, que culminou no aprofundamento das desigualdades no campo e na cidade. Através deste aparato um profundo

investimento do capital financeiro iniciou-se através do financiamento do Estado ditatorial para o processo de modernização do campo. Este processo foi conceituado por Lustosa (2012) como uma modernização conservadora, em que as máquinas substituiriam a mão de obra dos posseiros e camponeses. Este forte investimento em modernização do campo culminou na expulsão dos posseiros e camponeses de seus locais de trabalho no campo. O cenário pós-modernização foi desolador, os latifúndios mecanizados e focados na exportação das *commodities* culminaram na organização da classe trabalhadora do campo. Este impacto da modernização do campo gerou conflitos em várias faces e na organização dos camponeses em movimentos sociais que ganharam notoriedade, neste contexto surge o MST (1984), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que auxiliavam em vários aspectos na promoção e organização da classe trabalhadora no campo em ocupar locais que não cumpria a função social da terra, prevista na Constituição Federal de 1988 (Lustosa, 2012).

Como consequência dos documentos promulgados em 1965 pelo Concílio Vaticano II, ganha força na América Latina os movimentos teológicos progressistas pertencentes à Igreja Católica. Estas teologias radicais e progressistas tinham como principal foco, a libertação do povo oprimido através da interpretação do evangelho. Esta teologia, a Teologia da Libertação, culminou na criação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), no CIMI (Conselho Indigenista Missionário), no CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) e na CPT (Comissão Pastoral da Terra). Em nota, todos estes conselhos, comunidades e comissões têm por principal foco a ação, agir de forma organizada em várias frentes como órgãos de assessoramento aos movimentos sociais que lutavam por suas devidas causas (Poletto; Canuto, 2002).

A CPT, como foco desta pesquisa, atuava como um órgão de assessoramento aos movimentos sociais que lutavam por reforma agrária, este foco tornou a CPT referência neste âmbito. Como principais ações, a CPT focalizava na questão jurídica e na questão pedagógica dos assentados assistidos. Materializando-se no método pedagógico do ver-julgar-agir, a CPT promoveu diversas ações educacionais para auxiliar os camponeses na sua organização, promovendo a politização deles para melhor compreender a relação que os fizeram estar em situação sem-terra. A CPT calculou rota através de suas

reuniões em assembleias nacionais e regionais, promovendo seus trabalhos junto aos movimentos sociais que estão inseridos neste contexto. Compreendendo a relevância das ações educacionais da CPT, é possível identificar que como foco dos trabalhos desenvolvidos, a CPT atuou em frentes que convergiam com as ações do MST (Caldart, 2004). Em suma, é importante salientar que os trabalhos desenvolvidos pela CPT no campo educacional eram exclusivamente desenvolvidos nos assentamentos, este processo de amadurecimento de suas ações se intensificou ainda mais a partir da década de 1980, pelo surgimento do MST.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) age, em suma, através de sua perspectiva ecumênica, por institucionalização do Concílio Vaticano II. Esta atuação ecumênica da CPT construiu pontes no decorrer da segunda metade do século XX, permitindo o diálogo com outras ramificações cristãs. Este fator materializou o trabalho da CPT em convergência com diversas outras matrizes teológicas, sem prejudicar suas ações de forma pragmática junto aos movimentos sociais que ela assessora. É possível, através deste estudo, identificarmos que o ecumenismo promulgado no Vaticano II abriu portas para a engendração de outras teologias, incluindo as teologias pentecostais. Este aspecto fez com que as ações educacionais não somassem somente a perspectiva institucionalizada da ICAR, mas também fez com que a terceira onda pentecostal com a teologia da prosperidade e a teologia da esperança, engendrasse os aspectos progressistas da teologia da libertação.

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Objetivo Geral:

Avaliar as conexões entre o método das ações educacionais desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o processo de engendração com as teologias pentecostais.

Objetivos específicos:

Analisar os desenvolvimentos das ações educacionais da CPT através de seu método pedagógico;

Esboçar a relação entre a CPT e sua perspectiva de engendração de fatores;

Descrever os desdobramentos da terceira onda pentecostal e seu processo de engendração às ações educacionais desenvolvidas na Comissão Pastoral da Terra (CPT).

METODOLOGIA

Em primeiro momento, esta pesquisa fez um levantamento bibliográfico dos principais estudos que desenvolvem o tema em questão. Foi possível, através desta etapa da pesquisa utilizar como contextualização histórica a obra desenvolvida por Eric Hobsbawm (1995), na qual ele esboça os devaneios e incongruências do século XX, a grave crise civil e seus impactos e desdobramentos.

Para melhor compreensão do que representou o Concílio Vaticano II, sua motivação e conclusão, este estudo utiliza o historiador Giuseppe Alberigo (2006), em sua obra “Breve História do Concílio Vaticano II”, o presente autor data as principais decisões conciliares e suas premissas de forma detalhada, focando os desdobramentos do processo de atualização que a ICAR passou de 1962 a 1965.

Ainda neste escopo, para compreender a chegada do pentecostalismo no Brasil, seu modo de expansão e ação, utilizamos o conceito de Mariano (2001), em que ele aborda as ondas pentecostais e seus impactos na sociedade brasileira. Assim também, este estudo se debruça sobre a obra de Santos Júnior (2020) e os resultados de pesquisa do Professor Oliveira (2016), nos quais é possível identificarmos a importância da teologia da esperança como premissa fundamental do estudo do pentecostalismo no Brasil.

Através da obra de Poletto e Canuto (2002), identificamos a abordagem da Comissão Pastoral da Terra (CPT), suas principais ações educacionais e seu método pedagógico na abordagem do tema aos assentados. É importante salientar que os trabalhos desenvolvidos por estes autores nos proporcionaram uma importante perspectiva para compreender o processo de engendração dos trabalhos educacionais desenvolvidos pela CPT com as teologias pentecostais.

Outras duas obras se destacam neste estudo, Caldart (2004) e Lustosa (2012) salientam o contexto histórico da ditadura militar no Brasil, utilizando o conceito da modernização conservadora, que culminou na expulsão dos

camponeses e posseiros, institucionalizando a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Em segundo momento, esta pesquisa utilizou de uma afinsa análise documental que partiu do acesso aos documentos disponibilizados pelo Vaticano (1965) que relacionam a profundidade pastoral do Concílio Vaticano II. Também foi necessário utilizarmos, como levantamento documental, os relatórios disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra (2010) e pela CNBB (2014).

As análises dos dados levantados através da bibliografia e de nosso levantamento dos documentos disponibilizados nos proporcionaram identificar a forte relação ecumênica presente na CPT, que não apenas construiu pontes com outras ramificações cristãs, como também engendrou suas ações educacionais na perspectiva do método pedagógico do ver-julgar-agir.

1. A ERA DOS EXTREMOS: O MUNDO EM EBULIÇÃO

Este capítulo percorrerá os impactos do século XX na principal instituição religiosa da Europa, pois, é possível identificarmos que os fatos históricos ocorridos trouxeram fortes desdobramentos, visto que a Igreja Católica se localiza no coração da Europa. (Rifan, 2014).

Ao apontar este aspecto, é impossível falar da principal instituição religiosa da Europa sem abordar os fatos ocorridos na primeira metade do século XX. A Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra, a grande depressão de 1929, os regimes totalitários europeus, o holocausto, as experimentações socialistas europeias acompanhadas de revoluções populares (Hobsbawm, 1995). Este contexto trouxe um aparato econômico e social desastroso que com toda a certeza desembocaria em uma crise sistêmica no seio da Igreja Católica Apostólica Romana (Alberigo, 2006).

A Igreja Católica por tempos abordou as discussões da sociedade pautada unicamente em seus dogmas de fé e doutrinas, quase que irredutível, por isso ficou conhecida na Europa por ser uma instituição extremamente conservadora e pouco aberta às discussões no tempo em que recorre às discussões.

Desta forma, abordaremos as cíclicas crises existentes no século XX e seus desdobramentos na Igreja Católica, pois, esta instituição religiosa milenar, de tradição e influência política e social na Europa - não sairia ilesa das incongruências e tensões provocadas pelos horrores das guerras mundiais.

1.1 A GRAVE CRISE CIVIL E SEUS IMPACTOS NO CATOLICISMO ROMANO

Ao abordar o século XX, compreendemos as peripécias e incongruências dos fatos históricos que ocorreram. Para muitos, o século XX representou não apenas rupturas e radicalismos, mas também, incertezas, indecisões e medo. Diante destas nuances, o século XX ficou reconhecido como o século mais violento da história.

Eric Hobsbawm (1995) pontua:

Não foi o fim da humanidade, embora houvesse momentos, no curso dos 31 anos de conflito mundial, entre a declaração de guerra austríaca à

Sérvia, a 28 de julho de 1914, e a rendição incondicional do Japão, a 14 de agosto de 1945 – quatro dias após a explosão da primeira bomba nuclear – em que, o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu muito distante. Sem dúvida houve momentos em que talvez fosse de esperar-se que o deus ou os deuses que os humanos pios acreditavam ter criado o mundo e tudo o que nele existe estivessem arrependidos de havê-lo feito (Hobsbawm, 1995, p.30).

Dentre as principais consequências das guerras mundiais é possível identificar vários fatores, a primeira é o massacre de civis e militares envolvidos geograficamente com o conflito, a segunda é a forte crise de infraestrutura visto o potencial destrutivo, a terceira é a grave crise civil – social e econômica – que causaram desdobramentos destrutivos no pós-conflito e, conseqüentemente, causaram impactos que perduraram por décadas (Hobsbawm, 1995).

Por mais que a humanidade tenha sobrevivido quase que intacta ao século XX, as chagas das terríveis consequências tornaram o panorama muito delicado. No decorrer dos eventos, a crise sanitária, social, civil e econômica não propiciou apenas as camadas civis – o campo religioso também sofreu consequências abruptas, sendo necessário, posterior ao furacão das grandes guerras a necessidade de se reinventar (Mérida, 2016).

Seguindo a lógica destrutiva da guerra, através do olhar dos que realmente sofreram, o século XX ficara marcado como o século da destruição, genocídio, fome e miséria. Neste contexto histórico a percepção dos que conviveram com o fato aqui abordado, era que os anos que precederam a guerra total eram tempos melhores.

Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos – inclusive a geração dos pais deste historiador, ou pelo menos seus membros centro-europeus – se recusaram a ver qualquer continuidade com o passado. “Paz” significava “antes de 1914”: depois disso veio algo que não mais merecia esse nome. Era compreensível (Hobsbawm, 1995, p.30).

Mediante estes fatos é relevante salientar a perspectiva negativa dos que conviveram com as ruínas, algo compreensível. Se até 1914 havia uma relativa paz entre as potências, seria difícil considerar que o mundo ao meio das grandes guerras seria algo compatível com uma realidade que flerte com a paz. A provocação à reflexão se dá pelo abismo que a humanidade, com seus graus de representatividade nas camadas políticas, enfiou-se. Neste sentido a percepção

dos que conviveram com a grande crise social do século XX foi se aprofundando e se desdobrando em caráter melancólico (Hobsbawm, 1995)

É necessário abordar não apenas a grave crise civil, social e econômica no século XX que assolou principalmente os países imperialistas europeus. A partir de 1918, já ao apagar das luzes da Primeira Guerra Mundial, a sociedade se viu em outro poço, a crise sanitária. Uma grave doença respiratória estava começando a acometer soldados nas trincheiras da guerra - a gripe espanhola chegava para intensificar a destruição da vida humana (Nelfeld, 2020).

A gripe espanhola fora considerada a maior tragédia sanitária da história, não apenas por seu poder de proliferação e infecção, mas também pelo contexto histórico a qual ela se insere (Nelfeld, 2020).

Estima-se que a doença afetou quase um terço da população mundial, que era de menos de 2 bilhões de pessoas, e vitimou por volta de 2,5% dos indivíduos acometidos. Em termos numéricos, cerca de 500 milhões de pessoas foram infectadas e em torno de 40 a 100 milhões foram a óbito, números muito superiores aos observados na Primeira Grande Guerra, que oscilaram entre 10 a 20 milhões de mortes (Nelfeld, 2020, p. 213).

Não é possível analisarmos as lógicas das guerras se não citarmos a pandemia que assolou não apenas a Europa, mas também os países ditos periféricos. A gripe espanhola (como assim ficou conhecida) propagou-se principalmente nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial e por consecutivas mutações genéticas tornou-se extremamente agressiva, em um contexto que os sistemas de saúde mundo afora estavam sobrecarregados e passando por problemas quanto ao desabastecimento acarretando um cenário desolador, engatilhando uma crise sanitária que gerou fortes reflexos em todas as camadas da sociedade civil (Nelfeld, 2020).

A inexistência de antibióticos e vacinas, as condições de miséria, pobreza e desnutrição da população e a falta de organização sanitária prejudicaram enormemente o controle e o tratamento da enfermidade. A dificuldade de comunicação com a população que, na maioria das vezes, só era possível através da imprensa, era um importante fator agravador da situação. Os esforços de controle se restringiam principalmente a mediações não farmacológicas como uso de máscaras, higiene e limpeza pessoal, quarentenas, confinamentos, limitações e/ou proibições de reuniões públicas e procissões, velórios, funerais e enterros que, se ocorressem, deveriam ser rápidos e restritos a um pequeno número de participantes. Para os transportes públicos, apesar de serem ainda muito incipientes, foram propostas desinfecções de bondes, embarcações e

veículos que transportassem pessoas de forma aglomerada (Nelfeld, 2020, p.215).

A gripe espanhola passou por três ondas que acometeram a sociedade civil e militar (estávamos em um contexto de guerra, em 1918). A literatura que se debruçara sobre a origem do vírus, deu uma origem asiática, desta forma, sob nenhuma hipótese é possível afirmar que a Primeira Guerra é a causadora do vírus – porém, podemos afirmar que o contexto da guerra acelerou a transmissão, sobrecarregando os sistemas de saúde que já não estavam saudáveis devido às nuances e demandas que uma guerra causa (Nelfeld, 2020).

A gripe foi registrada oficialmente pela primeira vez em março 1918 em um acampamento militar na cidade de Kansas, Estados Unidos, já ao fim da Primeira Guerra (Nelfeld, 2020).

Nessa data, pela manhã, Albert Gitchell, o cozinheiro do campo, deu baixa na enfermaria com queixa de febre, cefaleia e odinofagia. Algumas horas depois, em torno de meio dia, mais de 100 pessoas tinham ocorrido à enfermaria com os mesmos sintomas. A partir de então, houve uma rápida propagação da doença entre os militares e a população civil da localidade. Em abril, a Gripe já era epidêmica em zonas urbanas centrais e costeiras do leste dos Estados Unidos de onde embarcavam as tropas americanas em direção aos portos franceses para ajudar os países aliados da Tríplice Entente (França, Grã-Bretanha e Rússia), que estavam em guerra contra a Alemanha desde 1914 (Nelfeld, 2020, p.213).

É importante salientar que a primeira onda, por motivos ainda desconhecidos, não representou a fase mais agressiva da doença. Ainda sim se considera que a lógica pandêmica estava em curso e a fase mais complexa e desafiante da doença estava sendo engatilhada como uma verdadeira guerra, que também deveria ser travada, desta vez, não como nação *versus* nação, mas nações contra o vírus (Nelfeld, 2020).

A segunda onda representou a pior fase da pandemia, o grau de agressividade da doença era alto e o contágio estava acelerado devido à ausência de políticas públicas de conscientização da sociedade civil. As nações que estavam em guerra não faziam questão de passar informações essenciais de conscientização para a população, mesmo quando já estavam cientes dos surtos nos quartéis, nos acampamentos militares e nas trincheiras – o motivo era para se evitar um clima de pânico generalizado acarretando o aprofundamento da crise militar. Esta postura dos governantes trouxera um cenário um tanto quanto

desafiador, que iria posteriormente mostrar-se mais letal que a própria guerra (Nelfeld, 2020).

No mês de julho, a doença parecia ter perdido força, mas, em meados de agosto, uma segunda onda surgiu com maior capacidade de contágio e letalidade do que a anterior. Os sintomas estavam relacionados a uma pneumonia de surgimento rápido, seguida de morte em 48 horas. Especula-se que essa segunda onda tenha iniciado em portos de pelo menos três países banhados pelo Atlântico: Estados Unidos (Boston), França (Brest) e Serra Leoa (Freetown). Essa onda, provavelmente, foi decorrente do transporte naval de tropas militares que albergavam o vírus desde os campos de batalha europeus e acampamentos hospitalários que concentravam grande quantidade de doentes. A partir desses locais portuários, a doença explodiu para todos os continentes, com exceção da Antártida e de locais isolados como a Ilha de Santa Helena, uma colônia inglesa no Atlântico Sul (Nelfeld, 2020, p.213).

Nesta segunda onda, não somente o contágio estava acelerado, mas também o grau de letalidade da doença, desta forma, a maior parte das mortes pela Influenza Espanhola ocorrera nesta fase pandêmica (Nelfeld, 2020). Após um processo de desaceleramento da segunda onda, foi possível identificar que as pessoas que haviam sido curadas do vírus, desenvolviam uma imunidade natural, fazendo com que ao tempo que os picos de letalidade chegavam a patamares altíssimos, posteriormente ocorria o arrefecimento da crise pandêmica (Nelfeld, 2020).

Após este processo de arrefecimento da segunda onda, a Primeira Guerra Mundial estava no apagar das luzes. Em novembro de 1918, quando as tropas estavam rumo às suas nações de origem, estoura a terceira onda da pandemia (Nelfeld, 2020).

Com o fim da Primeira Guerra, em novembro, houve o retorno das tropas aos seus países de origem e, na Austrália, onde a pandemia tinha sido contida pela imposição, no continente, de forte quarentena, com o regresso dos soldados, foi desencadeada uma terceira onda da pandemia, que se expandiu da Austrália para outras regiões, principalmente no hemisfério sul, acometendo um grande contingente de pessoas e se estendendo de fevereiro a maio de 1919 e, em alguns lugares, até 1920. Essa terceira onda, embora mais letal que a primeira, teve taxas de mortalidade menores quando comparada com a segunda (Nelfeld, 2020, p.214).

Esta dura realidade pandêmica trouxera questões sociais à tona, pois, em um contexto de guerra, com uma sociedade civil empobrecida e marginalizada, é possível concluir que a gripe espanhola avançou principalmente em países com estruturas ainda mais defasadas dos que estavam em guerra, o cenário era

caótico. Os cálculos posteriores mostraram que a pandemia da Gripe Espanhola era mais letal que a guerra, com um potencial de aprofundamento da crise já existente, impulsionando-a em várias camadas, desde a sanitária até a econômica (Nelfeld, 2020).

A situação era crítica por um grande número de aspectos. Dentre esses, os médicos e as autoridades públicas e sanitárias discutiam, improvisavam e impunham medidas de contenção (inclusive policial e fiscal) e prevenção, frequentemente impopulares e pouco eficientes num mundo empobrecido e faminto pela guerra, pouco instruído e com alto grau de analfabetismo, com incipiente atenção médica, pequeno e duvidoso arsenal terapêutico e pouco ou nenhum conhecimento sobre bacteriologia e virologia (ainda uma abstração), infecção e contágio. Aumentando o obscurantismo, vigia ainda a crença de que as enfermidades eram causadas pelos miasmas, odores e ar viciado, influência dos astros, castigo de Deus e outras causas sobrenaturais (Nelfeld, 2020, p.216).

A pandemia da Gripe Espanhola¹ trouxe não apenas mortes, medos e crises, mas nos convida a refletir sobre a importância do aparato estatal em momentos de crise. Neste contexto histórico percebemos que a ausência de políticas públicas no campo da saúde, pavimentou o rumo da crise ao patamar mais elevado, tornando-a ainda mais letal no campo econômico, sanitário, civil e com fortes impactos na religiosidade.

Dentro dos fatos que ocorreram e culminaram no Concílio Vaticano II, é relevante salientar a Revolução de Outubro que engatilhou a estruturação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Neste contexto, ainda estava ocorrendo a Primeira Guerra Mundial (Hobsbawm, 1995).

A revolução foi filha da guerra no século XX: especificamente a Revolução Russa de 1917, que criou a União Soviética, transformada em superpotência pela segunda fase da “Guerra dos Trinta e Um Anos”, porém mais geralmente a revolução como uma constante global na história do século. A guerra sozinha não conduz necessariamente a crise, colapso e revolução nos países beligerantes. Na verdade, antes de 1914 predominava a crença contrária, pelo menos em relação a regimes estabelecidos com legitimidade tradicional. Napoleão I queixava-se amargamente de que o imperador da Áustria podia sobreviver feliz a uma centena de batalhas perdidas, como o rei da Prússia sobrevivera ao desastre e à perda de metade de suas terras, enquanto ele próprio, filho

¹ A nomenclatura “Gripe Espanhola” foi devido à ausência de cobertura midiática em outros países, principalmente os periféricos e os que estavam envolvidos com a grande guerra (1914-1918). Estando no eixo da crise é possível perceber a situação inusitada, pois, a mídia espanhola se notabilizou por fazer a cobertura da crise sanitária, ação que nenhuma outra mídia no mundo afora desenvolvia no mesmo patamar de atuação. Por este motivo, a doença viral Influenza A H1N1 ficou conhecida como Gripe Espanhola (Nelfeld, 2020).

da Revolução Francesa, estaria em risco após uma única derrota (Hobsbawm, 1995, p. 61).

Neste momento pré-revolução, a situação da Rússia era amarga e hostil para os camponeses, os operários e a pequena burguesia. A economia era superconcentrada nas mãos das classes dominantes, a qualidade de vida da maioria da população representava a falência do sistema político russo² (Hobsbawm, 1995).

O contexto da guerra aprofundava as crises na Europa e conseqüentemente nas crises impostas às nações capitalistas - toda a miséria, concentração de renda, desemprego e os problemas sociais causados por ela poderiam engatilhar revoltas ou até revoluções, o cenário caótico aprofundava ainda a desigualdade social. Era questão de tempo para haver os levantes (Hobsbawm, 1995).

Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, “perdido o mandato do céu”. A humanidade estava à espera de uma alternativa. Essa alternativa era conhecida em 1914. Os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras em expansão de seus países, e inspirados pela crença na inevitabilidade histórica de sua vitória, representavam essa alternativa na maioria dos Estados da Europa. Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo. A Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se, portanto, tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX (Hobsbawm, 1995, p.62).

De fato, a Revolução Bolchevique não ocorreu de maneira isolada do contexto europeu, as organizações pertencentes à classe trabalhadora ganhavam mais corpo, a sensação de pertencimento a um projeto mais convincente e igualitário e o sonho de uma sociedade mais justa (Hobsbawm, 1995).

Durante grande parte do Breve Século XX, o comunismo soviético proclamou-se um sistema alternativo e superior ao capitalismo, e destinado pela história a triunfar sobre ele. E durante grande parte desse

² O czarismo foi o sistema político russo antes da revolução de outubro de 1917, pautado em um absolutismo onde era perceptível a ausência de políticas em prol da classe proletária. A Rússia era marcada por uma brutal concentração de renda e miséria, principalmente nas zonas rurais (Hobsbawm, 1995).

período, até mesmo muitos daqueles que rejeitavam suas pretensões de superioridade estavam longe de convencidos de que ele não pudesse triunfar. E – com a significativa exceção dos anos de 1933 a 1945 – a política internacional de todo o Breve Século XX após a Revolução de Outubro pode ser mais bem entendida como uma luta secular de forças da velha ordem contra a revolução social, tida como encarnada nos destinos da União Soviética e do comunismo internacional, a eles aliada ou deles dependente (Hobsbawm, 1995, p.63).

Nesta toada é importante salientar que a Revolução Russa ocasionou no globo uma nova perspectiva de paradigma social e econômico, pois, à medida que a experimentação socialista ganhava êxito, surgia pelo mundo afora novas tendências de experimentações socialistas (Hobsbawm, 1995). A Revolução Russa culminou em outras revoluções pelo globo chegando até a América Central com a Revolução Cubana que posteriormente aliou-se com a União Soviética, já na segunda metade do século XX (Ayerbe, 2004). Este aparato de consecutivas revoluções e experimentações socialistas culminou posteriormente no conflito indireto entre duas superpotências, estruturando um novo aparato geopolítico internacional, desta forma ficou evidente que a Revolução Russa não impregnou somente seus territórios, mas sim, avançou sob outras nações a sensibilidade e críticas contundentes ao sistema capitalista.

[...] a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as ideias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as consequências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos “Dez dias que abalaram o mundo” e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista. A maioria seguiu a URSS na segunda onda de revoluções surgida da segunda fase da longa guerra mundial de 1914-1945 (Hobsbawm, 1995, p.62).

Desta forma, o êxito da Revolução Russa construiu uma grande fonte de expressões populares pela política, seja através de revoltas, pouco organizadas, seja por organizações dos trabalhadores espalhados pelo globo, a semente revolucionária fora plantada em outubro de 1917. Nesta toada é palpável os impactos da Revolução de Outubro no resto do mundo, a qual ficou conhecida como um grande fato que, sem dúvidas, teria desdobramentos nos países

emergentes que tivessem uma mínima capacidade de infiltração da filosofia marxista (Hobsbawm, 1995).

[...] Os sinais vieram, altos e nítidos, de Petrogrado e – depois que a capital foi transferida para uma localização mais segura em 1918 – Moscou, e foram ouvidos onde quer que atuassem movimentos trabalhistas e socialistas, independentemente de sua ideologia, e mesmo além. “Soviets” foram formados por empregados da indústria do tabaco em Cuba, onde poucos sabiam onde ficava a Rússia. Os anos de 1917-19 na Espanha vieram a ser conhecidos como o “biênio bolchevique”, embora a esquerda local fosse anarquista apaixonada, ou seja, politicamente no pólo oposto ao de Lenin. Movimentos estudantis revolucionários irromperam em Pequim (Beijing) em 1919 e Córdoba (Argentina) em 1918, logo espalhando-se por toda a América Latina e gerando líderes e partidos marxistas revolucionários. O militante nacionalista índio M. N Roy caiu imediatamente sob seu fascínio no México, onde a revolução local, entrando na fase mais radical em 1917, naturalmente reconheceu sua afinidade com a Rússia revolucionária: Marx e Lenin tornaram-se seus ícones, juntos com Montezuma, Emiliano Zapata e vários trabalhadores índios, e ainda podem ser vistos nos grandes murais de seus artistas oficiais (Hobsbawm, 1995, p.72).

A chama das revoluções fora germinada, e na grande recessão de 1929, críticas contundentes ao sistema capitalista deram munições retóricas e econômicas para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A partir da crise de 1929, o sistema capitalista entrou em uma grande crise e o socialismo, sob liderança da URSS, tornou o eixo fundamental na corrida que culminou na Guerra Fria (Hobsbawm, 1995).

É importante salientar que os ideais marxistas não impactarão somente a sociedade civil, mas desembocarão fervorosos debates no seio da maior instituição cristã do planeta, a Igreja Católica. O Concílio Vaticano II nada mais é do que parte deste processo histórico e dos fatos ocorridos na primeira metade do século XX (Alberigo, 2006).

O contexto do abismo econômico que o sistema capitalista se viu em 1929 é a engendração de um complexo sequenciamento de acontecimentos históricos. Desde a Primeira Guerra, passando pela crise sanitária de 1918 até a quebra da bolsa em Nova York no dia 24 de outubro de 1929, nada escapa dos fatos que atormentaram a primeira metade do século XX. Desta forma, compreender a crise de 1929 e seus desdobramentos é, sem dúvidas, compreender o fio condutor da Era dos Extremos (Hobsbawm, 1995).

Após a Primeira Guerra Mundial, mais precisamente no período entreguerras, houve em seguida um colapso econômico que estremeceu as

bases do modo de produção capitalista, um sequenciamento de complexas transações, a ausência do Estado com o auge do liberalismo econômico e o contexto da Primeira Guerra Mundial e a pandemia da gripe espanhola transformaram os países metrópoles da economia global - uma recessão que se transformou em um verdadeiro tsunami para os capitalistas. Havendo a crise, nenhum governo sabia ao certo a solução, os anos sequenciais ao ano de 1929 iriam se arrastar até os fins da década de 1930 sendo a faísca perfeita para culminar na Europa as organizações totalitárias (Hobsbawm, 1995).

[...] Mas a Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado. Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de ser um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos – a Grande Depressão do entreguerras. Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la (Hobsbawm, 1995, p.91).

Não é possível falar da Grande Depressão se não partirmos do motor central de toda economia capitalista, neste sentido, a classe trabalhadora foi a mais prejudicada. A mão de obra assalariada se viu em uma profunda crise com uma forte insegurança social e a ausência do Estado para amparar através de políticas públicas. Vemos a partir deste trágico contexto, uma queda colossal da qualidade de vida da mão de obra assalariada (Hobsbawm, 1995).

Para aqueles que, por definição, não tinham controle ou acesso aos meios de produção (a menos que pudessem voltar para uma família camponesa no interior), ou seja, os homens e mulheres contratados por salários, a consequência básica da Depressão foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes, e por mais tempo do que qualquer um já experimentara. No pior período da Grande Depressão (1932-1933), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinham emprego. E, o que é igualmente relevante, mesmo a recuperação após 1933 não reduziu o desemprego médio da década de 1930 abaixo de 16% a 17% na Grã-Bretanha e Suécia ou 20% no resto da Escandinávia. O único Estado ocidental que conseguiu eliminar o desemprego foi a Alemanha nazista entre 1933 e 1938. Não houvera nada semelhante a essa catástrofe econômica na vida dos trabalhadores até onde qualquer um pudesse lembrar (Hobsbawm, 1995, p.97).

O que agravava a situação da classe trabalhadora era sem dúvidas a ausência das políticas sociais compensatórias para amortecer a grande crise

proporcionada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 24 de outubro de 1929. Não havia uma forma de seguro social que de certa forma protegesse a classe trabalhadora no desenrolar da crise. Quando havia, agia de maneira muito limitada e não abrangia de forma mais ampla a classe trabalhadora. É importante entendermos como este panorama histórico demonstra o real o motivo no qual os trabalhadores, durante o século XX, se organizaram através de cooperativas e sindicatos, sempre buscando essa base amortecida para momentos de crises em que o sistema capitalista falhasse. Em tempo, o modo de produção empresarial ou capitalista falhará de forma sistêmica, atendendo perspectivas de historiadores econômicos e economistas da corrente do materialismo histórico e dialético, incluindo o próprio Karl Marx (Hobsbawm, 1995). O entendimento da relevância das Políticas Sociais como uma forma de amenizar crises só será pensada com a inauguração da corrente de pensamento keynesiana que discutiremos logo à frente, ainda neste capítulo. Portanto, é perceptível que a ausência do Estado na proteção social da mão de obra assalariada desenvolveu um cenário desolador, transformando a grande crise de 1929 em uma verdadeira tortura psicológica para aqueles que, ainda de forma precária, sempre estiveram no mercado de trabalho, conseguindo através das fábricas desenvolver a sua subsistência (Hobsbawm, 1995).

De certa forma, ainda que tardiamente, os governos entenderam, após o aprofundamento da crise, a necessidade de criar uma série de políticas para amenizar o impacto na classe trabalhadora. O que moveu esta estratégia foi o temor em ver a radicalização das esquerdas nos grandes centros industriais, podendo transformar esta crise em uma possibilidade de queda de popularidade ou até mesmo questionamentos nocivos aos patrões, donos das indústrias ou até mesmo na classe burguesa, de forma mais ampla (Hobsbawm, 1995). Vemos a partir deste contexto, a utilização das políticas sociais como um verdadeiro extintor de crises criadas pelo modo de produção capitalista, desta forma, as políticas sociais não eram utilizadas como política emancipatória, mas sim, como um *modus operandi* para se evitar rebeliões da classe trabalhadora assalariada (Behring; Boschetti, 2011).

Desses processos complexos decorre, então, uma espécie de “contestação burguesa” do liberalismo ortodoxo, expressa principalmente

na chamada “revolução keynesiana”. As proposições de Keynes estavam sintonizadas com a experiência do *New Deal* americano, e inspiraram especialmente as saídas europeias da crise, sendo que ambas têm um ponto em comum: a sustentação pública de um conjunto de medidas anticrise ou anticíclicas, tendo em vista amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital. Mandel sinaliza que tais medidas, nas quais se incluem as políticas sociais, objetivavam amortecer a crise. Com elas, poderia existir algum controle sobre os ciclos econômicos. As políticas sociais se generalizaram nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, e também foram o resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas [...] (Behring; Boschetti, 2011, p. 71).

Seguindo esta toada da Grande Depressão (1929-1933), surge uma perspectiva importante de compreensão. É importante neste sentido, enxergar a crise pelo local geográfico que ela estoura que são os Estados Unidos da América e os países europeus no entreguerras. Porém, a situação econômica dos Estados Unidos da América era bem diferente dos demais países-metrópoles da Europa.

Eric Hobsbawm (1995, p.101) faz o seguinte esclarecimento:

[...] A situação nos EUA é parte essencial de qualquer resposta a esta pergunta. Pois se era possível responsabilizar ao menos parcialmente as perturbações da Europa na guerra e no pós-guerra, ou pelo menos nos países beligerantes da Europa, pelos problemas econômicos ali ocorridos, os EUA tinham estado muito distantes do conflito, embora por um curto e decisivo período tivessem se envolvido nele. Assim, longe de perturbar sua economia, a Primeira Guerra Mundial, como a Segunda, beneficiou-se espetacularmente. Em 1913, os EUA já se haviam tornado a maior economia do mundo, produzindo mais de um terço de sua produção industrial – pouco abaixo do total combinado de Alemanha, Grã-Bretanha e França. Em 1929, respondiam por mais de 42% da produção mundial total, comparados com apenas pouco menos de 28% das três potências industriais europeias [...]. É uma cifra espantosa. Concretamente, enquanto a produção de aço americana subiu cerca de um quarto entre 1913 e 1920, a produção de aço do resto do mundo caiu cerca de um terço [...]. Em suma, após o fim da Primeira Guerra Mundial, os EUA eram em muitos aspectos uma economia tão internacionalmente dominante quanto voltou a tornar-se após a Segunda Guerra Mundial. Foi a Grande Depressão que interrompeu temporariamente essa ascensão.

Outro fator importante para compreender o impacto dos EUA na economia global é a sua função de credor durante as guerras mundiais e após as mesmas. Com a falência de economias metropolitanas da Europa, os EUA se tornaram o principal incentivador na reestruturação dos principais países europeus, com exceção da Alemanha que sofria sanções com o Tratado de Versalhes. A globalização deu aos EUA um papel centralizador na economia ocidental, que no momento da crise de 1929, mostraram toda a sua fragilidade, desencadeando em uma crise capitalista jamais vista desde a estruturação nas relações do modo de

produção na Revolução Industrial, deste modo, é importante salientar a relevante participação estadunidense nos principais motores econômicos e suas influências na geopolítica considerando seu papel na economia capitalista global no contexto da guerra mundial e no entreguerras. Tratava-se do país com maior potencial de produção de ferro do planeta, chegando ao patamar de 42% da exportação de produtos industrializados. De fato, era uma potência esmagadora no contexto pré-crise. Ainda nesta toada, EUA não era apenas o principal exportador, mas também o principal importador.

Eric Hobsbawm (1995, p.102) esclarece:

[...] Importavam quase 40% de todas as exportações de matérias-primas e alimentos dos quinze países mais comerciais, um fato que ajuda muito a explicar o desastroso impacto da Depressão de trigo, algodão, açúcar, borracha, seda, cobre, estanho e café [...]. Pelo mesmo motivo tornaram-se a principal vítima da Depressão. Se suas importações caíram 70% entre 1929 e 1932, suas exportações caíram na mesma taxa. O comércio mundial teve uma queda de quase um terço entre 1929 e 1939, mas as exportações americanas despencaram para quase a metade.

Somadas à relevância dos Estados Unidos no mercado internacional é possível identificar outro fator agravador que influiu a crise. A situação da Alemanha com o Tratado de Versalhes que a colocou como a única culpada pela guerra³. Este Tratado obrigou a Alemanha a pagar valores astronômicos aos demais países envolvidos na Primeira Guerra Mundial. Ao contrário do que Jhon Maynard Keynes⁴ pregava, o Tratado adotou uma postura ríspida à recuperação econômica da Alemanha, fazendo-a pagar em papel-moeda:

[...] Na verdade, obrigaram a Alemanha a recorrer a pesados empréstimos, de forma que as reparações que foram pagas vieram dos empréstimos maciços (americanos). Para seus rivais de meados da década de 1920, isso parecia ter a vantagem extra de fazer a Alemanha incorrer em profunda dívida, em vez de expandir suas exportações para equilibrar sua balança externa. E de fato as importações alemãs subiram às alturas. Contudo, todo o arranjo, como já vimos, deixou tanto a Alemanha quanto a Europa extremamente sensíveis ao declínio dos empréstimos americanos, que começou mesmo antes da crise e a suspensão completa de empréstimos americanos após a crise de *Wall Street* em 1929 (Hobsbawm, 1995, p.103).

³ Posteriormente o Tratado de Versalhes demonstrou seu poder de combustão, a ascensão do Terceiro Reich que desembocou na Segunda Guerra Mundial (Keynes, 2002);

⁴ Para Jhon Maynard Keynes (2002) a subordinação econômica da Alemanha aos demais países envolvidos traria problemas no processo de globalização da economia, desta forma, atrasaria a superação da crise pós-guerra;

Todo este aparato econômico irá ruir na fatídica data de 24 de outubro de 1929, desta forma a estratégia europeia e norte americana irá desmoronar como um prédio sem base formada. Seguindo ainda esta perversa lógica de imposição, a Alemanha irá insurgir com um movimento de extrema-direita que provocará algo muito maior, o nazifascismo, que encontrou seu hospedeiro no Tratado de Versalhes e a Crise de 1929 (Hobsbawm, 1995).

Partindo agora da perspectiva econômica, é necessário abordar dois modos que não se contrapõe, pelo contrário, eles se convergem na necessidade de explicar em números o que fez o mundo sucumbir no dia 24 de outubro de 1929. Nas páginas anteriores foi necessário esboçar o contexto político do entreguerras e o papel dos EUA no período, que já representava uma figura central no modo de produção capitalista. E partindo desta premissa, os EUA não tinham como principal papel, apenas o político, já que era ele quem de certa forma auxiliava os países ocidentais com empréstimos, mantimentos e matéria prima – mas também a centralidade econômica, já que o país em questão detinha uma parte considerável das exportações e importações. A primeira premissa econômica do motor propulsor da crise veio justamente pelo descolamento dos EUA dos demais países ocidentais. Era perceptível que ele não era tão dependente como os outros da política internacional, pois, os EUA em momentos de crise tinham potencial de produção interna para atender suas demandas, ao contrário dos países europeus que dependiam de empréstimos, financiamentos e matérias-primas para se reerguerem principalmente no período pós-guerra (Hobsbawm, 1995).

Eric Hobsbawm (1995, p.104) contribui:

[...] Não precisava muito do mundo porque, após a Primeira Guerra Mundial, tinham de importar menos capital, trabalho e (em termos relativos) produtos do que nunca – com exceção de algumas matérias-primas. Suas exportações, embora internacionalmente importantes – Hollywood praticamente monopolizou o mercado de cinema internacional -, davam uma contribuição muito menor à renda nacional que em qualquer outro país industrial (Hobsbawm, 1995, p.104).

Após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos da América irão utilizar este fato como uma justificativa para dolarização dos países nas negociações internacionais, o que se intensificará na Guerra Fria e após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Outro importante fator que funcionou como um propulsor da crise se resume a uma palavra – demanda. Na década de 1910 – 1920 houve diversos “booms” dos mercados livres, ou seja, a intensificação de exportação e importação gerando altos lucros para a burguesia, todavia, estes “booms” dos mercados livres acompanhados do crescimento do PIB dos países mostraram sua vulnerabilidade a partir do momento que não conseguiram alcançar a demanda interna dos países, ou seja, a classe trabalhadora não fazia parte da divisão do lucro fazendo com que aumentasse de forma assustadora a concentração de renda dos países que se vangloriavam do *boom* dos mercados. Com os salários congelados, a classe trabalhadora, sem poder de compra, não fazia a economia nacional girar de forma autossustentável. O resultado deste fator era a superprodução em massa, um razoável consumo, longe do suficiente e a especulação que engolia a classe burguesa que era detentora dos meios de produção. O fator demanda, sem dúvidas, foi o agravador da crise e também a principal consequência para o surgimento das teorias keynesianistas que irá bombar no decorrer do século XX, principalmente na solução de crises econômicas (Hobsbawm, 1995).

Com o estouro da crise econômica a solução paliativa encontrada pelos EUA foi a concessão de empréstimos para a classe consumidora, o que deixou a economia estadunidense ainda mais vulnerável, já que o que se viu foi a compra massiva de bens de consumo duráveis como carros e imóveis fazendo com que os empréstimos não fossem o suficiente para aquecer o mercado consumidor de alimentos. Desta forma a única saída encontrada foi um planejamento através do plano *New Deal* elaborado por F.D Roosevelt que demorou um tempo para causar efeitos, mas quando iniciou de forma mais estruturada conseguiu amortecer a crise até a retomada da economia estadunidense a partir da segunda metade da década de 1930 (Hobsbawm, 1995).

É possível identificar diversos fenômenos sociológicos consequentes da Grande Depressão de 1929-1933. Destes diversos fenômenos vale destacar a profunda crise que o liberalismo clássico adentrou, sofrendo diversas críticas por suas fragilidades que ficaram escancaradas. Em contrapartida foi possível identificar o nascedouro de duas alternativas, ambíguas, porém em alta. Nesta perspectiva é possível observar a elevação das ideias socialistas aos patamares

mais elevados, visto que a crise na URSS não fez efeito prático algum, ou se fez foi pouco perceptível. Ainda assim a URSS virou neste contexto histórico a referência econômica europeia (Hobsbawm, 1995).

Outro fenômeno importante que ganhou força após a crise 1929 foram, sem dúvida, as teorias econômicas e políticas levantadas pelo economista britânico John Maynard Keynes⁵. Este importante economista consegue esboçar em seu ideário uma nova perspectiva capitalista como uma solução não revolucionária⁶ - descrevendo de forma, neste contexto assertiva, o papel do Estado no modo de produção capitalista (Behring; Boschetti, 2011).

[...] Na verdade, o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos de 1929-1932, o que se combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo que também se generaliza no pós-guerra, com novos produtos e processos de produção, e também por meio da indústria bélica, no contexto da Guerra Fria (Behring; Boschetti, 2011, p. 83).

Keynes acompanhou de perto os fatos históricos e as graves crises das primeiras décadas do século XX. Com a crise de 1929 por uma inoperância do modo de produção capitalista e a falência da “mão invisível do mercado”, cresce sua perspectiva de necessidade de interferência estatal em alguns graus para fomentar a economia capitalista. Junto com suas teorias, é possível identificar em Keynes a possibilidade de abertura de políticas sociais compensatórias que antes da Crise de 1929 se viam praticamente inoperantes (Behring; Boschetti, 2011).

[...] Segundo Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. A política keynesiana, portanto, a partir da ação do Estado, de elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu*. São eles: a planificação indicativa da economia, perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção da relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais (Behring; Boschetti, 2011, p.86).

⁵ Economista que embasou o plano New Deal dos Estados Unidos, (1883-1946);

⁶ Na teoria materialista;

John Maynard Keynes invoca uma nova perspectiva no modo de produção capitalista para superar crises e estabelecer ainda um papel conciliador entre a classe burguesa e a classe proletária. Neste sentido, é de suma relevância compreender que esta matriz de pensamento norteará os países ocidentais capitalistas até surgir uma nova matriz de pensamento econômico, o neoliberalismo (Behring; Boschetti, 2011).

O período entreguerras representou para os historiadores uma perspectiva de análise que não fica descolada do que ocorreu nas primeiras décadas da “era dos extremos”. O estouro da Segunda Guerra Mundial, que se demonstra mais agressiva do que a Primeira Guerra não pelas estatísticas de vítimas, mas pelo panorama que se demonstrou um tanto quanto diferente da estruturação da Primeira Guerra. O grande ponto chave para compreender a Segunda Guerra e as suas características de continuidade da primeira, através do Tratado de Versalhes, este documento proporcionou a Alemanha um cenário desafiador, fazendo-a tornar uma espécie de colônia de expropriação capitalista dos países alinhados aos EUA. Como já foi demonstrado nesta dissertação, o tratado ao qual a Alemanha ficou submetida a fez afundar-se em empréstimos gigantescos, tornando sua economia enfraquecida e cada vez mais dependente dos seus algozes (Hobsbawm, 1995).

Outro fator que tornou a Segunda Guerra mais agressiva no campo econômico e bélico foi a inclusão do cunho ideológico o qual proporcionou a estruturação dos países do Eixo⁷ em um alinhamento que cunhava não apenas os interesses econômicos de superação ao Tratado de Versalhes, mas também as premissas do radicalismo e da extrema-direita nacionalista que sob liderança de Adolf Hitler propiciaram a perspectiva do que os historiadores chamariam posteriormente de nazifascismo (Hobsbawm, 1995).

Já na década de 1930, com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e conseqüentemente o início de um projeto de supremacia e superação à crise imposta pelo tratado, Hitler esboça não apenas sua capacidade expansionista, mas também um determinado grau de articulação na geopolítica que fez tornar a Alemanha uma nova potência econômica. O que uniu a agenda expansionista dos

⁷ Alemanha, Itália e Japão;

países que posteriormente formariam o Eixo, não foi apenas a geopolítica mundial, mas um alinhamento ideológico jamais visto desde a formação dos estados nacionais europeus (Hobsbawm, 1995).

Neste modo de operação consistente a Alemanha, Itália e Japão organizaram ataques coordenados aos territórios vizinhos, destaque para a invasão do Japão ao território chinês, a da Itália a Etiópia e a Albânia e as invasões da Alemanha à Áustria e a Tchecoslováquia. Houve pouca (ou nenhuma) resistência a estes ensaios de ocupação dos países do Eixo. Quando houve o estouro da guerra (1939-1945) propriamente dita, os países que rivalizaram com o Eixo ainda se levantavam da grande depressão de 1929, este fato fez com que as ofensivas opostas demorassem algum tempo ainda para se coordenarem de maneira mais efetiva.

Contudo, um outro fator entrelaçou os fios da política nacional numa única teia internacional: a consistente e cada vez mais espetacular debilidade dos Estados democráticos liberais (que coincidiam ser também os Estados vitoriosos da Primeira Guerra Mundial); a sua incapacidade ou falta de vontade de agir, individualmente ou em conjunto, para resistir ao avanço de seus inimigos. Como vimos foi essa crise do liberalismo⁸ que fortaleceu os argumentos e as forças do fascismo e dos governos autoritários (Hobsbawm, 1995, p.148).

Esta demora de ação dos países liberais desde quando iniciou o período de guerras civis e regionais da Alemanha a fez ganhar fôlego suficiente para conduzir sua agenda até a década de 1940 (Hobsbawm, 1995). É importante salientar que a estruturação do nazifascismo na Europa trouxe fortes críticas ao modelo de ação do campo religioso católico, muito pelo fato de que Mussolini, grande líder italiano, tinha certa aproximação com os religiosos em Roma. A Igreja Católica desta forma se encontrou em um caminho espinhoso durante a Segunda Guerra, pois a grande crise estava à sua porta (Kertzer, 2015).

Todo este panorama desolador de seguidas guerras mundiais, revoluções culturais e econômicas e a ascensão de uma ideologia genocida por essência, colocaram o mundo à beira do colapso, propiciando em várias camadas sociais as chagas e o medo. Em contrapartida as guerras mundiais trouxeram avanços

⁸ Crise de 1929

tecnológicos que há muito tempo não se via, e um misto de medo e incerteza aglutinou ao que a tecnologia começara a ganhar espaço (Hobsbawm, 1995).

Dentre as consequências da primeira metade do século XX, a grande mudança que se destaca é o cunho ideológico da função do Estado moderno. Se a partir do século XVIII o liberalismo ocupou espaços jamais vistos pós-revolução industrial, em contrapartida, com a Primeira Guerra Mundial, a crise sanitária, com a crise de 1929 e a incapacidade de organização dos países liberais para frear o nazifascismo – a mudança de paradigma social e econômico era neste contexto histórico, convicta. O *welfare state*⁹ ocupou um espaço relevante na sociedade ocidental (Hobsbawm, 1995).

Compreender este processo de crises sistêmicas na primeira metade do século XX se faz necessário pelo arcabouço de fatos que desembocaram no evento conciliar. Este pacote de crises irá se desdobrar em decisões que a partir da década de 1960 mudará os rumos da maior instituição religiosa da Europa. A Igreja Católica se vê ao meio de uma grande crise não apenas social e civil, mas também de fé, com um forte esvaziamento das paróquias, crise de lideranças interna e questionamentos relacionados aos avanços científicos e tecnológicos. O Concílio Vaticano II tomou uma responsabilidade, visto como uma resposta a esta grave crise civil/religiosa, por este motivo ganhou a nomenclatura de *aggiornamento*¹⁰ (Alberigo, 2006).

O Concílio Vaticano II foi um evento de extrema importância para a Igreja Católica, mas ainda assim não era um produto garantidor da lógica progressista que irá se instaurar na Igreja a partir da década de 1970, este assunto nós iremos desenvolver a partir dos desdobramentos e continuidades do Concílio como um fato histórico e de extrema relevância, ele representará um norte que dará o embasamento no direito canônico¹¹ na criação das Comissões Pastorais¹² com uma forte presença e atuação na América Latina (Alberigo, 2006).

⁹ O Estado de bem-estar social foi utilizado pelos estados nações na busca pela superação das crises provocadas pelo sistema capitalista predatório. Na segunda metade do século XX houve uma onda progressista keynesiana para fomentar a utilização do Estado no arrefecimento de crises. No Brasil, esta lógica solidificou-se na Constituição Federal de 1988 (CF) (Behring; Boscheti, 2011);

¹⁰ Palavra em latim que significa atualização;

¹¹ Conjunto de Leis que rege a parte institucional da Igreja Católica Apostólica Romana;

1.2 O CONCÍLIO VATICANO II: RESPOSTA IMINENTE DA IGREJA SOBRE A GRAVE CRISE CIVIL DO SÉCULO XX

Não é possível analisar a Igreja Católica como uma instituição descolada dos fatos históricos dos quais ela vivenciou. Esta importante instituição europeia nunca passou descolada de seu tempo, e em suas ações políticas de perpetuação de poder sempre se preocupou em centralizar e estar alinhada com os poderes políticos, conseqüentemente, as classes dominantes vigentes. Com este “*modus operandi*” esta instituição milenar conseguiu a influência na sociedade civil. Neste sentido, até o século XX, a Igreja Católica sempre trabalhou na angariação de forças através da política de Estado, esse modelo de perpetuação funcionou desde o seu nascimento (Funari, 2013).

Desde o Imperador Constantino no século IV, a Igreja Católica conseguiu um lugar privilegiado mediante as outras religiões que tentariam futuramente seu espaço no continente europeu. Este fato justifica o real motivo da Igreja estar localizada em Roma, coração da Europa (Funari, 2013).

Esta instituição religiosa nascida no Velho Continente logo se transformou na mais influente e com mais poder político em comparação com as demais, tudo isso devido seu modo de governar pautando-se na forte influência sobre o Estado.

Quando o Império Romano tornou-se oficialmente cristão, Igreja e Estado começaram a confundir-se. Surgido entre os pobres, o cristianismo passou a ser o alicerce do Estado romano, uma mudança radical na civilização romana ocorrida em menos de três séculos (Funari, 2013, p.132).

Esta Igreja que se remetia aos pobres e aos desfavorecidos no cristianismo primitivo logo se mostrará extremamente elitista, reacionária e pautada na sustentação de interesses escusos entre Estado e Religião. Muitos fatos na história da Igreja ocorreram depois do Império Romano do Ocidente, porém, a estrutura elementar se mostrara intacta, até a Igreja Católica conviver com o

¹² Destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Pastoral da Pesca (CPP) no Brasil;

maior cataclisma social da história europeia contemporânea¹³. Todas as crises da primeira metade do século XX mostrarão sua força também na maior instituição religiosa cristã da Europa. Um processo de esvaziamento das paróquias, aumento do ateísmo global (Mériada, 2016), as duas primeiras ondas pentecostais na América Latina (Mariano, 1996) e os avanços tecnológicos muitas vezes acompanhados também de verdadeiras revoluções culturais, um momento adverso para a Igreja Católica (Rifan, 2014). Um novo modo de interpretar o mundo era necessário até para a maior instituição religiosa do ocidente.

Diante da grande crise provocada pelos fatos históricos e sociais ocorridos na primeira metade do século XX, a Igreja Católica resolveu convocar um Concílio Ecumênico¹⁴ que provocou na instituição um processo de atualização. Nesta atualização será possível identificar diversos novos modelos de teologias e interpretações tendo como principal tentativa a ideia de resgatar, em alguns aspectos, a Igreja primitiva¹⁵ e contornar crises internas da própria Igreja (Alberigo, 2006).

Quase quatro anos foram necessários para preparar a Igreja para o 21º concílio de sua história, o primeiro em 90 anos. O original foi o concílio de Niceia em 325. O concílio de Trento foi realizado entre 1545 e 1563, sob três papas sucessivos, principalmente para enfrentar o desafio da Reforma protestante (Szulc, 1995, p.191).

O seguinte – e último – foi o Concílio Vaticano I, em 1869 e 1870, sob o Papa Pio IX, que acabou abruptamente quando o rei Victor Emmanuel II, o novo soberano italiano, ocupou Roma e expropriou as propriedades papais. Pio IX se declarou “um prisioneiro no Vaticano”. Ironicamente, o feito mais lembrado do Vaticano I sob este desafortunado pontífice foi definir pela primeira vez a infalibilidade do papa em questões de dogma. Seu comentário final teria sido que “o Concílio me declarou infalível, mas também me levou à falência” (Szulc, 1995, p.192).

Mediante a resposta da Igreja Católica com o Concílio Vaticano II, é possível identificar que a religião também se moldou aos agentes de transformações sociais e não o contrário, o fenômeno aqui abordado demonstra a

¹³ É importante salientar que na Idade Média e Idade Moderna a Igreja Católica persiste em sua influência política através da religião, porém, com a Revolução Francesa esta lógica começa a mudar;

¹⁴ Palavra que significa diálogo entre as ramificações da mesma Religião, ou seja, um diálogo entre as principais ramificações cristãs. Destaque para a Igreja Católica, Igreja Ortodoxa, Igreja Luterana e a Igreja Anglicana;

¹⁵ Uma Igreja que coloque os seus seguidores em um local de mais importância, aumentando sua participação em momentos oportunos;

necessidade da Igreja em acompanhar as transformações de seu tempo. Essas transformações foram de suma relevância para que a Igreja Católica ativasse mecanismos fundamentais para disputar espaço com o pentecostalismo, mas também conseguisse a manutenção de sua influência política conquistada há, pelo menos, mil anos (Prandi e Santos, 2015).

Na toada do século XX, a Igreja Católica vivia um panorama desafiador. Com o avanço do cientificismo, várias correntes modernistas surgiram no seio do catolicismo – esta corrente em várias situações buscava voz mais ativa na Igreja. É importante salientar que a corrente teológica modernista prezava pela adaptação da Igreja Católica aos anseios de seu tempo, sempre buscando responder os anseios e complexidades e foi durante o evento conciliar na década de 1960 que este movimento irá ganhar estrutura suficiente para influenciar nas decisões dos documentos promulgados (Mérida, 2016).

Com a entrada da década de 1960 os fatos históricos que circundavam a Igreja Católica ainda estavam se desdobrando, a Segunda Guerra Mundial já não ocorria, todavia, o conflito frio e indireto entre as duas superpotências mundiais ocorria a passos largos (Hobsbawm, 1995). Desta forma os desdobramentos da Guerra Fria também traziam para a Igreja Católica novos ares de incertezas, tanto na questão social quanto na econômica e pastoral. O Concílio Vaticano II ocorreu como uma válvula de escape às pressões sociais de seu tempo, de fato era o único mecanismo encontrado pelo catolicismo para alcançar novos rumos e tentar frear o avanço de seus algozes – o pentecostalismo e o ateísmo.

Duas guerras mundiais e quase um século depois, foi o gênio do afetuoso João XXIII, de 77 anos, que compreendeu imediatamente após sua ascensão à Santa Sé que um concílio ecumênico era uma necessidade urgente e essencial para sintonizar a Igreja com o mundo moderno, radicalmente diferente (Szulc, 1995, p.192).

Com três meses de pontificado o Papa João XXIII decidiu convocar um novo concílio. Esse concílio teve um escopo bem definido – a tentativa da busca de artifícios pastorais para o controle e arrefecimento da crise social que fora instaurada no decorrer do século XX.

O anúncio chegou inesperado, imprevisto e surpreendente em quase todos os ambientes, dominados pelo clima da Guerra Fria entre o bloco

soviético e o bloco ocidental, e satisfeitos com um catolicismo estacionado em suas certezas (Alberigo, 2006, p.19).

O Concílio Vaticano II ganhará premissas pastorais com a formação das suas comissões – o entendimento formado de maioria progressista só será visto no decorrer das reuniões, todavia, ainda existia um relevante grupo conservador que se organizou para frear as discussões e a promulgação dos documentos (Alberigo, 2006).

A fase preparatória do Vaticano II se deu entre 1960-1962 na qual foram estruturadas as dez comissões que iriam discutir as matérias propostas. Destas comissões, a que mais se destacou é a inclusão propositiva do apostolado dos leigos, ou seja, já na fase preparatória havia a preocupação em buscar uma nova perspectiva de ação através dos fiéis comuns somando ao poder eclesiástico e hierárquico.

A exceção mais relevante com respeito a esse quadro institucional foi a inclusão entre as comissões preparatórias, além de uma comissão sobre o apostolado dos leigos – ou seja, a atividade dos cristãos comuns pela difusão do Evangelho – do Secretariado pela união dos cristãos constituído poucas semanas antes pelo papa, por sugestão de um arcebispo e do card. Bea¹⁶ (Alberigo, 2006, p.36).

O período que se enquadra entre 1960 a 1962 ficou conhecido pelas tentativas frustradas de alguns cardeais conservadores de frear as comissões progressistas.

Na falta de um plano orgânico, o trabalho preparatório – que consistia na escolha dos problemas a tratar e na redação dos textos para submeter à aprovação do concílio – fragmentou-se em milhares de temas, muitas vezes de importância secundária. Prevaleceu a orientação de resumir nos diversos projetos de decisões – em linguagem técnica “esquemas” – os ensinamentos doutrinários e disciplinares dos últimos pontífices, sobretudo de Pio XII, na convicção de que o Concílio iria sancioná-lo solenemente com sua autoridade. Previa-se de fato um desenvolvimento rápido dos trabalhos: poucas semanas, sem tensões nem áspersos debates (Alberigo, 2006, p. 37).

Nessa toada é importante salientar que a fase preparatória dos documentos se mostrou a mais importante, pois a partir dela as matérias

¹⁶ Cardeal Augustin Bea (1881-1968), de formação teológica jesuíta, foi nomeado Cardeal pelo próprio Papa João XXIII no Concílio Vaticano II, ele ficou conhecido por suas posições acerca da moral um tanto quanto conservadora, todavia, defendeu durante o evento conciliar a proposição pastoral da Igreja Católica através de lideranças leigas (Alberigo, 2006);

posteriormente foram colocadas para votação em assembleia. Não havia no Concílio Vaticano II a preocupação dos teólogos, padres, cardeais e o próprio Papa em criar dogmas ou doutrinas, mas sim, buscar artifícios retóricos e pragmáticos em responder de forma ágil e inovadora os anseios do catolicismo ocidental.

No decorrer dos dois anos da fase preparatória do Vaticano II, mais de 70 projetos foram formulados para votação, daqui saiu toda a estrutura que após esta fase foi posta à prova em assembleia solene frente aos cardeais e bispos participantes (Alberigo, 2006).

O Concílio Vaticano II se propôs ecumênico, de fato, porém é importante esboçar a nomenclatura real que o Papa João XXIII exortava. Em primeiro momento, a questão ecumênica¹⁷ difere-se totalmente da questão inter-religiosa¹⁸, pois, em nenhum momento o Concílio Vaticano II se propôs a dialogar com as religiões fora da cristandade no campo doutrinário ou teológico. O diálogo ecumênico do Vaticano II propunha-se uma aproximação entre as ramificações cristãs de maior valor, ou seja, as maiores vertentes da cristandade, principalmente as mais tradicionais ramificações protestantes, assim como a Igreja Ortodoxa do Oriente. Por esta real situação algumas lideranças protestantes e ortodoxas participaram das ações referentes a todos os cristãos (Alberigo, 2006).

Na superestrutura conciliar ficaram perceptíveis três características fundamentais de atuação que desdobrou aos documentos promulgados. A primeira é a aproximação da Igreja Católica com as demais ramificações cristãs europeias, principalmente o protestantismo e a Igreja Ortodoxa, buscando diálogos comuns e evitando a polarização, todavia, essa busca de diálogo no cunho pragmático buscava ocupar um cenário menos bélico aos algozes da Igreja Católica e buscou ser liderança ao meio à cristandade frente ao cenário inter-religioso (Alberigo, 2006).

A segunda característica fundamental é o anseio pelo cunho pastoral da Igreja Católica. No sentido pragmático, o Vaticano II buscava responder as complexidades do seu tempo não pela interlocução “doutrina-disciplina”, mas sim

¹⁷ Diálogo entre as principais ramificações cristãs ocidentais;

¹⁸ Diálogo entre várias religiões;

pela interlocução pura do evangelho. Nesta linha de raciocínio compreende-se o evento conciliar como uma força agregadora a todas as produções dogmáticas e doutrinárias que foram promulgadas em seus quase 1.500 anos de existência. Por este motivo fundamental, o Concílio Vaticano II estendeu sua disponibilidade pastoral como premissa fundamental, abrindo mão de promulgar novos dogmas e doutrinas (Alberigo, 2006).

O último ponto fundamental característico do Concílio Vaticano II foi a divisão das responsabilidades do futuro da Igreja, pois, com a promulgação do dogma da Infallibilidade Papal¹⁹ no Concílio Vaticano I (1869-1870), houve uma profunda centralização da responsabilidade dogmática e doutrinária nas mãos do sumo pontífice. No evento conciliar do século XX, o Papa João XXIII tinha a intenção de tornar os cardeais, bispos e teólogos os verdadeiros protagonistas do evento, dividindo a responsabilidade de guiar a maior instituição religiosa da Europa (Alberigo, 2006).

A preparação para o Vaticano II foi exuberante. Não só perdurou muito além da celebração do concílio como tal, mas teve características institucionais muito relevantes. O papa foi o moderador supremo, a cúria romana a protagonista; o episcopado e os teólogos, sobretudo os europeus, foram sendo consideravelmente envolvidos de maneira progressiva (Alberigo, 2006, p.44).

O encerramento do período preparatório aumentou drasticamente a expectativa do alto e baixo clero da Igreja Católica, os documentos que iriam para votação já estavam prontos e engatilhados para os possíveis calorosos debates, neste cenário iniciaria oficialmente a abertura do Concílio Vaticano II em outubro de 1962.

Finalmente, em 11 de outubro de 1962, foi celebrada a solene abertura dos trabalhos. Na cornija inegavelmente sugestiva da basílica vaticana, comprimida por alguns milhares de pessoas entre padres conciliares (1.041 bispos europeus, 956 americanos, 379 africanos, mais de 300 asiáticos, 379 italianos, grupo nacional sempre mais numeroso, que porém, constituía menos de um quinto da assembleia, isto é, um percentual bem mais limitado que nos concílios precedentes), peritos, convidados, João XXIII pronunciou o discurso inaugural que começava com as palavras “Exulta a mãe Igreja” (*Gaudet mater Ecclesia*) (Alberigo, 2006, p. 49).

¹⁹ Elaborado e promulgado pelo Papa Pio IX no Concílio Vaticano I (1869-1870), este dogma exorta que o papa em suas decisões *ex cathedra*, em comunhão com o magistério da Igreja, é infalível. A infalibilidade se justificaria pela assistência sobrenatural do Espírito Santo que o exime do erro;

Com a formação propositiva mais progressista na fase preparatória do Concílio Vaticano II, a maioria dos documentos propostos que vieram à tona tinha um cunho pragmático de atuação. De todas as Constituições e Declarações propostas, as que mais se destacaram se relacionaram à proposição pastoral da atividade leiga e da atividade evangélica. De forma pragmática o Vaticano II se estendeu de 1962 a 1965, passando por dois Papas, já que o Papa João XXIII faleceu em 3 de junho de 1963 vítima de um câncer no estômago. O novo sumo pontífice buscou seguir os trabalhos nas mesmas lógicas decisiva e organizacional das comissões da fase preparatória, desta forma, o Papa Paulo VI se destacou pelo aprofundamento da agenda progressista eclesiástica, sendo um importante mediador e articulador das constituições pastorais e principalmente da reforma litúrgica que se materializou na constituição apostólica *Sacrossanctum concilium*²⁰, que foi aprovada no dia 4 de dezembro de 1963 junto ao decreto sobre os meios de comunicação *Inter Mirifica*²¹ (Igreja Católica Apostólica Romana, 1963).

O Concílio Vaticano II teve outros dois períodos importantes e cíclicos para aprovação dos documentos, neste contexto, a abertura do terceiro período na agenda das comissões findou na aprovação de outros três importantes – o primeiro foi a constituição sobre a Igreja *Lumen Gentium*²² (Igreja Católica Apostólica Romana, 1964) e posteriormente os decretos que exortam sobre o ecumenismo cristão *Unitatis redintegratio*²³ e das igrejas orientais *Orientalium ecclesiarum*²⁴ (Igreja Católica Apostólica Romana, 1965).

Na toada das orientações pastorais vivíficas no Vaticano II, ela seguiu perceptível em todas as fases e sessões das reuniões conciliares. Desta forma é importante salientar a relevância lógica desta nova perspectiva de interpretação

²⁰ Conselho sacrossanto sobre a mudança litúrgica com a participação ativa dos féis e em língua vernácula. Essa constituição gerou um novo rito nas missas (Novus Ordu Missae ou Novo Rito da Missa);

²¹ Decreto que restabelece a perspectiva da Igreja Católica sobre o uso das comunicações sociais, principalmente a televisão e o rádio;

²² A Constituição “Luz dos povos” ou “Luz das nações” exorta sobre a autoridade da Igreja Católica como principal ramificação cristã e a autoridade apostólica;

²³ Decreto que exorta a premissa ecumênica da Igreja Católica e sua abertura ao diálogo com as principais ramificações cristãs do ocidente;

²⁴ Decreto que firma a interpretação católica de que o Papa é o sucessor direto do apóstolo Pedro, portanto Roma, em tese, seria a sede do cristianismo ocidental e oriental;

pragmática e vivência nas comunidades católicas fora dos muros da cidade do Vaticano. Neste sentido, o quarto período do Concílio teve uma atenção especial, pois foi aqui que os documentos bases de interpretação que deram fundamento à criação dos conselhos e comissões pastorais ganharam fôlego e estrutura regimentar para atuação progressiva da Igreja Católica. No dia 28 de outubro de 1965 o Concílio Vaticano II aprova os decretos *Christus Dominus*²⁵, *Perfectae Caritatis*²⁶ e por fim o decreto *Optatam totius*²⁷ e as declarações *Gravissimum educationis*²⁸ e *Nostra aetate*²⁹ (Alberigo, 2006). Nas duas sessões seguintes destacaram-se os decretos *Apostolicam actuositatem*³⁰, *Ad gentes*³¹, *Presbyterorum ordinis*³², a Constituição Apostólica *Dei Verbum*³³ e a declaração *Dignitatis Humanae*³⁴ (Igreja Católica Apostólica Romana, 1965).

As características e premissas que foram teorizadas na etapa preparatória do Concílio Vaticano II (1960-1962) foram concretizadas nos quatro períodos que se desdobraram em três anos de reuniões e debates. Esse panorama do Vaticano II esboçou um novo mecanismo de atuação da Igreja Católica, muito vinculada às futuras organizações leigas (conselhos e comissões pastorais). De fato, o Concílio Vaticano II pavimentou o caminho da Igreja Missionária propositiva, mais alerta a partir deste fato histórico aos sinais dos tempos (Igreja Católica Apostólica Romana, 1965).

O evento conciliar que provocou o processo de atualização da Igreja Católica, dando continuidade ao Concílio Vaticano I (1869-1870) promovendo o Concílio Vaticano II (1962-1965), estruturou a ordem social e pastoral da Igreja Católica (Igreja Católica Apostólica Romana, 1965). Esta perspectiva permitiu a Igreja Católica a ocupar novos espaços, criar lideranças fora da hierarquia da Igreja e conseqüentemente uma nova orientação missionária na Igreja. A resposta à crise social, que como vimos, se mostrara gigantesca na primeira metade do

²⁵ Decreto sobre a atuação pastoral dos Bispos;

²⁶ Decreto sobre a vida religiosa e missionária;

²⁷ Decreto sobre o novo modelo de formação sacerdotal;

²⁸ Declaração sobre a nova perspectiva de orientação na educação cristã;

²⁹ Declaração sobre a relevância da liberdade religiosa;

³⁰ Decreto que regulamenta o apostolado dos leigos;

³¹ Decreto que regulamenta a atuação missionária por leigos na Igreja Católica;

³² Decreto que regulamenta a nova perspectiva de atuação dos presbíteros pós crise;

³³ Constituição Apostólica que aprofundou a discussão teológica da Revelação Divina;

³⁴ Declaração que aprofunda a Doutrina Geral acerca da Liberdade Religiosa;

século XX, permitiu a Igreja Católica não apenas buscar respostas, mas pavimentou novos caminhos. Desta forma, é perceptível que a Igreja pastoral criou fortes embriões na América Latina, que, já no contexto do Vaticano II, passava pela segunda onda pentecostal que somava forças e encontrava espaços. Estas ondas pentecostais que chegara ao Brasil, em muitos aspectos, remetia a uma ameaça para a Igreja Católica. Os mecanismos criados pelo Vaticano II, proporcionando a criação dos conselhos e comissões pastorais permitiram a Igreja Católica a tentativa de reocupar o espaço que até então estava sendo perdido. O maior desafio neste panorama é como reocupar, e se o Vaticano II mostrara-se suficiente para não apenas reocupar, mas também perpetuar.

Desta forma, faz-se necessário abordar o modo de operação do pentecostalismo no Brasil e sua lógica de ocupação dos espaços que antes pertenciam a Igreja Católica - esta nova teologia que veio a surgir com aspecto multifacetado, extremamente heterogêneo e em contexto do século da Era dos Extremos, mostrará sua força não somente em suas missões religiosas e pastorais, mas também será uma perspectiva de trabalho pastoral que se somará aos aspectos de atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que se materializou nas ações educacionais e de assessoramento aos movimentos sociais que se organizaram e reivindicaram o direito à terra e sua utilização responsável.

Em suma, este trabalho identificou que as ações educacionais da CPT, juntamente com as ações pastorais pertinentes as teologias pentecostais, sofrerão um processo de engendração. Este processo ocorreu por vários fatores, que serão abordados neste estudo posteriormente.

2. A NOVA LÓGICA PROTESTANTE NO BRASIL: AS ONDAS PENTECOSTAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Como já discutimos em capítulos anteriores, a grave crise civil desdobrou em fortes impactos nas diferentes ramificações cristãs, tendo a Igreja Católica como sua principal vertente. O panorama enfrentado por ela se difere muito do pentecostalismo o qual este capítulo propõe abordar.

No contexto da crise religiosa do clero e dos fiéis católicos, o pentecostalismo se via em uma guinada que o fez conquistar espaços, principalmente no Brasil. Lugares estes, comuns ao clero católico, que após as ondas pentecostais passaram a ganhar um novo escopo do modo de abordagem e perfil religioso (Mariano, 2001).

Neste contexto, é possível identificarmos um processo que apesar de ao longo da primeira metade do século XX não ser identificado, foi a partir da análise da historiografia, décadas depois, que não passou despercebido. De fato, a partir da terceira onda do pentecostalismo brasileiro é possível identificarmos um processo gradual de mobilidade religiosa que se arrastou até a primeira década do século XXI, provocando diversas reações institucionais na Igreja Católica. Esta forte teologia que veio a ganhar fôlego, transformou-se em uma grande força institucional já a partir da segunda onda, na qual as disputas por espaços de poder e influência vieram à tona com o processo de atualização pastoral que a Igreja Católica promoveu em seu interior, ativando mecanismos de seu interesse, necessários, se analisarmos pelo campo do pragmatismo religioso (Mariano, 2001).

Usufruindo desta lógica ocorrida na segunda metade do século XX, concomitante aos desdobramentos da crise religiosa católica, o pentecostalismo em poucos anos se transformará na principal ramificação cristã protestante no Brasil, provocando uma disputa pragmática pelos espaços de poder que resultará em relatórios promovidos pela Igreja Católica, preocupada em buscar a recuperação pelos espaços de poder e influência.

Desta forma, este capítulo percorrerá pelas ondas pentecostais no Brasil, seus modos de operação, sua teologia e ações pastorais que angariaram forças e aglutinaram uma expressiva quantidade de fiéis em poucos anos. Estas perspectivas trouxeram grandes desafios para a Igreja Católica Apostólica Romana, que promoveu em contrapartida, diversos mecanismos pastorais, que apesar de haver um escopo de ação pastoral e ideológica, também se preocupava em alimentar novas perspectivas de angariações de forças no campo religioso, ativando mecanismos propostos do Vaticano II para frear o “tsunami” pentecostal.

2.1 AS ONDAS PENTECOSTAIS: PENTECOSTALISMO CLÁSSICO BRASILEIRO, DEUTEROPENTECOSTALISMO E NEOPENTECOSTALISMO

O pentecostalismo adentra em solo brasileiro na primeira metade do século XX, mais precisamente, a partir de 1910, quando chegam ao Brasil duas denominações pentecostais, a Congregação Cristã do Brasil³⁵ (CCB) e a Assembleia de Deus³⁶ (AD). Essas novas ramificações cristãs chegam ao Brasil orientadas teologicamente por um forte ideário anticatólico, expressando sua presença doutrinária nas periferias da cidade (Mariano, 1996). Este período é tratado por Ricardo Mariano (1996) com a nomenclatura “Pentecostalismo Clássico Brasileiro” e teria ocorrido de 1910 a 1950 sendo marcado por um processo lento e gradual de expansão, em um contexto de grande dificuldade dos missionários que chegaram ao Brasil devido aos escassos recursos financeiros (Santos Júnior, 2021).

A Igreja que oficialmente inaugura o cenário pentecostal brasileiro é a Congregação Cristã no Brasil. Fundada no Brasil em 1910 pelo italiano Luigi Francescon no bairro do Brás no município de São Paulo. Diferente da Assembleia de Deus que surgiu primeiro no norte do país, para somente após sua consolidação migrar para os grandes centros urbanos do Sudeste (Santos Júnior, 2021, p.45).

A primeira onda pentecostal desta forma se orientou inicialmente em duas frentes fundamentais, geograficamente, a Congregação Cristã do Brasil (CCB) aprofundou seus trabalhos missionários no estado de São Paulo e a Assembleia de Deus (AD) adentrou ao estado do Pará.

A primeira onda, chamada de pentecostalismo clássico, abrange o período de 1910 a 1950, que vai de sua implantação no país, com a fundação da Congregação Cristã no Brasil (em 1910, em São Paulo) e da Assembléia de Deus (1911, Pará), até sua difusão pelo território nacional. Desde o início estas igrejas caracterizaram-se pelo anticatolicismo, pela ênfase no dom de línguas, por radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo. Não obstante suas oito décadas de existência, ambas mantêm bem vivos estes traços. A Congregação Cristã mantém-se irremovível. Já a Assembleia de Deus, desde 1989 cindida em dois blocos, mostra-se mais flexível diante das mudanças que estão se processando no movimento pentecostal ao seu redor e na sociedade abrangente (Mariano, 1996, p.25).

³⁵ Fundada em 1910;

³⁶ Fundada em 1911;

Vale destacar a diferença no processo de ocupação da CCB (em São Paulo) e da AD (no Pará). A Congregação Cristã se destacou pelo trabalho individual de uma figura de extrema relevância, o Ir Francescon, que sem nenhum financiamento iniciou seu trabalho missionário, sem vínculo institucional (Santos Júnior, 2021). Por este motivo a CCB pode ser considerada uma ramificação protestante de característica brasileira. Outra característica marcante na CCB é a sua prioridade na ordem da fé, descentralizando o poder eclesiástico e dando voz às vivências pessoais, não dando relevância ao aspecto acadêmico do campo teológico. Esta característica permitiu a CCB ter lideranças leigas fora do campo eclesiástico, dinamizando o processo de estruturação no período do pentecostalismo clássico (Monteiro, 2010).

A princípio a CCB se estabeleceu como uma igreja para imigrantes europeus, em especial, italianos. Apenas após a Segunda Guerra Mundial a denominação adotou parâmetros para uma maior aproximação com o público brasileiro, como, por exemplo, a tradução dos hinários para a língua portuguesa (Santos Júnior, 2021, p.45).

O pentecostalismo brasileiro se destacou por seu dinamismo, sua capacidade de angariação de fiéis e engendração com a perspectiva cultural local, este processo se traduz ao que solidificou a segunda e terceira onda. Todavia, a CCB encontrou algumas dificuldades quando comparada a AD.

[...] apesar de ter sido fundada quase um ano antes que a Assembleia de Deus, e de ser semelhante a essa em alguns aspectos teológicos, a Congregação Cristã não obteve o rápido e expansivo crescimento que a denominação assembleiana alcançou em solo nacional (Santos Júnior, 2021, p.45).

Este fato se deu pela demora na abertura aos protestantes nascidos no Brasil e na profunda centralização litúrgica. Por este motivo, mesmo sendo fundada um ano depois da CCB, a AD ganhou mais força e conquistou mais espaço nas primeiras décadas em comparação com a ramificação fundada em 1910 (Mariano, 1996). Toda esta dinâmica e estrutura desembocará na segunda onda, que iremos discutir logo à frente.

A Assembleia de Deus (AD) conquistou espaços ao norte do país, mais precisamente no estado do Pará, onde conseguiu obter um relativo fluxo de fiéis, encontrando um terreno fértil para estruturação de suas doutrinas e dogmas (Mariano, 1996). A história da AD se encontra com a história pessoal de dois

missionários suecos que vieram para o Brasil após uma série de experiências pessoais (Santos Júnior, 2021). Embebidos pelo aspecto cultural europeu e estadunidense, estes missionários decidem alocar na região norte do Brasil.

Em novembro de 1909 Daniel Berg e Gunnar Vingren se conheceram na cidade de Chicago durante uma visita de Vingren ao local. No ano seguinte, Berg sentiu o desejo de fazer missões e procurou Gunnar em South Bend, Indiana, onde este era pastor de uma igreja. Durante algum tempo Daniel ficou auxiliando Vingren em seu pastorado, até que durante uma das reuniões de oração, uma pessoa disse que era para Berg seguir Vingren na missão para o Brasil. Após esses acontecimentos Berg e Vingren começaram a se preparar para a viagem ao Brasil. Em sua biografia Vingren afirma que ele e Daniel tinham poucos recursos, e o dinheiro para a viagem foi arrecadado via doação voluntária de amigos da igreja. Após chegarem a Nova Iorque os missionários compraram a passagem de navio com destino ao Pará (Santos Júnior, 2021, p.49).

Após o processo de adaptação em terras brasileiras, Daniel Berg e Gunnar Vingren iniciaram a evangelização no estado do Pará, este processo solidificou-se quando os dois entusiastas da Assembleia de Deus (AD) dominaram a língua portuguesa.

[...] depois de pouco tempo Vingren já dominava a língua local o suficiente para pregar na igreja e ensinar para os ouvintes a mensagem do batismo com o Espírito Santo. Dessa maneira, poucas semanas após a chegada desses missionários no Brasil, ao término de uma pregação na Igreja Batista, em que Vingren enfatizou que se buscado com fé o batismo no Espírito Santo, o mesmo poderia ser alcançado, alguns fiéis creram nessa palavra e começaram a fazer reuniões em busca desse batismo. Até que em uma quinta-feira, ao fim de um culto de oração, duas mulheres se reuniram para a realização de oração com intuito de receberem a promessa pentecostal ensinada pelo missionário; quando, segundo narrativas de testemunhas, por volta da 1 hora da madrugada, Celina Albuquerque falou em línguas não conhecidas pelos ouvintes, se tornando a primeira pessoa ligada à AD a receber o batismo com o Espírito Santo no Brasil (Santos Júnior, 2021, p.49).

Desta forma as duas igrejas pentecostais que inauguraram o processo de infiltração e expansão no Brasil as fizeram com um aparato bem característico do pentecostalismo, da utilização da retórica anticatólica até a utilização da experiência pessoal do fiel com a dinâmica do batismo no espírito santo³⁷. Neste período ganhou força entre os pentecostais clássicos as utilizações da

³⁷ Nos cultos pentecostais à uma ênfase no estado de transe. Neste momento do culto o fiel adormece por alguns minutos, fazendo uma alusão a um possível repouso sobrenatural da terceira pessoa da trindade cristã, o espírito santo (Mariano, 2001);

glossolália³⁸ e da xenoglossia³⁹, sendo uma característica precursora marcante nos pentecostais em seus cultos.

Ricardo Mariano (2004, p.02) faz o seguinte esclarecimento:

O pentecostalismo clássico abrange as igrejas pioneiras: Congregação Cristã no Brasil e Assembléia de Deus. A Congregação Cristã foi fundada por um italiano em 1910, na capital paulista, e a Assembléia de Deus, por dois suecos, em Belém do Pará, em 1911. Embora europeus, os três missionários converteram-se ao pentecostalismo nos Estados Unidos, de onde vieram para evangelizar o Brasil. De início, na condição de grupos religiosos minoritários em terreno "hostil", ambas as igrejas caracterizaram-se pelo anticatolicismo, por radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo. No plano teológico, enfatizaram o dom de línguas (glossolalia), seguindo a ênfase doutrinária primitiva dessa religião. A Congregação Cristã, além de permanecer completamente isolada das demais igrejas e organizações pentecostais, manteve-se mais apegada a certos traços sectários, enquanto a Assembléia de Deus mostrou, sobretudo nas duas últimas décadas, maior disposição para adaptar-se a mudanças em processo no pentecostalismo e na sociedade brasileira.

Este importante acontecimento deu origem inicialmente a Igreja Missão de Fé Apostólica (1911) e posteriormente, (mais precisamente em 1918) transformou-se na Igreja Assembleia de Deus. A primeira onda pentecostal se materializou a partir destas duas importantes ramificações que impetraram no Brasil a partir de 1910, inaugurando o período que Ricardo Mariano (1996) intitulou "Pentecostalismo Clássico Brasileiro".

A segunda onda pentecostal ou *deuteropentecostalismo*⁴⁰ solidificou-se a partir de 1950, com profundas raízes no Pentecostalismo Clássico, todavia, com uma nova roupagem teológica que agregou ao pentecostalismo novas possibilidades de expansão. A vinda de dois missionários estadunidenses para o Brasil na década de 1950 culminou na segunda onda pentecostal.

Harold Williams e Raymond Boatright eram missionários pentecostais ligados à Igreja americana *International Church of The Fourquare Gospel* e no início da segunda metade do século XX, vieram para o Brasil com o intuito de realizarem uma massiva campanha de evangelização (Santos Júnior, 2021, p.51).

³⁸ O dom das línguas estranhas. Segundo os pentecostais clássicos, só era possível falar línguas estranhas com a ação sobrenatural do espírito santo (Mariano, 2004);

³⁹ A ação sobrenatural da fala. Consiste em falar línguas estrangeiras sem estudo prévio (geralmente da região onde Jesus Cristo, em tese, viveu (Mariano, 2001);

⁴⁰ A nomenclatura deuteropentecostal (presente no título do quinto livro do Pentateuco) significa segundo, neste sentido torna o conceito relevante para explicar a segunda onda pentecostal de forma didática (Mariano, 1996);

Inicialmente, os missionários alocaram no interior de São Paulo, mais precisamente na cidade de São João da Boa Vista onde iniciaram a Cruzada Nacional de Evangelização (Santos Júnior, 2021). Esta importante ação evangelística arrastou multidões, as lideranças nos cultos pregavam cura divina em grandes concentrações (Mariano, 1996), este fato marcou o início da segunda onda que proporcionou ao pentecostalismo no Brasil a abertura de novas igrejas com a mesma dinâmica teológica (Mariano, 1996). Em 1953 foi fundada a Igreja do Evangelho Quadrangular, uma importante instituição pentecostal que se notabilizou pela promoção da cura divina como a centralidade nos cultos, essa característica doutrinária se difere da primeira onda visto que no Pentecostalismo Clássico Brasileiro, por mais que existiam os cultos de cura e libertação, estes não eram a centralidade (Mariano, 1996). Após a Igreja do Evangelho Quadrangular surgiram diversas outras instituições pentecostais.

Após o surgimento da Cruzada Nacional de Evangelização, aparecem as denominações Brasil para Cristo (1955), Casa da Bênção (1962), Igreja Deus é Amor (1962) e a Igreja de Nova Vida (1960), que representam as principais igrejas deuteropentecostais do país (Santos Júnior, 2021, p.52).

Dentre as características doutrinárias da segunda onda pentecostal, as que mais se destacam é a lógica salvífica utilizando da imagem do Jesus bíblico e a cura através da utilização da terceira pessoa da trindade cristã, o espírito santo. De fato, estas características eram presentes na primeira onda, todavia foram aprofundadas na segunda onda, ganhando notoriedade e sendo centralidade mor nos cultos pentecostais nas instituições que se somaram do Pentecostalismo Clássico até o *Deuteropentecostalismo* (Santos Júnior, 2021).

Em tempo, é importante salientar que as Igrejas fundadas no Brasil não eram homogêneas e sim extremamente complexadas com doutrinas que convergiam, mas também outras que eram específicas da instituição. Um exemplo plausível é o caráter conservador da Igreja Deus é Amor na questão dos “usos e costumes⁴¹” que não se via em outras instituições (Santos Júnior, 2021).

⁴¹ Uso se define a ação de utilizar-se algo (roupas, calçados e adornos) e costumes se define a ação cotidiana de afazeres (assistir TV, praticar esportes, trabalhar ou ir aos cultos);

Com o desenrolar da segunda onda pentecostal ficou perceptível seus avanços, sua capacidade em aglutinar fiéis, sua capacidade organizacional no âmbito doutrinal e dogmático (Santos Júnior, 2021). Outra percepção nítida é a capacidade em hierarquizar-se para melhor compor territórios, utilizando de artifícios capazes de enraizar-se na cultura local, propondo novas fontes de esperança aos seus fiéis (Santos Júnior, 2021). Esta capacidade em propor algo em troca desembocou na terceira onda pentecostal, iniciando uma percepção empresarial que inaugurou a teologia da prosperidade. Nesta toada, a grande centralidade da terceira onda enraizou também o que Jurgen Moltmann (2005) chamou de teologia da esperança, esta nova teologia mostrará sua face mais intensificada na década de 1980, em um contexto político e sociocultural propício aos avanços pentecostais.

Já adentrando ao contexto ditatorial militar no Brasil, explodiu em terras tupiniquins a terceira onda pentecostal, neste contexto histórico a Igreja Católica já tinha promulgado as reformas do *aggiornamento* e concomitante ao processo de atualização, começa a surgir no Brasil uma onda progressista católica, enraizada pela teologia da libertação e as CEBs (que discutiremos no último capítulo).

De acordo com Ricardo Mariano (1996) a terceira onda se destacou por algumas bases teológicas fundamentais, sendo destaque a teologia da prosperidade⁴², a guerra espiritual contra espíritos e forças sobrenaturais malignas e a negação de usos e costumes utilizados em outras igrejas pentecostais. Soma-se a essas bases a forte retórica anticatólica, principalmente na radical negação da utilização de imagens sacras.

Segundo Santos Júnior (2021, p.53):

Há um consenso entre os filósofos da religião, sociólogos, teólogos, cientistas da religião e demais estudiosos da religião que o neopentecostalismo tenha sua raiz na Igreja Pentecostal Nova Vida, que foi criada no Brasil pelo Bispo canadense Robert McAlister em 1960, na cidade do Rio de Janeiro.

⁴² Utilização da frase franciscana “é dando que se recebe” como premissa fundamental. Essa teologia propositiva exorta a necessidade de o cristão alcançar êxito na materialidade terrena, ser vitorioso e alcançar bens materiais, pois, alcançando a prosperidade terrena o cristão demonstra ser abençoado por Deus (Mariano, 1996);

Dentre as principais igrejas que surgiram na terceira onda, podemos destacar a Igreja Cristo Vive, Igreja Internacional da Graça, Igreja Universal do Reino de Deus, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Igreja Mundial do Poder de Deus e a Igreja Renascer em Cristo (Santos Júnior, 2021). É possível identificarmos que na terceira onda houve diversas novas matrizes teológicas pentecostais que deram, em perspectiva, o embasamento para a criação de diversas igrejas neopentecostais.

Santos Júnior (2021, p.54) esclarece:

Ora, é possível assim perceber que o pentecostalismo no Brasil iniciou seu segundo século de existência em forte expansão. As três “ondas” ou os três períodos, denominados como pentecostalismo clássico, deuterpentecostalismo e neopentecostalismo indicam que a doutrina que chegou ao país na década de 1910, a partir de missionários estrangeiros com desejo de propagar a fé nos ensinamentos bíblicos e principalmente no livro de Atos dos Apóstolos, está empenhada em continuar a crescer e a se tornar cada vez mais importante na sociedade brasileira.

No neopentecostalismo ficou evidente que a centralidade teológica é a solução próspera terrena do cristão, em outras palavras, a utilização da retórica da esperança para assim resolver as peripécias do mundo (Moltmann, 2005). Por este motivo o neopentecostalismo chega a sua ascensão, angariando forças junto às duas ondas anteriores. É importante salientar que as ondas pentecostais não são definidas de forma substitutiva, é possível identificarmos que as ondas ocorrem e promovem forças somadoras e não excludentes, em outras palavras, uma onda não substitui outra onda, compreender esta dinâmica nos faz compreender que as forças pentecostais no decorrer do século XX causam impacto cultural no decorrer do todo, por este motivo o impacto à lógica TL será tratada como premissa fundamental que desembocará em desdobramentos no catolicismo brasileiro.

2.2 REFLEXÕES SOBRE AS ONDAS PENTECOSTAIS NO BRASIL (1910-1980)

O pentecostalismo se traduz em alguns pontos fundamentais que o torna um movimento teológico ímpar, com capacidade de aglutinar fiéis, de expandir e transitar no meio urbano e rural. O século XX representou para esta ramificação cristã um panorama fecundo na América Latina, em um contexto histórico que

representava, naquele tempo, um período de profunda desigualdade social, pré-constituição cidadã (1988). No sentido teológico, este movimento religioso encontrou uma retórica bastante inovadora e aquecida, em um contexto de crise da principal ramificação religiosa no Brasil, que era a Igreja Católica (Santos Júnior, 2021).

Nos primórdios do pentecostalismo no Brasil é possível identificarmos características teológicas divergentes do catolicismo, por este motivo sua apresentação inicial se dá em missões descentralizadas, derivadas de viagens de missionários protestantes da Europa e da América do Norte sem muito vínculo institucional. Seu potencial de expansão mostrará sua face a partir da segunda onda, em um processo gradual de interiorização através do investimento maciço em missões e na fundação das principais instituições pentecostais que vimos anteriormente (Mariano, 2001).

O contexto social ao qual o Brasil se insere nos desdobramentos do século XX mostrou suas nuances de forma prática no campo e na cidade. A situação da classe operária nas fábricas dos centros metropolitanos e em consonância a precariedade do trabalho dos camponeses nas áreas rurais brasileiras proporcionaram para a classe proletária um aprofundamento das desigualdades sociais. (Py; Pedlowski, 2020). Tal contexto e a ausência de políticas públicas e sociais na primeira metade do século XX fez tornar a estrutura social brasileira um campo fértil para a teologia pentecostal e suas ondas de expansão e estruturação que se arrastou do século XX ao XXI (Mariano, 2011). Essa demonstração de agilidade de adaptação ao contexto brasileiro fez com que o pentecostalismo encontrasse mecanismos fundamentais para seu crescimento, a retórica anticatólica e o investimento maciço nas missões, em consonância com a crise eclesial da Igreja no contexto do Vaticano II, somando-se aos problemas sociais no Brasil alavancaram os processos de estruturação e expansão.

Ricardo Mariano (2011, p.17) contribui:

[...] os problemas sociais causados pela modernização econômica e pelas transformações socioculturais favorecem e estimulam a expansão das igrejas pentecostais. Estas constituem, sobretudo, “respostas”, atuando basicamente como mecanismos de integração dos contingentes populacionais vitimados por tais processos macroestruturais. Em suma, a modernização da sociedade cria determinadas demandas sociais (de sentido, de identidade, de segurança psicológica e emocional...), que são supridas pelo pentecostalismo e que facilitam sua prédica e impulsionam seu crescimento. Tal perspectiva prioriza, assim, um tipo de explicação

que trata a expansão pentecostal como variável dependente, como estando a reboque de fenômenos exteriores. Apesar disso, cabe observar, não se furta a complementar-se com explicações baseadas em fatores internos ao campo religioso, ao discorrer, por exemplo, sobre o êxito pentecostal por meio de sua acolhida comunitária, de suas funções terapêuticas e “nomizadora”, de seu proselitismo, de sua capacidade comunicacional, de sua flexibilidade organizacional etc.

Cabe destacar que houve ponderações à perspectiva funcionalista, destacando diversas proposições que a consideraram não suficiente para explicar o contexto de expansão do pentecostalismo no Brasil. Em suma, dentre as críticas da perspectiva funcionalista, Rubem Alves (1978) pontua que a perspectiva teológica empresarial também foi precursora nesta nova matriz religiosa presente no Brasil.

[...] pentecostalismo e umbanda em especial, não podem ser interpretadas como meros mecanismos de integração do rural ao urbano. A seu ver, contudo, as seitas pentecostais “são mecanismos ideológicos de dominação”, “empresas de cura divina” administradas “segundo normas empresariais da organização capitalista (Mariano, 2011, p.19).

Como já ressaltamos a característica inovadora proposta pelos pentecostais no seu modo de atuação deu resultados em números expressivos a partir da terceira onda, com a intensificação do neopentecostalismo através da teologia da esperança.

Desde os anos 50, o Pentecostalismo cresce muito no Brasil. Mas sua expansão acelera-se acentuadamente a partir da década de 1980, momento em que esse movimento religioso passa a conquistar igualmente crescente visibilidade pública, espaço na tevê e poder político partidário. Segundo os Censos Demográficos do IBGE, havia 3,9 milhões de pentecostais no Brasil em 1980, 8,8 milhões em 1991 e 17,7 milhões em 2000 (Mariano, 2008, p.69).

Essa guinada após o processo de estruturação das igrejas nas duas primeiras ondas resultou em uma reação quase que imediata da Igreja Católica, já preocupada com seus espaços de influência em meio ao processo de arrefecimento da crise pós Vaticano II, a ICAR do Brasil (CNBB) elaborou o seu primeiro relatório ao Vaticano, já demonstrando preocupações com a conquista de espaço dos pentecostais e sua potencialidade em arrefecer as mudanças progressistas do Concílio Vaticano II.

[...] tais teorias afirmavam que o vertiginoso crescimento pentecostal abaixo do Rio Grande decorria, em grande medida, do aporte de grandes investimentos financeiros do governo norte-americano em projetos missionários da Direita Cristã para recrutar e alienar as camadas pobres da população, contrapô-las a grupos e partidos marxistas revolucionários

e barrar o avanço da ala católica progressista e da Teologia da Libertação (Mariano, 2011, p.22).

É importante salientar que essas teorias levantadas pela Igreja Católica Brasileira não eram razoáveis e se tratava de teorias conspiratórias em um contexto da macropolítica da Guerra Fria (Mariano, 2011). Porém, a identificação deste documento nos aponta ao fato consumado da disputa de espaços de poder entre a onda pentecostal e a necessidade da ICAR no Brasil, representada pela CNBB, em intensificar seus aportes pastorais fundamentados nos documentos promulgados no Concílio Vaticano II (Oliveira; Campos, 2016).

A perspectiva funcionalista foi um modo de interpretação que abrangeu os problemas sociais os quais os indivíduos se inserem, esta perspectiva contribui muito para compreendermos que, nesta toada, a religião e a qualidade (ou não) de vida de seus fiéis entram em sua perspectiva teológica e de visão de mundo, pois, o contexto sociocultural em soma com a perspectiva de vida angariam as inspirações do sagrado. Este parâmetro contribui para compreendermos como o modo de operação pentecostal tende a ser progressista em vários aspectos (Santos Júnior, 2021).

Rolim (1985) exorta uma perspectiva um tanto quanto inovadora, utilizando o método materialista como perspectiva para compreender o comportamento pentecostal frente aos trabalhadores do campo e da cidade. Apesar de ser crítico da perspectiva funcionalista, o presente teórico fundamenta o que os funcionalistas somam quanto ao contexto sociocultural e econômico, todavia, ele interpreta a ramificação pentecostal como um modo organizacional da classe trabalhadora em aspirações pela qualidade de vida envolvendo o sagrado. Nesta toada, Rubem Alves (2005) compreende que os fiéis seguidores pentecostais passam pelo processo de fidelização religiosa a partir da consequência social da exclusão das massas trabalhadoras dos espaços de poder, em outras palavras, a fidelização pentecostal se aprofunda pelas chagas sociais da privação, tornando as Igrejas Pentecostais locais de refúgio das classes oprimidas. Esta perspectiva se soma qualitativamente aos aspectos teóricos fundamentais de expansão pentecostal no meio urbano e rural (Santos Júnior, 2021).

Outro valor de extrema relevância que não pode passar sem melhor problematização é a centralidade esperançosa da pentecostalidade. Foi a partir

da terceira onda que segundo Moltmann (2005) fica mais evidente a utilização de pregações que versam o conceito da esperança por uma vida melhor, a perspectiva de melhora do quadro de vida do fiel, que movidos pela fé ficam à espera de um milagre. Esta característica do mito fundante pentecostal demonstra também a realidade devastadora do contexto histórico e sociocultural ao qual se inserem.

Segundo Oliveira (2011) o pentecostalismo não surgiu somente como perspectiva teológica empresarial, nem tampouco com suas raízes somente na institucionalidade da centralidade expansionista. O ideal pentecostal surgiu nas entranhas das desigualdades, dando esperança, força, foco, perspectiva de vida à classe trabalhadora amordaçada pela ausência do Estado Democrático de Direito⁴³.

[...] O pentecostalismo mostrou-se um corpo includente e foi favorecido pela crescente urbanização. Com o avanço da violência, exploração do trabalho e a fragmentação da sociedade, o pentecostalismo deu esperança, sentido, proteção, recompensas, libertação (Oliveira, 2011, p.92).

Compreender este dinamismo do movimento pentecostal nos faz compreender seus impactos na realidade cultural brasileira que neste contexto histórico era em sua maioria católica.

⁴³ Que só veio a surgir de forma mais efetiva com a promulgação da Constituição Federal de 1988;

3. PONDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA PRODUTIVO AGRÁRIO NO BRASIL NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

Neste capítulo abordaremos o contexto social e político o qual o campesinato brasileiro estava inserido no período da ditadura militar e empresarial no Brasil. Considerando a perspectiva de ocupação empresarial no meio urbano e rural, a ditadura militar mostrou-se nociva aos interesses do pequeno produtor rural em sua lógica produtivista. Portanto, neste capítulo foi possível identificar um processo de migração massiva do campo para o meio urbano não somente pela demanda de emprego dos grandes centros, mas também pelo esvaziamento das atividades produtivas do pequeno agricultor rural (Lustosa, 2012).

Outro fator determinante do qual iremos tratar neste capítulo é a relevância da agricultura familiar de subsistência no contexto brasileiro. Este modelo produtivo agrário demonstra características mais oportunas pelas demandas no interior do Brasil, visto que a produção dos latifúndios ou também intitulado “agronegócio” visa prioritariamente a exportação da matéria prima ou derivados da produção agrícola (Lustosa, 2012).

Na ditadura militar houve também uma forte repressão aos movimentos progressistas que lutavam por reforma agrária, a saída encontrada pela ditadura na tentativa de desarticular os movimentos sociais veio não somente pela força abrupta militar, mas também no campo político/institucional levando em conta o forte investimento do Estado ditatorial nas produções advindas do agronegócio, também utilizando das forças do estado na proteção dos latifúndios inoperantes (Caldart, 2004).

Toda esta conjuntura política de forte repressão através do investimento maciço do Estado brasileiro ao modelo produtivo de grandes proporções, visando à exportação, culminou na organização do campesinato em movimentos sociais que ganharam notoriedade no decorrer dos anos de chumbo e tendo fortes desdobramentos no período pós-ditadura e na conquista da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã. Nesta toada ganhou um notório espaço a ala progressista da Igreja Católica que fomentou a criação de comissões pastorais

estratégicas para atuação pastoral visando não somente a angariação de fiéis, mas também na engendração estratégica utilizando o ecumenismo pastoral aprovado no Concílio Vaticano II com outras ramificações cristãs (Poletto; Canuto, 2002).

Outro movimento social que urge pela luta por reforma agrária é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Este importante movimento mostrará sua força concomitante a organização e assessoramento da Comissão Pastoral da Terra. Apesar da forte repressão no contexto da ditadura militar, estes movimentos sociais irão contribuir muito na organização do campesinato na área jurídica e com ações educacionais pertinentes no processo de emancipação da classe social no qual eles se inserem (Caldart, 2004).

Neste capítulo faremos uma análise bibliográfica obtendo como foco a visão dos não protagonistas do processo produtivo agrário brasileiro, portanto, analisaremos sob a perspectiva da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

3.1 AS CONSEQUÊNCIAS DO MODELO PRODUTIVO AGRÁRIO DO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO (1964-1985)

Analisando a política fundiária do período ditatorial brasileiro é possível identificarmos políticas públicas adotadas que geraram uma série de descontentamentos por parte do campesinato. É sabido que a terra no Brasil desde o período colonial é marcada pela profunda desigualdade e desproporção na sua partilha, muito vinculada à propriedade privada e ocupação financiada por grandes latifundiários, gerando diversos conflitos no campo entre os detentores das grandes porções de terras com o campesinato, que em sua maioria trabalhava ou trabalha em um regime excludente e semifeudal (Caldart, 2004).

Incorporando esta lógica de concentração do poder das terras nas mãos das classes dominantes⁴⁴, no período ditatorial não houve nenhuma política pautada na mudança desta lógica perversa, muito pelo contrário. O período ditatorial militar concentrou mais terras nas mãos de poucas pessoas e fomentou

⁴⁴ É o conceito utilizado para designar a classe que controla o poder político e econômico de um determinado país;

a produção em massa de produtos agrícolas quase que exclusivamente para exportação, gerando lucros exorbitantes nas mãos dos latifundiários e como consequência uma concentração de renda que aglutinava mais poder aos donos da terra sobre o campesinato. Esta forma de administrar a terra por meio da política fundiária ditatorial militar gerou reações através de movimentos sociais que ganharam força no decorrer do período e após ele (Souza, 2006).

No decorrer da década de 70, o governo militar aproveitava seu prestígio no auge do “milagre econômico”. No campo, para expandir as exportações que materializaram no salto do PIB⁴⁵ no Brasil, ficou perceptível o processo que Caldart (2004) parafraseia “modernização conservadora”. Que foi o forte investimento dos latifundiários na mecanização do campo, havendo como consequência um processo de aprofundamento na deterioração da relação de trabalho com os camponeses, que foram substituídos pela máquina no campo.

Caldart (2004, p.103) contribui:

[...] consistiram em um rápido e intenso processo de mecanização das lavouras especialmente as do sul do Brasil. Essa agricultura, de traços mais profundamente capitalistas, expulsou do campo, de modo muito rápido, entre 1975 e 1980, grandes contingentes populacionais, exatamente as pessoas que viviam como arrendatários, como parceiros, ou que se reproduziam como filhos de agricultores em um tipo de agricultura que se caracterizava pelo uso intensivo de mão-de-obra. Com a mecanização, grande parte dessa força de trabalho não era mais necessária.

Com o processo de mecanização, os trabalhadores expulsos do campo buscaram alternativas para subsistência. Um contingente expressivo se aventurou no meio urbano, que foram atraídos pela expansão das indústrias, que estavam em alta no período devido o dito “milagre brasileiro”.

Em um primeiro momento, esses trabalhadores expulsos do campo tinham duas alternativas: muitos se aventuraram nos projetos de colonização, indo especialmente para os Estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso. Mas, quando os agricultores dos primeiros projetos começaram a retornar, pela falta de condições e por não conseguirem se adaptar a lugares com culturas tão diferentes, essa primeira alternativa se desfez, ou pelo menos ficou restrita a pequenos que se dispunham a esses riscos, movidos talvez pelas mesmas ilusões dos nossos primeiros imigrantes europeus (Caldart, 2004, p.103).

⁴⁵ Produto Interno Bruto;

Essa gênese explica a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A profunda concentração de terras e o aumento dos trabalhadores rurais sem ocupação provocaram rastros desoladores de desigualdade social e concentração do poder nas mãos dos latifundiários, gerando miséria e reação das classes dominadas através da organização dos camponeses pelos movimentos sociais. Neste contexto o MST tomará para si como o principal modo de operação coordenada e organizada dos camponeses afetados pelas políticas públicas de fomento à exclusão deles próprios de seus espaços de subsistência.

[...] O MST é fruto das iniciativas de reação a essa situação objetiva. Uma situação nova nos traços de sua conjuntura, mas muito antiga do ponto de vista da estrutura social brasileira que desnuda historicamente baseada na concentração fundiária (Caldart, 2004, p.104).

De fato, o MST surge pela necessidade de organização dos trabalhadores rurais sem-terra, esse processo de gestação como já mencionado neste estudo se dá pela premissa de desenvolvimento econômico capitalista no meio rural no período ditatorial brasileiro. As consequências e desdobramentos deste modelo econômico mostraram sua face mais devastadora no campo social, compreender este processo histórico esclarece os reflexos no objeto de estudo nesta pesquisa. A gênese de gestação da CPT se somará ao processo histórico que se desdobrou ao MST, nesta toada, a CPT se mostrará um órgão de assessoramento ao MST, buscando articulações jurídicas e dando respaldo nas mais diversas ações educacionais que circundam a luta pelo direito a terra (Caldart, 2004).

Neste processo histórico de estruturação do MST e da CPT como movimentos de extrema relevância na organização dos camponeses sem-terra, é necessário salientar dois elementos fundamentais, o primeiro foi a atuação primordial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A atuação da ala progressista católica, que neste contexto já recebiam estruturação eclesial da onda progressista do Vaticano II, segmentou as atuações pastorais pertencentes à CPT. Sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), este estudo destinará um esboço mais detalhado no próximo capítulo.

Outro elemento importante na compreensão da gênese destes movimentos sociais é a reação contra a ditadura. Ficou perceptível neste contexto o aumento

no Brasil das organizações dos trabalhadores na busca por direitos e a tão sonhada abertura democrática (Caldart, 2004).

Caldart (2004, p.106) esclarece:

[...] O povo brasileiro começava a reagir contra a ditadura militar e multiplicavam-se as lutas e as organizações de trabalhadores, especialmente nas cidades.

Em outras palavras, o nascimento do MST e da CPT inserem em um contexto mais amplo, vinculados ao imaginário das organizações políticas progressistas da época, que já se mobilizavam para a conquista da abertura democrática e conseqüentemente pelo fim da Ditadura Militar (Caldart, 2004).

Compreendo este aspecto multifacetado da origem dos movimentos sociais no Brasil na luta pelo direito a terra, também é necessário analisar estas organizações através da ótica da contradição. Esta palavra exemplificará de forma estruturante o imaginário progressista destes movimentos sociais – contradizer a ordem imposta, propor uma nova lógica do produtivismo agrário no Brasil. Neste sentido, é importante compreendermos as relações de concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, a gênese do materialismo histórico presente na análise social, assim também o fomento das contradições e antagonismos entre os movimentos sociais progressistas e a pauta de modernização conservadora presente na agenda política da Ditadura Militar (Souza, 2006).

Souza (2006, p.64) contribui:

A análise dos movimentos sociais populares no Brasil requer um pensar sobre contradição, uma das leis da dialética, e a utilização dos conceitos classe social, exploração e acumulação capitalista, uma vez que o país nasce no contexto da divisão internacional do trabalho e nela se insere como fornecedor de matéria-prima para os países desenvolvidos, além de estar numa situação de subordinação política. Relações de acumulação capitalista e exploração são marcantes na história brasileira, e delas emergem as contradições sociais básicas, como a concentração de renda.

Como já mencionado neste capítulo, a ditadura militar estruturou, fomentou e materializou a modernização conservadora do campo. Estas transformações foram decorrentes da atuação do Estado que elaborou uma série de políticas públicas agrárias e agrícolas (Souza, 2006).

De 1962 a 1985 ocorreram diversas intervenções do estado autoritário no setor agrário, diversas políticas e ações adotadas que fomentaram a mecanização

do campo através de diversos subsídios, estes subsídios com a ausência da reforma agrária provocaram fortes reações por parte dos sem-terra (Souza, 2006).

No que respeita a política agrícola, O Estado, um dos agentes presentes na realidade agrária e agrícola brasileira, ganha destaque a partir de fins da década de 1960 e, especialmente, no decorrer da década de 1970, quando foi estabelecido o crédito rural (fundário, investimento, custeio e comercialização), época em que também foi institucionalizada a pesquisa agropecuária, via criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), esta última responsável pelas atividades de assistência técnica e extensão rural (Souza, 2006, p.66).

O Estado deu os estímulos para aprofundamento da exportação das matérias primas, propiciando a compra maciça também de adubos e corretivos e seguro agrícola, adotando preços mínimos para os latifundiários (Souza, 2006).

A partir da década de 1960 houve diversas políticas públicas que tinham o intuito de amenizar os conflitos sociais locais, desta forma, foram criados diversos órgãos que “cuidariam” destas questões:

1962 – Superintendência de Política Agrária (SUPRA).

1964 – Aprovação do Estatuto da Terra, estabelecendo os direitos e obrigações concernentes aos imóveis rurais e anunciando aspectos da propriedade e função social. Com o Estatuto da Terra, foram criados dois órgãos, o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), para cuidar da reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), para cuidar da reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), para cuidar do desenvolvimento rural.

1964 – Aprovação do decreto que desapropria uma faixa de 10 km ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União.

1970 – Extinções do IBRA e do INDA, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

1980 – Criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), do Grupo Executivo de Terras Araguaia / Tocantins (GETAT) e do Grupo Executivo Baixo Amazonas (GEBAM), extintos em seguida.

1985 – Criação do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) (Souza, 2006, p.66-67).

A década de 1970 ficou marcada pela incorporação de terras ao agronegócio através do aprofundamento das políticas agrárias de colonização, esta política perpetuou até 1985 (Souza, 2006). Na mesma toada, destaca-se a migração massiva de pessoas do interior para as grandes cidades, fenômeno este que ocorreu não somente do interior dos estados para as capitais ou cidades-sedes como também de região para região. Exemplo disto é a migração do Nordeste para o Sudeste (Souza, 2006).

[...] No estado do Paraná, conforme levantamento de dados do IBGE, dois milhões e meio de pessoas deixaram o campo no período de 1974 a 1978, sendo que 1 milhão e trezentos mil deixaram o próprio estado (Souza, 2006, p.67).

Foram aproximadamente três décadas de modernização da agricultura e pecuária no Brasil, este processo obteve êxito nestes anos através da inserção de maquinários para aquecer as demandas de commodities⁴⁶ para exportação. Apesar do salto tecnológico, este processo ficou marcado pelo forte impacto social (Souza, 2006).

A origem do MST circunda sua questão central que é a luta pela terra pelos sujeitos que englobam a categoria sem-terra. Esta centralidade, segundo Maria Antônia Souza (2006) é a causa do grande engajamento dos sem-terra na luta pela conquista.

Os antecedentes do MST são compreendidos no contexto da trajetória dos movimentos sociais e da conjuntura política. A luta por terra, trabalho e propriedade é elemento essencial dos encontros e confrontos políticos gerados no campo ao longo do século XX (Souza, 2006, p.72).

É factível afirmarmos desta forma que as políticas públicas de fomento ao agronegócio, visando a perspectiva capitalista de exportação e concentração de renda, obtiveram como consequência social o abandono dos camponeses, pequenos proprietários de terra e os próprios sem-terra (Souza, 2006).

Em outras palavras, o MST demonstra ser um movimento social capaz não apenas de aglutinar camponeses, mas também de organizá-los, transformando-os em uma força organizadora sendo capaz de trabalhar em várias frentes, desde a questão agrária, mas também pela educação e alimentação. Fica perceptível a capacidade de agir pela educação, mais precisamente, em vários trabalhos institucionais promovidos pelo próprio MST (Souza, 2006).

É importante salientar também, o aspecto propositivo da CPT que iremos trabalhar mais a fundo no próximo capítulo. A gênese de nascimento do MST e sua capacidade de aglutinar e organizar os camponeses não parte somente do MST, mas também da retórica da terra prometida, muito presente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas ligas camponesas, embebidas pela

⁴⁶ Termo utilizado para os produtos de origem agropecuária e extração mineral, destinados à exportação;

Teologia da Libertação e a busca pelo poder salvífico (no plano espiritual) não somente pós-morte, mas também pela justiça social (no plano terreno) (Souza, 2006). Esta perspectiva muito presente no imaginário dos camponeses ativos no MST e na CPT é capaz de mover ações de luta, muito mais vinculada às conquistas coletivas do que pessoais (Caldart, 2004). Todavia, é importante salientar que através desta pesquisa, foi possível identificarmos um sinal, ainda embrionário, de mudança na perspectiva de luta coletiva para o individualismo, muito presente na Teologia da Prosperidade e as ações das igrejas pentecostais da terceira onda (Py; Pedlowsky, 2020). Compreender estes sinais dos tempos nos faz refletir ainda sobre a capacidade de ação contemporânea dessas lutas, seus movimentos de atualização e sua estratégia na conquista de espaços, pensando pelo aspecto pragmático dos movimentos sociais na luta pelo direito a terra.

3.2 REFLEXÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL SOB A ÓTICA DA ECOTEOLOGIA

A luta organizada pela terra no Brasil é uma luta contemporânea, no seu tempo e espaço. Por séculos o latifúndio comanda o setor produtivo agrário no Brasil, pautado na acumulação massiva e na produção de exportação. A agricultura familiar vive um dilema quanto a este processo, portanto, é comum surgirem indagações quanto à capacidade de produção da agricultura familiar gerando debates sobre a capacidade de remodelarmos a produção no Brasil (Caldart, 2004).

Em que medida esse novo modelo de modernização agrária permite a sustentação/reprodução da pequena agricultura? Esses segmentos estariam ameaçados de desaparecimento em meio aos avanços do capitalismo contemporâneo diante da opção de reforma agrária à brasileira de maior reforço à agricultura patronal e ao agronegócio? Qual o significado da perda de importância da centralidade do trabalho na produção agrícola? Qual a relação entre a desregulamentação das funções do Estado e a expansão do setor privado nessa nova reforma agrária de mercado? Qual a relação entre a desregulamentação das funções do Estado e a expansão do setor privado nessa nova reforma agrária de mercado? Qual a relação entre a crise do “produtivismo agrícola” e a ênfase no “distributivismo social” no desenvolvimento da agricultura familiar? (Lustosa, 2012, p.48).

Vale ressaltar que o poder mercantil do agronegócio é inquestionável, haja vista sua capacidade produtiva para prioritariamente alcançar os anseios da exportação. É razoável a exportação bater recordes anuais e parte expressiva da população convivendo com a insegurança alimentar? O agronegócio tem uma capacidade produtiva expansiva, porém, como já discutimos nesta pesquisa, o foco dos latifúndios pela produção em prol da exportação, faz com que a capacidade produtiva do país gerencie apenas lucros (Lustosa, 2012).

O conceito da sustentabilidade entra como um alicerce de compreensão das dinâmicas do produtivismo capitalista no campo em relação e em análise comparativa com o poder da produção da agricultura familiar.

O modelo patronal corresponde ao segmento fundiário de “grande porte” em todas as suas dimensões, desde o tamanho da área que ocupa até as formas de gestão da propriedade, em especial, a predominância do trabalho assalariado, cuja base de reprodução e de valorização reside na exploração da força de trabalho (Lustosa, 2012, p. 49).

Compreendemos aqui que o modelo patronal e fundiário preza pela separação da gestão do trabalho. Esta pauta sua produção como um modelo industrial com separação das funções, da exploração da mão de obra e da mais valia. Em contrapartida, é um modelo extremamente tecnológico, utilizando máquinas e robôs que auxiliam e aceleram o setor produtivo.

Incorpora o agronegócio ou o agribusiness, isto é, a agricultura patronal de base empresarial fundiária. A propriedade dos meios de produção, o uso de tecnologias avançadas, bem como os tipos de cultura, em geral, são voltados não só ao incremento do mercado interno, mas, principalmente, à produção de mercadorias agrícolas para exportação (Lustosa, 2012, p.49).

Fica nítida neste contexto a diferença de modelo produtivo quando analisamos o modelo da agricultura familiar, no arcabouço das dinâmicas da terra, a agricultura familiar tem seu modo de operação pautado na subsistência e em sua maioria das vezes uma produção que explora exclusivamente a mão de obra familiar.

Esses segmentos mantêm a sua produção voltada apenas à subsistência do conjunto familiar. Em geral, o tamanho da propriedade é insuficiente para garantir a subsistência da família, não sendo, portanto, capaz de assegurar a geração de excedentes, motivo pelo qual encontra dificuldades para se desenvolver. É comum ao grupo do sistema de

produção familiar ter de buscar atividades externas à propriedade para garantia da sobrevivência do conjunto familiar (Lustosa, 2012, p.50).

Nesta toada é possível perceber que dentro dos aspectos fundamentais da ecossustentabilidade é possível ou é mais justo no aspecto produtivo e cultural, fomentar a agricultura familiar, valorizando a mão de obra sustentável em conformidade com a biodiversidade e meio ambiente (Caldart, 2004).

No campo da ecoteologia, Leonardo Boff (2004) nos traz reflexões pertinentes para compreendermos o pensamento das lutas progressistas do cristianismo latino-americano. A CPT, não obstante, é influenciada pelo pensamento teológico da ecologia, uma abordagem antagônica, por exemplo, das teologias da ortodoxia católica e da teologia da prosperidade. Leonardo Boff (2004) preocupa-se em refletir sobre os impactos do modo de produção capitalista no campo e seus impactos no meio ambiente e no meio social.

[...] o modelo vigente de desenvolvimento como responsável pela crise ecológica. Efetivamente, já há quatro séculos todas as sociedades mundiais são reféns de um mito: o mito do progresso e do crescimento ininterrupto e ilimitado. Cada ano todo país deve ostentar taxas crescentes na produção de bens e serviços. Por aí se mede, pelos critérios ainda dominantes, se é desenvolvido, subdesenvolvido ou simplesmente atrasado (Boff, 2004, p.95).

Para Leonardo Boff (2004) essa lógica tem como prioridade maximizar os lucros dos detentores dos meios produtivos, assim como minimizar os direitos dos trabalhadores nas fábricas e no campo, causando impactos significativos no campo social e ecológico. Este modelo de exploração tem causado problemas sistemáticos em várias frentes que impactam diretamente na qualidade de vida de uma população, em soma, a lógica do lucro acima da qualidade de vida humana tem afetado toda a biodiversidade e a cadeia de fenômenos naturais têm se intensificado cada dia mais.

[...] a produção de vítimas é inaudita: a classe operária mundialmente oprimida, nações periféricas exploradas, a qualidade geral de vida deteriorada e a natureza espoliada (Boff, 2004, p.95).

Nesta toada de críticas contundentes ao sistema produtivo capitalista, Leonardo Boff (2004) pontua a centralidade deste modelo produtivo, que descentraliza o foco na valorização da qualidade de vida nas camadas produtivas,

e centraliza o foco no lucro e no individualismo, não se preocupando com os sujeitos da história que não são protagonistas no meio social.

Ficou perceptível a partir de então, que a lógica produtivista que contém como eixo a centralização do capital, faz com que o campo ecológico e social seja apenas coadjuvante, não sendo centralidade (Boff, 2004). Partindo desta premissa, é necessário analisarmos quais os impactos desta lógica produtivista no meio religioso, ou seja, como as religiões se comportam frente ao sistema econômico sob imposição do capital.

A ideia que o ser humano (compreendido pessoal e coletivamente) faz de si mesmo e de sua posição no universo é determinante na definição de suas relações para com a natureza, para com a Terra como um todo e para com o seu destino (Boff, 2004, p.100).

Cabe pontuar neste contexto que os impactos do modelo produtivo agrário no Brasil, intrinsecamente ligado à produção para exportação em grandes proporções, trazem preocupações para a ala da Igreja Católica progressista. A CNBB (2014), em um documento oficial com ponderações sobre esse sistema produtivo, traz à luz o importante local de fala o qual a Igreja Católica ocupa, trazendo neste debate a responsabilidade que a religiosidade integra em se contrapor aos impactos produzidos pelo agronegócio. A centralidade do posicionamento da CPT e oficialmente, a Igreja Católica representada pela CNBB, vincula o direito natural à terra ao conceito bíblico de que “toda a criação de Deus é para todos” (CNBB, 2014).

O Pontifício Conselho Justiça e Paz⁴⁷ afirma que “a natureza profunda da criação é ser um dom de Deus ao ser humano, um dom para todos, e Deus quer que assim permaneça. Por isso sua primeira ordem manda conservar a terra em sua natureza de dom e bênção, e não a transformar, pelo contrário, em instrumento de poder ou em motivo de divisão” (CNBB, 2014, p.44).

Institucionalmente, a CNBB (2014) legitima a atuação da CPT como um órgão de assessoramento aos movimentos sociais na luta pelo direito à terra e a reforma agrária, entretanto, é possível identificar que a atuação da CNBB como a representante da Igreja Católica no Brasil, está preocupada não somente com o

⁴⁷ Conselho montado pela Igreja Católica Romana, na tentativa de promover questões relacionadas às políticas públicas e sociais.

sentido pastoral da CPT, mas também em ocupar espaços relevantes na política nacional, em uma disputa indireta ao movimento neopentecostal que estruturou no Congresso Nacional o que intitulam “Bancada da Bíblia” (CNBB, 2014).

Não abandonando a pauta pastoral vinculada ao Vaticano II, a CNBB (2014) exorta a necessidade em refletir à luz da doutrina social da Igreja Católica a dimensão da concentração de renda e de terras, contextualizando a influência da Idade Média e seus desdobramentos na ampliação desta lógica com a hegemonia do mercado pós-revolução industrial (CNBB, 2014).

Na doutrina social da Igreja, o processo de concentração da terra é julgado um escândalo, porque em nítido contraste com a vontade e o desígnio salvífico de Deus, enquanto nega a grande parte da humanidade o benefício dos frutos da terra. O agronegócio em desenvolvimento no Brasil não só reforça esta dimensão absolutista da propriedade em detrimento da sua função social, mas destrói a possibilidade de se ter um adequado espaço e equilíbrio nas decisões políticas de desenvolvimento, no que se refere aos pequenos produtores rurais e familiares (CNBB, 2014, p.54-55).

Em consonância com esta perspectiva de destruição no âmbito social e ambiental, Leonardo Boff (2016) exorta, invocando o campo da ecoteologia, uma nova perspectiva teológica como pensamento progressista das religiões cristãs. No decorrer da história da humanidade, o ser humano autointitulava-se acima da lógica da biodiversidade e detentor de todo poder acima da “Casa Comum⁴⁸”, todavia, esta perspectiva está levando o planeta e seus habitantes à beira do colapso em várias instâncias. Em contrapartida, Leonardo Boff (2016) contribui que a lógica da sustentabilidade não pode, intrinsecamente, exercer ou perpetuar o grau de superioridade, mas sim contribuir para uma nova lógica ecológica – a do pleno equilíbrio entre todas as espécies, a responsabilidade das religiões predominantes no mundo na compreensão e responsabilidade em manter o equilíbrio e entendimento de sua ocupação e responsabilidade.

Nesta mesma toada, Papa Francisco (2016) contribui como representante da principal ramificação cristã, que a raça humana, apesar de ser a grande protagonista no sentido da vida como um todo, no campo econômico ou social, é dela também a responsabilidade de manter a estrutura elementar de subsistência,

⁴⁸ Conceito utilizado na ecoteologia para designar o planeta Terra como de todas as espécies (Boff, 2016);

garantindo qualidade de vida para todos os seus integrantes, incluindo as demais espécies e toda a biodiversidade presentes no planeta.

O trabalho deveria ser o âmbito deste multiforme desenvolvimento pessoal, onde estão em jogo muitas dimensões da vida: a criatividade, a projeção do futuro, o desenvolvimento das capacidades, a exercitação dos valores, a comunicação com os outros, uma atitude de adoração. Por isso, a realidade social do mundo atual exige que, acima dos limitados interesses das empresas e de uma discutível racionalidade econômica, “se continue a perseguir como prioritário o objetivo do acesso ao trabalho para todos” (Francisco, 2015, p.103-104).

Nesta toada, Papa Francisco (2016) propõe como perspectiva das novas religiosidades, uma ecologia integral, um novo modo de abordagem na relação entre os seres humanos, o meio ambiente e a biodiversidade como um todo.

Visto que tudo está intimamente relacionado em que os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial, proponho que nos detenhamos agora a refletir sobre os diferentes elementos de uma ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais (Francisco, 2016, p.113).

É importante salientar que toda esta perspectiva de interpretação de mundo presentes em Leonardo Boff (2016) e Papa Francisco (2015) se soma ao trabalho pastoral advindo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), seu trabalho fecundo no Brasil em prol da lógica sustentável, levantando um novo modo de abordagem sobre a soberania alimentar do país, fomentando o poder da agricultura familiar através de suas ações educacionais e assessoramento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pelo direito à terra.

Outro fator de relevância neste contexto é a preocupação da Igreja Católica com a estruturação neopentecostal e sua força abrangente, sua capacidade em angariar pessoas para necessariamente intensificar seus aportes missionários. Esse poder neopentecostal ganha corpo a partir da terceira onda, quando começa a se organizar não apenas como igreja missionária, mas também com a ação política pragmática, visando ocupar cadeiras relevantes na camada do poder político (Mariano, 2004).

Para compreendermos os ecos da terceira onda pentecostal nas ações educacionais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), iremos analisar a perspectiva histórica da luta da Igreja Católica progressista, assim como o potencial de

atuação através do fomento institucional da Igreja Católica no passar das décadas, desta forma, faremos uma abordagem necessária na compreensão destes espaços entre o Pentecostalismo e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no contexto do neopentecostalismo e suas nuances, na compreensão dos processos que se desdobraram na convivência ecumênica entre duas ramificações cristãs divergentes em vários aspectos, todavia, devido ao modo de abordagem da CPT, permitirá a engendração dos pentecostais com o método pedagógico ver-julgar-agir. Desta forma, ficou perceptível que o processo de engendração nos trabalhos desenvolvidos da CPT, representou na vivência pastoral nos assentamentos, uma nova perspectiva.

4. A IGREJA CATÓLICA PROGRESSISTA: AS RAÍZES DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)

Como já problematizado anteriormente neste estudo, a ala da Igreja Católica progressista ganha força e respaldo no Brasil após a aprovação dos textos do Concílio Vaticano II, dando institucionalidade para ação coordenada em uma nova abordagem teológica. Nesta toada é possível identificarmos o aprofundamento das ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil, a profunda influência da Teologia da Libertação e como desdobramento pós Vaticano II, na criação de comissões e conselhos pastorais institucionalizados e reconhecidos pelo Vaticano (Poletto; Canuto, 2002).

Ao analisar a fase embrionária da CPT, ficou evidente sua raiz nos documentos institucionais vinculados ao poder eclesiástico do Vaticano, assim também foi possível identificarmos sua atuação no contexto da Ditadura Militar no Brasil, seus anseios, suas contradições e sua organização pautada como um motor propulsor nas ações do MST (Comissão Pastoral da Terra, 2010).

Neste capítulo, faremos uma abordagem elencando a relevância histórica na criação da CPT, seus impactos na sociedade agrária, seu modo de abordagem utilizando suas ações educacionais como premissa de desenvolvimento intelectual de seus representantes. Toda esta característica presentes na CPT irá desembocar em frutuosos trabalhos em diferentes regiões do Brasil, frutificando a luta progressista pautando-se na coletividade antes e após a Constituição Federal de 1988 (Comissão Pastoral da Terra, 2010).

Seguindo este escopo, faremos uma reflexão sobre os ecos da pentecostalidade, a premissa ecumênica presente na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o processo de engendração da teologia pentecostal aos trabalhos educacionais desenvolvidos nos principais assentamentos de reforma agrária no Brasil.

4.1 AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs) E A INFLUÊNCIA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Considerando o importante papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), seu modo de abordagem popular e organizado, cabe a este estudo elevar este papel como crucialmente necessário se pensarmos na gênese de

nascimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), suas ações educacionais coordenadas e o importante papel das CEBs na formação política e teológica do indivíduo que está inserido neste contexto social (Betto, 1981).

As CEBs surgem em meados da década de 1960, concomitante ao processo de *aggiornamento* o qual a ICAR estava inserida, em um processo gradual as CEBs iniciaram trabalhos relevantes no Brasil na conquista de espaços nas capelas⁴⁹ e paróquias⁵⁰ católicas espalhadas pelo Brasil.

[...] De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto (Betto, 1981, p.16).

Em suma, são comunidades que reúnem leigos, padres ou bispos motivados pela mesma fé, pertencem geralmente a Igreja Católica, onde organizam os cultos católicos, ações pastorais, círculos de estudos bíblicos. Outra característica de relevância é a interpretação bíblica pela ótica teológica da libertação, ou seja, leem a bíblia sob a perspectiva da libertação dos oprimidos pelo sistema do capital (Betto, 1981). São consideradas eclesiais por estarem convergentes com o aspecto doutrinário, dogmático e organizacional junto à Igreja Católica, geralmente organizadas como comunidades de fé (Betto, 1981).

[...] Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras (Betto, 1981, p.17).

E como eixo sustentador da lógica libertadora, são consideradas comunidades de base pelo seu aspecto social, tomando sua característica preferencial pelos pobres e oprimidos do campo e da cidade.

[...] São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de

⁴⁹ Pequena Igreja com um altar ao meio, geralmente em áreas rurais, mas subordinada a paróquias que ocupam o espaço urbano;

⁵⁰ Circunscrição territorial e eclesial vinculada a uma Diocese;

serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas (Betto, 1981, p.17).

Como eixo sustentador na perspectiva pastoral presente nas comunidades eclesiais de base, os agentes pastorais são considerados lideranças. Essas lideranças, também chamadas de animadores, vivem sua vocação missionária eclesial salientando um novo carisma na Igreja Católica, o carisma pastoral. Atuam em diferentes frentes, sendo a maioria padres, religiosos ou leigos (Betto, 1981).

Os animadores das CEBs são chamados de agentes pastorais: padres, religiosos ou leigos, formados pelas próprias comunidades. Os agentes pastorais leigos constituem uma nova vocação ou um novo carisma da vida na Igreja. Muitos deixam famílias e profissão para viver exclusivamente do trabalho pastoral, quando a diocese tem condições de assumi-los. Moram em bairros populares, ganham pouco mais do que o salário-mínimo, assumem o trabalho com o povo como o compromisso prioritário de sua vida. Não são eles que coordenam as comunidades, apenas assessoram, cuidando para o que próprio povo seja sujeito de sua história (Betto. 1981, p.18).

Nas comunidades existe a exigência de que estes animadores sejam engajados ao povo, tendo vivência de base para agir e assessorar por sua própria experiência. Esta preocupação em ter animadores vinculados aos membros das CEBs se faz presente pela preocupação em ter assessores que constituem em pensamento a lógica detentora do conhecimento, um erro fatal para os membros que querem acima de escutar, serem escutados. Para os membros das CEBs a experiência pessoal dos animadores é de suma importância para haver uma troca de conhecimentos, desta forma os membros das CEBs entendem que o conhecimento ali adquirido não pode ser apenas por parte dos membros, mas também dos animadores que precisam além de ser fornecedor do conhecimento ele precisa, além disto, ser também o receptor do conhecimento (Betto, 1981).

Os membros das CEBs constituem em sua maioria de assalariados, geralmente inferior a quatro salários-mínimos mensais. Estes moram em locais humildes e sem grandes estruturas nos centros urbanos, os membros das CEBs rurais moram em assentamento ou pequenos sítios, são lavradores ou pequenos agricultores rurais que vivem de seu próprio manuseio da terra em uma produção de subsistência (Betto, 1981).

São semialfabetizadas: assinam o nome, decifram literalmente o código alfabético, mas nem sempre assimilam o seu significado. Sabem ler, sem entender muito o que está escrito (Betto, 1981, p.19).

Dentre as características dos cultos das CEBs, fica evidente o aspecto cultural dos membros materializando-se na liturgia católica:

[...] Numa celebração na Paraíba, o simbolismo da hóstia eucarística foi atualizado pela partilha do cuscuz, sem, porém, substituí-la. Em Linhares, Espírito Santo, a colheita do cacau foi comemorada pelas comunidades com uma celebração no decorrer da qual se cozinhou e partilhou o produto. Na prelazia de São Felix do Araguaia, os símbolos litúrgicos são instrumentos de trabalho dos pescadores e agricultores: rede, cuia, facão, etc. É sempre maior e mais frequente o número de cânticos litúrgicos elaborados pelos próprios membros das comunidades. São eles que preparam as novenas e as missas, as festas dos santos e os roteiros de celebrações, sempre ajudados pelo agente pastoral (Betto, 1981, p.20).

Dentre os fatores presentes nas CEBs, os que se destacam entre os membros nas comunidades rurais e urbanas é a expropriação da terra e do trabalho. Antes, a religião servia como um remédio paliativo no alívio da dor da exclusão e dos problemas sociais que recaíam sobre os ombros da classe oprimida, todavia, com o trabalho das CEBs, a religião não somente é o remédio paliativo na esperança da salvação pós-morte, mas também representa a superação dos desafios terrenos através da luta coletiva (Betto, 1981).

É importante salientar a forte repressão sofrida pelos membros e agentes pastorais das CEBs no período da ditadura militar, muitos foram presos, torturados, exilados ou assassinados pelo regime, todavia, não houve desarticulação por parte das CEBs. Podemos afirmar neste contexto que a tentativa da ditadura de desarticular as CEBs foram frustradas pela organização interna das comunidades, que engendraram não somente manifestações culturais nas missas, mas somaram forças pela educação política dos membros (Betto, 1981).

[...] A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na Igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle interno dos poderes públicos. Os militares não tinham como decretar a destituição de D. Paulo Evaristo Arns, como arcebispo de São Paulo, nem podiam nomear um general da reserva para presidir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nas demais instituições brasileiras, não havia nenhum empecilho para que isso fosse feito (Betto, 1981, p.22).

Outro fator importante na compreensão deste movimento eclesial é a dinâmica pastoral que o processo de *aggiornamento* intensificou. O Concílio Vaticano II permitiu a Igreja Católica ocupar espaços utilizando a ferramenta pastoral em conformidade com a instituição romana, sem rompimentos e em profunda comunhão (Alberigo, 2006).

Os documentos promulgados no Concílio Vaticano II e sua dinâmica pastoral culminaram na intensificação dos trabalhos pastorais das CEBs no Brasil, utilizando como premissa fundamental o ecumenismo - o trabalho das CEBs encontrara um campo fértil no Brasil, sendo precursora no trabalho progressista no campo religioso (Betto, 1981).

[...] a renovação da Igreja, iniciada com o Vaticano II e levada a efeito na América Latina a partir da reunião de Medellín, em 1968, fez com que a hierarquia eclesial se aproximasse sempre das classes populares, das quais o Estado se encontrava cada vez mais distanciado (Betto, 1981, p.22).

Os agentes e membros das comunidades eclesiais são orientados pelo método pedagógico do ver-julgar-agir⁵¹, este método, tão presente e articulado na CEB, mostra seu potencial prático no cotidiano dos membros e agentes que vivificam as ações pastorais. Em suas reuniões, os agentes pastorais e membros organizam um momento propício para analisar a realidade de vida dos membros engajados, após as orações, os círculos reunidos em determinado local⁵² colocam em lugar de fala os sujeitos ali presentes, para dividirem seus problemas e dificuldades (Betto, 1981).

[...] Em geral, são problemas domésticos (uma filha doente, um vizinho desalojado de seu terreno, o mutirão para erguer o barraco destruído pela chuva) e profissionais (a obrigação de fazer horas extra na fábrica, a organização do sindicato rural, o desemprego) (Betto, 1981, p.29).

Este modo de organizar as reuniões e compartilharem entre eles seus anseios caracteriza de forma prática o sentido pedagógico do ver, mobilizando e aflorando a empatia e solidariedade entre os membros e agentes (Betto, 1981).

Em segundo, o julgar sendo também um conceito pedagógico presente nas CEBs, caracteriza-se pela visão cristocêntrica do sentido mais simples do

⁵¹ Método pedagógico que orienta não somente as CEBs, mas também a CPT (Betto, 1981);

⁵² Barraco de vila, casebres ou até mesmo no salão paroquial;

evangelho. “Como Jesus agiria nessa situação?” “Como devemos agir?”, estas indagações parte como premissa fundamental, sob a luz do evangelho, centralizando o sentido pastoral presente no Novo Testamento (Betto, 1981).

Esta segunda parte do método é sempre ligada ao Evangelho. Alguém sugere uma passagem do Novo Testamento que, ao seu ver, ilumina o tema em discussão. Todos ouvem em silêncio e, em seguida, fazem seus comentários (Betto, 1981, p.30).

A terceira parte pedagógica da CEBs, parte da premissa da ação, sempre conjunta, nunca individual, para a superação da adversidade. Nesta parte, para solução do problema, sugerem o planejamento e como será a ação conjunta que pode ser das mais diversas formas (Betto, 1981).

Desta relação ação de Jesus nossa ação, entra-se na terceira parte: o agir, o planejamento, a forma concreta de enfrentar o problema. Combina-se um mutirão para ajudar a colher o feijão de um lavrador ameaçado de perder a produção, o abaixo-assinado no bairro para reivindicar água ou esgoto para as casas, a compra de alimentos no atacado a fim de evitar os altos preços do varejo (Betto, 1981, p. 30).

É importante salientar que esta metodologia pedagógica das CEBs não funciona de forma mecânica, ou seja, ocorre muitas vezes da comunidade por várias semanas ou até meses ficarem engajados em torno do mesmo problema, principalmente quando o problema está relacionado a mutirões para trabalhos de infraestrutura do local ou nas lavouras dos membros (Betto, 1981).

Em outras ocasiões ocorre de o problema ser solucionado de forma mais dialética e menos linear, tornando o método pedagógico ver-julgar-agir mais dinâmico (Betto, 1981).

O método não funciona de modo linear, como se cada momento estivesse separado do outro ou em sequências estanques que provocariam, na sucessão de reuniões, uma espécie de eterno retorno ao ver-julgar-agir. O método funciona, na prática, de modo dialético. O ver já traz no seu bojo elementos para o julgar e exigências para o agir. Cada momento se inter-relaciona com os demais. A avaliação de agir nas reuniões seguintes não é um recomeçar tudo de novo, mas a continuidade da ação, retomada sob a consciência crítica de suas falhas e erros e de suas implicações pastorais (teológicas, bíblicas e políticas no sentido amplo) (Betto, 1981, p.31).

As comunidades em suma tornaram um espaço fecundo de politização do indivíduo no sentido estrito, como também tornou a Igreja Católica um ambiente fértil dentro desta perspectiva progressista para representar a figura mais simples do evangelho, materializando uma igreja preocupada com as questões sociais e

não somente pelo seu prestígio institucional. Esta perspectiva emergiu a consciência política de seus membros, sempre atentos às injustiças que pesam sob seus ombros (Betto, 1981).

As CEBs utilizam muito os círculos bíblicos como uma forma de socializarem entre eles, essa metodologia de análise dos textos bíblicos em grupos reunidos traz uma perspectiva inovadora na interpretação bíblica. Primeiramente, esses círculos bíblicos têm como centralidade a leitura do evangelho como exemplo para o povo, na compreensão de que a bíblia não se trata de textos deslocados da vivência prática na qual os membros e os agentes pastorais estão inseridos, pelo contrário, ela reafirma o caráter de luta e libertação de um povo oprimido (Betto, 1981).

[...] Assim a bíblia ensina-nos a reler nossa história à luz dos desígnios do Pai, que se manifestam nos caminhos dos pobres. A comunidade toma consciência de que ela também “está escrevendo” sua Bíblia (Betto, 1981, p.33).

A partir desta vivência, os membros das comunidades conseguem ter a dimensão do que representam suas lutas, sem perder a sua dimensão transcendente, pois eles relacionam a sua fé como um pressuposto fundamental na superação das dificuldades ainda em vida (Betto, 1981).

[...] A consciência de que essa libertação somente será possível à medida que as classes puderem assumi-la e realizá-la. Ela será obra dos próprios setores populares organizados. Sem isto, o máximo que poderá haver será uma pseudo-libertação, que muda as pessoas que ocupam o poder mas não modifica o caráter e a natureza do poder (Betto, 1981, p.36).

A pedagogia de trabalho das CEBs abrange a característica teológica pregada no contexto do Vaticano II, sua perspectiva pastoral preocupa-se quase que exclusivamente com o conceito teológico da “igreja em saída”, este sentido pastoral presente na comunidade eleva a experiência individual de seus membros a patamares elevados, em outras palavras, para ser membro engajado ou para ser agente pastoral das CEBs, é necessário experiência de base, estar alinhado às lutas cotidianas, conhecer de perto os problemas e a realidade do outro (Betto, 1981).

A pastoral popular procura estabelecer uma relação dialética com as bases e um dos aspectos mais importantes dessa relação é a

descoberta de uma nova pedagogia de trabalho com as classes populares. Uma pedagogia que permite verificar algumas das razões pelas quais não se firmou ainda neste país um instrumento político enraizado no povo e capaz de se afirmar, historicamente, como vanguarda libertadora (Betto, 1981, p.37).

Desta forma a pedagogia popular das CEBs tem um compromisso fundamental com suas bases, uma essência pragmática pautada no diálogo, na ação coletiva e na organização da espiritualidade centralizados na ação pastoral da Igreja Católica (Betto, 1981).

Mais um fator importante na análise das CEBs é a sua essência ecumênica, como previsto no Vaticano II. É comum as comunidades eclesiais conviverem e dialogarem com outras ramificações cristãs e não cristãs, esta lógica intensificou-se com o passar dos anos devido o crescimento do pentecostalismo nos assentamentos do MST e a partir desta lógica este estudo compreende a dinâmica pentecostal como uma força agregadora aos movimentos sociais, somando-se uma miscigenação teológica junto à teologia da libertação, teologia da prosperidade e na teologia da esperança (Py; Pedlowski, 2020).

O dinamismo pedagógico presente nas CEBs irá obter ecos e influência também na CPT, encrustando sua perspectiva dialética obtendo como foco o meio rural. O método pedagógico do ver-julgar-agir em muitas comissões pastorais espalhadas pelo Brasil tem sua centralidade nos círculos, essa vivência de base debruça sobre o cooperativismo presente nos assentamentos, auxiliando de várias formas, como já exemplificado neste estudo (Betto, 1981).

Como já dito, as CEBs encontram terras férteis nas zonas rurais, sendo o local onde elas mais atuam. Esta realidade se explica pelo grau de representatividade que os homens do campo enxergam nas comunidades, sendo sua centralidade e principal referencial ideológico (Betto, 1981).

[...] Ao contrário do operário urbano, sua cultura está impregnada de religiosidade. A palavra do padre ou do bispo é, para ele, a palavra de Deus. No caso brasileiro, os camponeses, desprovidos de apoio oficial, sem condições de obter crédito bancário, vítimas dos intermediários que pagam pouco pelo produto que depois revendem caro, não têm como se defender senão através do sindicato rural e das comunidades de base (Betto, 1981, p.26).

Nesta toada, o trabalho desenvolvido pela CPT irá somar forças junto as CEBs, com características pedagógicas⁵³ semelhantes na vivência de base de seus entusiastas. Esta articulação conjunta tornará a igreja católica progressista cada vez mais atuante no campo fazendo com que os trabalhos desenvolvidos sejam cada vez mais engajados juntos à Igreja Católica (Betto, 1981).

[...] As comunidades rurais articulam-se com a Comissão Pastoral da Terra, órgão da Conferência Nacional dos Bispos. A CPT acompanha os problemas das comunidades rurais, denuncia os conflitos, divulga os casos de opressão, apoia a luta dos posseiros, dos boias-frias e dos peões escravizados nos latifúndios (Betto, 1981, p.26).

Segundo Frei Betto (1981), o que move os trabalhadores rurais é a perspectiva de uma vida melhor apesar das adversidades, a esperança em superar as dificuldades enfrentadas pela ausência do Estado que resulta na brutal opressão dos latifúndios.

Neste contexto também é importante salientar a relevância da Teologia da Libertação que neste contexto histórico teve uma profunda influência na formação do pensamento e na prática pedagógica das CEBs. Mais precisamente, o grande entusiasta da Teologia da Libertação, na segunda metade da década de 1950, Rubem Alves (1969), em sua tese de doutorado, planta a semente desta teologia levantando sua perspectiva teológica libertadora, com uma proposta pura do evangelho como rompimento com a perspectiva opressora das religiões com o intuito de apresentar a centralidade salvífica da libertação em cristo, ainda em vida. Rubem Alves (1969) contribui em sua tese de doutorado que a perspectiva libertadora presente no evangelho, sua promessa e preferência pelos pobres e oprimidos, faz com que esta teologia embase sistematicamente todo o imaginário das lutas progressistas presentes nas CEBs⁵⁴ e na CPT (Betto, 1981).

De fato, as CEBs representam a materialização da teologia da libertação, sendo um movimento percussor na luta pela libertação dos povos oprimidos pela ordem capitalista, esta teologia ganhará força pós-vaticano II, materializando o

⁵³ Nota-se neste sentido a influência da pedagogia ver-julgar-agir e seus desdobramentos na pedagogia progressista nos movimentos e organizações católicas (Boff, 2004). Compreender esta perspectiva se faz necessário para entendermos a engendração deste processo ao movimento pentecostal (Py; Pedlowky, 2020);

⁵⁴ É importante salientar que na compreensão do método pedagógico das CEBs e na CPT, é possível identificar características comuns em ambas, principalmente a questão dialética do método ver-julgar-agir (Betto,1981).

sentido pastoral do concílio, assim como, tendo fortes ecos na cúria romana e na CNBB culminando na formação da CPT⁵⁵ e na CPP⁵⁶ no Brasil (Poletto; Canuto, 2002). Para compreendermos o dinamismo pastoral ecumênico das comissões e conselhos pastorais no Brasil é necessário entender sua estrutura elementar, as teologias que o abrangem, os impactos desta dinâmica no sentido religioso e a forma do fazer pedagógico para a classe trabalhadora no campo (Poletto; Canuto, 2002).

Compreendendo as dinâmicas pedagógicas presentes nas CEBs e os ecos na Comissão Pastoral Terra, é possível identificarmos, portanto, que os trabalhos desenvolvidos nas comunidades eclesiais obtêm desdobramentos pertinentes à CPT, com o modo de operação em vários aspectos convergentes (Poletto; Canuto, 2002).

Outra característica presente nas CEBs e na CPT que aqui se faz relevante salienta é o seu caráter político-religioso, este aspecto faz com que estas organizações e manifestações sociais ganhem uma perspectiva extremamente politizada e organizada, sempre utilizando este artifício como organização das pautas e lutas que neste contexto abrange quase que exclusivamente a reforma agrária (Betto, 1981).

Como forma de organização daqueles que, por sua pobreza e opressão, revelam o verdadeiro caráter da polis, as comunidades permitem à Igreja retomar sua índole evangélica: ser fermento na massa, luz no mundo, sal na comida. Espaço de expressão da palavra do oprimido, nas comunidades emerge a consciência crítica do povo, a crítica à ordem social injusta. Nesse sentido, elas são políticas, não enquanto grupos partidários ou dotados de estratégias e táticas políticas. Pretender “despolitizar” as comunidades é torná-las mera caixa de ressonância do discurso eclesial-político dominante, aprofundando a introjeção da ideologia do opressor na consciência do oprimido. Seria uma inversão de seu papel de descodificadoras da consciência do oprimido para tornarem-se legitimadoras de uma Igreja de neocristandade, vinculada aos interesses dos proprietários dos meios de produção e mediatizada em sua relação social pelo Estado Burguês (Betto, 1981, p.31-32).

Não é possível, desta forma, desvincular as lutas políticas presentes nestas organizações, de sua vivência de fé. Dentre os membros impera o ideal cristocêntrico, entretanto as lutas materializam ainda o papel emancipador do

⁵⁵ A CPT, sendo um movimento ecumênico e pastoral, ganhará corpo na década de 1980, ou seja, após a criação das CEBs;

⁵⁶ Conselho Pastoral dos Pescadores;

evangelho, o qual tem por finalidade a liberdade de um povo, em outras palavras, a leitura progressista do evangelho no sentido teológico-libertador (Betto, 1981).

Nesta toada, não é possível pertencer as CEBs ou da CPT sem compreender seu caráter político, muito vinculado aos ideais socialistas, esta característica das instituições nos planos políticos materializa suas lutas e conquistas nos anos pós-ditadura, com a conquista da Constituição Cidadã (Betto, 1981).

[...] esses critérios básicos são: um conduto político que tenha raízes nas organizações populares de base; um conduto político sob a hegemonia da classe operária, de seus militantes mais consequentes e ativos; um produto que coloque, em seu programa e ação, não só a busca de uma alternativa para o regime, mas também a busca de uma alternativa para o sistema capitalista (Betto, 1981, p.84-85).

Neste contexto, é possível identificarmos que a ditadura militar mostrou uma face da Igreja Católica que antes não era possível perceber, a maior instituição religiosa do Brasil representou para os opositores do regime, um refúgio nos momentos mais duros, na incerteza, na verdadeira caça aos opositores. A Igreja Católica só conseguiu assumir este compromisso com o aprofundamento de seus trabalhos pastorais, com a perspectiva da “igreja em saída” e sem dúvidas com a organização da classe trabalhadora. A igreja progressista ativou mecanismos capazes de fazê-la se aproximar de seus fiéis, viver suas amarguras e incertezas. O contexto político nacional e o período pós Vaticano II permitiu a Igreja ocupar esses espaços (Betto, 1981).

[...] o controle direto pelo aparelho repressivo do Estado de todos os espaços de articulação da sociedade civil, exceto a Igreja, permitiu que, à sombra desta, se desenvolvesse em muitas regiões do país um intenso trabalho pastoral, eminentemente popular, capaz de despertar nos fiéis a dimensão social e política da fé cristã. Certos expedientes, como o interesse pelos instrumentais de análise da realidade, tornaram-se comuns na prática pastoral, como parte integrante do processo de evangelização. Propiciar um conhecimento mais crítico e aprofundado da realidade social tornou-se condição de evangelização (Betto, 1981, p.87).

Nesta toada, a igreja católica abrangeu seus mecanismos pastorais que no contexto da ditadura militar no Brasil, representou uma aproximação entre o clero e os fiéis, esta aproximação decorre da intenção do Vaticano II na tentativa de amortecer a crise religiosa que pairava sobre a Igreja (Alberigo, 2006).

À medida que buscavam novos condutos de organização e pressão social, as classes populares encontraram na Igreja comprometida com a pastoral popular um espaço privilegiado de rearticulação de suas forças (Betto, 1981, p.91).

Neste contexto é possível identificarmos que as CEBs, juntamente com suas características pedagógicas de luta a partir de seus entusiastas, as ações pastorais e organizacionais, irão contribuir e somar às lutas propostas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que será criada posteriormente, mais precisamente em outubro de 1975.

4.2 CRIAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: OBJETIVO E FOCO

Para compreendermos o nascimento da CPT é necessário primeiro relembrarmos a discussão levantada neste estudo quanto ao contexto social, político e religioso o qual a Igreja Católica estava inserida (Alberigo, 2006). Não é possível falarmos do nascimento do ideário pastoral da Igreja no Brasil sem citarmos as importantes decisões conciliares, os documentos promulgados (Alberigo, 2006). Como já abordamos no primeiro capítulo, o aspecto pastoral e ecumênico do Concílio Vaticano II fez com que a igreja progressista no Brasil encontrasse novas formas de organizar-se (Poletto; Canuto, 2002). As CEBs, por mais que tenha nascido no decorrer da década de 1960, ou seja, concomitante às reuniões do Vaticano II, ela representou para a igreja progressista a materialização da teologia da libertação juntamente com suas ações pastorais e educacionais, efervescendo seu próprio método pedagógico, aglutinando a classe trabalhadora, dando esperança não apenas à vida pós-morte, mas ao poder da luta coletiva através da emancipação do indivíduo (Betto, 1981). Todavia, ocorria no Brasil ainda uma série de ações políticas, oriundas da classe dominante, que suprimia não apenas as lutas dos camponeses (Lustosa, 2012), mas também no trabalho pastoral das lideranças do baixo clero católico (Comissão Pastoral da Terra, 2010).

A primeira ação coordenada gerou em torno do CIMI, o conselho indigenista missionário teve como premissa o auxílio e proteção dos povos indígenas na Amazônia. A partir de 1973 iniciou um trabalho de relevância para

regionalizar esta proposta missionária na Igreja Católica no Brasil. A CNBB criou diversas assembleias regionais com o intuito de organizar as ações pastorais, este trabalho da CNBB proporcionou uma importante aproximação entre os missionários do CIMI e os povos indígenas presentes na Amazônia e na região centro-oeste (Poletto; Canuto, 2002).

Neste contexto de ações do CIMI, surge a figura patriarcal na gênese da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dom Pedro Casaldáliga, na época era bispo da Prelazia de São Felix do Araguaia. Dom Pedro era enraizado na formação da corrente teológica da libertação, fiel defensor das comunidades eclesiais de base, articulador importante nos trabalhos pastorais desenvolvidos pelo CIMI, sua importância na criação da CPT enraizará as premissas de desenvolvimento pedagógico, assim como os trabalhos de assessoramento dos movimentos sociais que se organizavam na luta pela reforma agrária (Gonçalves, 2012).

[...] Com Dom Pedro Casaldáliga, abraçaram a causa do CIMI alguns missionários que se destacaram, como Egídio, Iasi, Tomás Lisboa, Rodolfo, João Bosco Burnier e os jovens da OPAN – Operação Anchieta (Poletto; Canuto, 2002, p.43).

O trabalho desenvolvido no CIMI foi de suma importância para compreendermos o nascimento da CPT, o conselho indigenista e seus agentes e entusiastas trabalhavam em várias frentes, desde o contexto pastoral até no sentido pragmático e político. A centralidade do CIMI era, além dos trabalhos catequéticos da Igreja Católica, também se preocupavam em proteger os povos originários. Geralmente, as capelas e igrejas serviam de refúgio em ocasiões extremas, quando algum indígena estava sendo ameaçado por algum fazendeiro. Também era comum haver trabalhos relacionados ao campo educacional promovido pelo CIMI, como a alfabetização e a prática pedagógica do método ver-julgar-agir (Poletto; Canuto, 2002).

Para compreendermos melhor o nascimento da CPT, precisamos revisitar o contexto histórico da ditadura militar no Brasil e seus impactos no setor agrário, os problemas sociais pelos quais o Brasil passava e o grave problema dos conflitos no campo (Gonçalves, 2012).

Dom Pedro Casaldáliga (1971) inicia sua carta pastoral invocando a constituição apostólica *Lumen Gentium*, a constituição intitulada “Luz dos Povos” tem como premissa a centralidade cristã pela paz no mundo. Esta carta pastoral

escrita por D. Pedro faz uma série de denúncias, denúncias estas que tem por principal preocupação os conflitos na Prelazia de São Felix do Araguaia entre sem terras e fazendeiros, assim como denuncia também o trabalho escravo na região, obtendo como premissa fundamental a crítica severa à concentração de terras, tão presente no cotidiano dos que viveram em São Felix do Araguaia no contexto da ditadura militar.

A partir desta denúncia por escrito pela carta pastoral, Dom Pedro Casaldáliga ganha notoriedade por radicalizar-se contra a ditadura militar e o seu alto engajamento junto aos que lutavam pela dignidade humana. Quatro anos depois de sua carta pastoral, houvera a organização de uma assembleia para estruturar através das CEBs, uma comissão pastoral capaz de auxiliar os conflitos no campo (Poletto; Canuto, 2002).

Foi certamente um acontecimento extraordinário, sobretudo pela realidade violenta que apareceu e pelo desejo suscitado de comprometimento mais concreto com as lutas dos posseiros. Foi também uma assembleia que inovou na orientação pastoral da Igreja. A decisão de estruturar uma Comissão Pastoral da Terra deu rumo novo à pastoral rural e influenciou muitas outras pastorais, particularmente as Comunidades Eclesiais de Base (Poletto; Canuto, 2002, p. 50).

Devido ao aumento significativo dos conflitos no campo, os bispos que organizaram a instauração da CPT, compreenderam que estes conflitos não ocorriam apenas na região amazônica, como denunciado na carta pastoral de D. Pedro Casaldáliga (Casaldáliga, 1971). A percepção era que os conflitos estavam ocorrendo sistematicamente em várias regiões do Brasil em face do processo de mecanização conservadora dos latifúndios (Lustosa, 2012).

Em primeiro lugar, para o espanto de muitos, apareceu a grande extensão dos conflitos rurais. Estavam presentes não somente na Amazônia Legal, considerada região de fronteira, mas praticamente em todas as partes do Brasil, lá também onde se pensava tivesse sido resolvida a questão da terra (Poletto; Canuto, 2002, p.50).

Outro fator importante que explica o motivo da criação da CPT é a perspectiva de engendração pastoral e teológica com as manifestações sociais. Movidos pela interpretação plena do evangelho e da “igreja em saída”, a CPT, embebida pelas práticas das CEBs e do CIMI, estrutura suas pautas com foco nos desassistidos no meio rural (Poletto; Canuto, 2002).

Em segundo lugar, foi decisiva a fórmula encontrada para a Igreja dar sua colaboração em defesa do homem do campo. Devemos reconhecer que, por parte de algumas pessoas, particularmente dos sindicalistas, devido ao passado histórico da Igreja, não havia muita confiança numa possível colaboração. A desconfiança foi superada com a aposta numa fórmula nova de presença. Nova até certo ponto, pois acabava de ser introduzida pelo CIMI em seu trabalho com os indígenas. De fato, a CPT inspirou-se muito nele (Poletto; Canuto, 2002, p.50).

Desta forma, a CPT estruturava suas ações engendrando os métodos do CIMI e principalmente das CEBs, seu trabalho, a partir de sua criação, envolvia vários aspectos fundamentais:

- 1) Não se tratava de ser mediador entre os trabalhadores do campo e o governo, atitude vezes tomada pela Igreja; menos ainda de resolver (era possível?) os conflitos em lugar dos posseiros;
- 2) Não se tratava de constituir um movimento eclesial cristão, integrado por trabalhadores rurais católicos – já existiam outros e cumpriam seu papel;
- 3) Foi constituída uma comissão de serviço, limitada e ágil, que pudesse estar presente onde aparecesse a necessidade, solidarizar-se com os posseiros, ajudar em sua organização... (Poletto; Canuto, 2002, p.51).

Na CPT não existe a preocupação explícita de que seus membros e assistidos sejam exclusivamente católicos, o trabalho junto ao MST traz essa perspectiva e desdobramento na prática (Bastos, 2012). Este fato materializa-se principalmente com a expansão do pentecostalismo após sua terceira onda, explicando também a inércia da CPT e sua premissa ecumênica (Py; Pedlowski, 2020).

Como se vê, é uma organização de serviço que não pretende constituir quadros eclesiais, mas ajudar os trabalhadores da roça em suas necessidades básicas, em primeiro lugar o problema da terra. Daí sua agilidade e sua abertura. A comissão é pastoral, pois é uma organização da igreja (melhor, das igrejas), mas ampliando seu raio de ação para homens e mulheres de qualquer credo, etnia, grupo. Sobretudo, não quer substituir os trabalhadores, mas confia em sua capacidade de organização. Parece uma orientação óbvia, mas na época foi, juntamente com o CIMI, uma grande novidade (Poletto; Canuto, 2002, p. 51).

É importante salientar que a lógica pedagógica das CEBs influenciava diretamente na perspectiva de atuação das ações educacionais da CPT, frisando que as CEBs eram um trabalho pastoral eclesial, ou seja, ao contrário da CPT, as CEBs tinham como finalidade a organização da classe trabalhadora vinculada ao trabalho nas missas e demais celebrações católicas. A CPT abrangia o método pedagógico/ecumênico, todavia, não existia a preocupação na conversão de seus

membros ou entusiastas, por mais que ela pudesse ocorrer dentro do mecanismo. Essa possibilidade de mobilidade religiosa presente na CPT abria brechas para o processo de inculturação, principalmente nos assentamentos organizados pelos movimentos sociais que lutavam por reforma agrária (Ferreira, 2004).

Outra característica da CPT que é relevante salientar é a descentralização, pois, os trabalhos desenvolvidos por ela, em muitas ocasiões, eram feitos por decisão exclusivamente dos agentes presentes no assentamento, não sendo necessariamente desenvolvida por cartilha da CNBB. Por este motivo existia dentro da CPT a distinção do trabalho oficial⁵⁷ e não oficial⁵⁸, todavia, mesmo não sendo um trabalho desenvolvido pela Igreja Católica, existiam aspectos hierárquicos e dinâmicos que pertenciam à Igreja Católica (Poletto; Canuto, 2002).

Outro aspecto da novidade foi a relação da Comissão com a Igreja oficial, quer dizer, a relação com os bispos. Evidentemente, por ser “pastoral” tinha de depender dos bispos. Também, não se pretendia criar uma comissão responsável só como grupo limitado de pessoas nas decisões a serem tomadas; o desejo era envolver a Igreja toda numa atitude solidária e profética. Foi decidido que a relação deveria ser “oficiosa” e não “oficial”, ou seja, não deveria ter aquela dependência da CNBB como no caso dos outros organismos oficiais, mas maior autonomia. Isso para não comprometer imediatamente os bispos em todas as ações e, também, para poder ter maior agilidade e liberdade nas decisões e ações a serem tomadas. Evidentemente, tudo isso foi esclarecido aos poucos (Poletto; Canuto, 2002, p.51).

Voltando ao processo germinal da CPT, é possível identificarmos um processo característico do ambiente político por qual o Brasil e a Igreja Católica estavam passando. A igreja católica estava colocando em prática os documentos promulgados no Concílio Vaticano II, materializando o *aggiornamento* na tentativa de superação ou amenização da crise religiosa (Alberigo, 2006). No Brasil, havia um processo de aprofundamento das crises sociais no campo com a mecanização conservadora (Lustosa, 2012). Neste contexto germinal, a CPT transformou-se em uma instituição que por mais que fosse vinculada a Igreja Católica, sua grande premissa era o desenvolvimento de suas ações de maneira não oficial, ecumênica por essência, porém organizada, institucionalizada e com

⁵⁷ Trabalhos desenvolvidos por intermédio direto da CNBB (Poletto; Canuto, 2002);

⁵⁸ Trabalhos desenvolvidos exclusivamente pelos agentes da CPT em suas atuações no assentamento (Poletto; Canuto, 2002);

métodos pedagógicos bem definidos, como bem expostos neste estudo (Caldart, 2004).

Como desdobramentos do Concílio Vaticano II, Poletto e Canuto (2002, p.23) contribuem:

[...] a abertura de novas formas de organização do trabalho eclesial a serviço dos mais necessitados: são conselho e comissão formados por pessoas capacitadas para o serviço necessário em favor dos povos indígenas, dos sem-terra e dos camponeses; possuem caráter, ao mesmo tempo, missionário e eclesial, com missão de convocar os cristãos, suas comunidades sua Igreja e assumirem esses serviços como conteúdo da prática do amor que deve caracterizar sua vida e sua palavra. Originariamente, os dois organismos nasceram com a missão de ser mobilizadores da Igreja dos que seguem e testemunham Jesus Cristo em favor dos povos injustiçados, marginalizados, explorados, excluídos. Não se organizaram como um movimento de cristãos. A multiplicação de comissões e conselhos deveria possibilitar, com o apoio da igreja e das pessoas de boa vontade, o nascimento de movimentos dos sem-terra, dos povos indígenas, dos produtores familiares etc (Poletto; Canuto, 2002, p.23).

Entende-se neste processo que o nascimento da CPT representou o fio condutor dos demais movimentos sociais que lutam pelo direito à terra no Brasil, sendo esta gênese de nascimento um processo gradual que avançaria pelos anos subsequentes (Bastos, 2012).

Este é o sentido germinal da CPT: ter sido fonte de novas formas de ser Igreja e de novas práticas de cidadania. Reconhecer isso não deve ser motivo de orgulho ou vaidade, pelo contrário. Trata-se, isso sim, de perceber, com alegria, as contribuições que se tornaram possíveis por meio de sua criação e de sua atuação, e isso abre para novas e maiores responsabilidades. Afinal, se naquele tempo, naquela conjuntura, a CPT foi reforço de um tempo germinal, é preciso que se veja em que e como a CPT pode e deve ser, hoje, fonte de novas formas de ser Igreja e de novas práticas da cidadania. A CPT tem vocação germinal; se ela perder, deixará de ser sal da terra e luz do mundo (Poletto; Canuto, 2002, p.24).

Mais importante do que a fatídica data de sua criação, é necessário compreender o processo histórico que fez com que esta força agregadora aos movimentos sociais se inseriu, desembocando no Encontro dos Bispos da Amazônia, em outubro de 1975 (Bastos, 2012).

4.3 AÇÕES EDUCACIONAIS NA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: PREMISSAS E DESENVOLVIMENTO

A CPT desde sua criação tinha por principal responsabilidade o desenvolvimento de ações pastorais no campo e assessorar os movimentos

sociais que lutavam pelo direito de desenvolver suas atividades no campo. Neste processo, desde sua criação a CPT exerceu seu papel baseado em premissas pedagógicas fundamentais para o desenvolvimento de suas ações educacionais. Para compreender melhor este processo é necessário articularmos a gênese da CPT ao processo histórico ao qual ela está inserida, desde o decorrer do século XX até o seu nascimento propriamente dito. Em primeiro momento, o período anterior a CPT deve ser analisado pela forte influência da teologia da libertação, teologia esta que desembocou na criação das CEBs, as comunidades eclesiais de base a partir da década de 1960, ganhando notoriedade por seu trabalho pastoral no meio urbano e rural, como já explicitado neste estudo (Poletto; Canuto, 2002).

O paradigma metodológico educacional das CEBs (ver-julgar-agir) encontrou na CPT o seu desenvolvimento em diversas faces. Na CPT, o método educacional o qual analisamos ganhou mais fôlego ao poder de angariar forças ecumênicas, ou seja, demais religiões presentes nos assentamentos também somaram-se a esta perspectiva de atuação pastoral e educacional. Neste contexto, os trabalhos desenvolvidos pela CPT, a partir da década de 1980, começaram a ganhar uma nova força teológica, pois, o pentecostalismo estava em processo de expansão no meio urbano e rural. Compreendendo este processo de angariação de forças em diferentes frentes, é possível identificarmos diversos trabalhos desenvolvidos pela CPT no campo educacional, todos estes trabalhos utilizavam como paradigma metodológico educacional, o ver-julgar-agir. Em suma, a partir da criação da CPT em outubro de 1975, é possível identificarmos não somente estas premissas de trabalhos de cunho progressista, mas também o processo de politização de seus membros e agentes, preocupando-se como centralidade buscar as raízes dos problemas pelas quais a CPT em seu nascimento se propôs auxiliar na superação (Poletto; Canuto, 2002).

Não é possível analisar as ações educacionais da CPT sem entendermos o importante papel desenvolvido pelo Centro de Estudos e Ação Social pertencente à CNBB. Este importante centro educacional colaborou não somente com a criação da CPT em 1975 como auxiliou e guiou as ações educacionais da CPT em suas décadas de existência.

desde o início colaborou na fundação da CPT, comissão que foi fruto da convergência de várias forças: em primeiro lugar, o “grito” do povo do campo reivindicando a terra; em segundo lugar, vários grupos, de Igreja ou não, comprometidos com a luta dos trabalhadores rurais. Sem dúvida, foi determinante o compromisso da Prelazia de São Felix, com sua presença solidária e profética ao lado dos posseiros (Perani, 2002, p.47).

O CEAS fora criado em 1967 com o intuito de desenvolver práticas educacionais pautadas na doutrina social da Igreja Católica, à luz do Vaticano II. O trabalho do centro de estudos ficou reconhecido no Brasil por seu forte vínculo aos movimentos sociais e o desenvolvimento de diversas práticas pedagógicas em diferentes comissões pastorais, como o CIMI e a própria CPT (Perani, 2002).

A partir da década de 1970 o CEAS tivera um papel fundamental no fomento a criação da CPT, primeiro com o seu potencial de articulação junta a CNBB, segundo por sua capacidade em transitar entre os movimentos sociais os quais o centro de estudos já desenvolvia trabalhos relevantes. Ao organizarem o encontro que culminou na criação da CPT, o CEAS desenvolveu um importante trabalho, de diocese em diocese para espalhar entre os posseiros a nova comissão pastoral que estava sendo desenvolvida para auxiliá-los junto aos movimentos sociais (Poletto; Canuto, 2002).

[...] o CEAS foi encarregado de preparar e assessorar o encontro. Decidiu-se convidar pessoas de todas as dioceses e prelazias da Amazônia Legal que tivessem certo envolvimento com a problemática vivida pelos posseiros. Alguns membros do CEAS andaram por várias dioceses, observando a situação local, apresentando a ideia e convidando para o encontro. Ao mesmo tempo, discutia-se com outros agentes, sindicalistas e intelectuais a metodologia do encontro e os possíveis desdobramentos (Perani, 2002, p.49).

Neste contexto, o auxílio do CEAS foi de grande valor para iniciar um processo de mobilização dos posseiros e das lideranças pastorais que atuavam nas CEBs e no próprio CEAS, pavimentando o caminho da CPT e intensificando os trâmites necessários para que ela solidificasse em meio sua perspectiva de atuação (Perani, 2002).

Como já explicitado neste capítulo, mais precisamente no tópico referente à criação das CEBs e sua influência na CPT, é possível identificarmos que a comissão pastoral da terra é em suma, uma engendração de diversos movimentos progressistas que até a década de 1970 já existiam na Igreja Católica do Brasil. As CEBs e o seu método pedagógico já estavam neste contexto, solidificadas, desenvolvendo relevantes trabalhos educacionais, o CEAS já

promoviam trabalhos educacionais de cunho religioso, pavimentando a prática pastoral presente na doutrina social da ICAR. É possível, portanto, entendermos que estes trabalhos que já tinham sido desenvolvidos na ala progressista da Igreja Católica culminaram na intensificação através da CPT, que como finalidade teve sua fundação um pouco diferente das demais instituições. Sendo ecumênica por essência e apesar de desenvolver trabalhos pastorais e educacionais vinculados à Igreja Católica, não necessariamente ela desenvolve trabalhos com o intuito religioso. A gênese da CPT era encarregada em assessorar e fomentar os movimentos sociais que lutavam por reforma agrária, todavia, não existia a centralidade em converter fiéis para a Igreja Católica (Poletto; Canuto, 2002). Compreender esta realidade pastoral da CPT é de suma importância para compreendermos a forma com que a terceira onda pentecostal adentrará ao movimento somando forças à comissão pastoral e nos assentamentos (Py; Pedlowski, 2020).

Nesta realidade de desenvolvimento de seus trabalhos, a assembleia de outubro de 1975 que caracteriza a criação institucional da CPT tinha como escopo fundamental a engendração destas forças progressistas presentes no catolicismo brasileiro, embasados nos documentos pastorais desenvolvidos no Concílio Vaticano II.

A conjuntura da terra e a fórmula escolhida fizeram com que a CPT tivesse logo um grande desenvolvimento. A orientação de “serviço” valia também para a organização interna. A Comissão nacional tinha de favorecer, lá onde havia necessidade, a presença de uma Igreja solidária com os posseiros. Com isso, acompanhando a realidade dos conflitos ou a estrutura da CNBB, logo surgiram várias CPTs, sendo que a Comissão Nacional ficou como elo de união, estimulando e assessorando nas várias regiões (Perani, 2002, p.51).

À luz da constituição apostólica *Dignitatis Humanae*, dentre os trabalhos educacionais desenvolvidos pela CPT, a que mais se destaca é o auxílio educacional aos boias-frias e trabalhadores recuperados que trabalhavam em regime de escravidão ou análogo à escravidão (Poletto; Canuto, 2002).

A forma encontrada pela CPT para organizar suas ações educacionais foi através de suas assembleias nacionais, que desde outubro de 1975 se organizou para levantar as prioridades nos trabalhos que foram desenvolvidos desde então. Foram desenvolvidas 12 assembleias institucionais (até 1999), promovidas em

conformidade com as orientações da CNBB, onde várias decisões no campo educacional pautaram os trabalhos da CPT. A primeira assembleia da CPT materializou sua criação e sua perspectiva ecológica, pautando seu compromisso não somente na superação das crises provocadas pelo latifúndio no campo social, mas também no campo ambiental.

A preocupação com o meio ambiente veio aos poucos se incorporando às atividades desenvolvidas pela CPT. Apareceu com mais intensidade primeiro em algumas regiões, depois em outras. No Noroeste foram se destacando a defesa dos recursos naturais, a preservação de rios e lagos; no Sul apontou na direção de uma agricultura orgânica, livre de agrotóxicos e outros insumos prejudiciais às pessoas e à natureza; no Nordeste, a convivência com o semi-árido. Hoje praticamente todos os regionais, de uma forma ou de outra, têm em seu horizonte o meio ambiente, a ecologia (Poletto; Canuto, 2002, p.133).

Nesta toada, a centralidade e compromisso da CPT pela pauta ecológica materializou-se em ações educacionais e pastorais. A materialização da pauta ecológica no campo pastoral aparecera na Campanha da Fraternidade (CF) de 1979 sobre o tema “Queremos terra para cuidar dela”, com um forte fomento da CNBB através da utilização da interpretação do evangelho à luz da ecoteologia. Na pauta sobre as ações educacionais, a CPT promoveu seminários, grupos de estudos e eventos referentes ao tema. A promoção destas ações que foram desenvolvidas na CPT a partir de 1975 engendrou também às perspectivas de organização do MST, que fora fundado posteriormente, mais precisamente em janeiro de 1984 (Poletto; Canuto, 2002).

A 2ª assembleia da CPT ocorreu em 1979, e teve como premissa fundação a elaboração de relatórios para denunciar o avanço irresponsável sobre a Amazônia, apoiar o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e denunciar as poluições dos rios que estavam ocorrendo em função da construção de indústrias e usinas em suas margens (Poletto; Canuto, 2002).

A 3ª assembleia da CPT ocorreu em 1986 e nela foram elaborados relatórios e cartas pastorais que denunciavam o desmatamento irresponsável na Amazônia (Poletto; Canuto, 2002).

A pauta educacional nas assembleias da CPT voltou à tona na 6ª Assembleia Nacional, na qual foram desenvolvidos mais relatórios e cartas pastorais pelos bispos e demais clérigos participantes, denunciando o envenenamento dos rios, a derrubada indiscriminada das matas, a extração

predatória dos recursos naturais. Todavia, ficou decidida nesta assembleia, a necessidade em aprofundar o método pedagógico ver-julgar-agir, assim como buscar a prática educacional na busca pela conscientização dos posseiros assistidos. Essa centralidade educacional exposta na 6ª Assembleia Nacional culminou na organização, pela CPT do Amazonas, a reunião de posseiros, ribeirinhos e pescadores em outubro de 1987 para um diálogo sobre as ações necessárias na região do norte do Amazonas, centralizando o método ver-julgar-agir, ficou perceptível a vivência pragmática dos agentes da CPT pela ação metodológica na busca pelo entendimento da realidade dos membros assistidos pela comissão (Poletto; Canuto, 2002).

A 7ª assembleia ocorreu em 1989, e em carta final exemplifica as dores dos povos amazônicos, os ribeirinhos e pescadores.

Aqui conversamos sobre os grandes projetos que atingem todo o nosso solo e subsolo de nosso país. Todos nós queremos o progresso para o Brasil. Entretanto, vemos que as atuais hidrelétricas, como são planejadas e construídas, prejudicam as comunidades locais e grupos indígenas, como também destroem a natureza e comprometem o futuro de toda uma região. Fazem parte da mesma agressão os grandes projetos de mineração e reflorestamento que produzem desertos verdes. As estradas e ferrovias, no lugar de servirem a um desenvolvimento integrado à vida de todo o povo, atendem unicamente aos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais (Poletto; Canuto, 2002, p.135).

Como decisão primordial no campo educacional, a 7ª assembleia fundamenta sua carta final reafirmando o compromisso pela reeducação dos membros assistidos e toda a comunidade que circunda direta ou indiretamente o trabalho desenvolvido pela CPT do Amazonas.

[...] apoiar e estimular movimentos e ações de proteção e defesa do meio ambiente, colaborando para maior sensibilidade na relação das pessoas com a natureza, denunciando os abusos e, nesse sentido, estimulando a reeducação de todos (Poletto; Canuto, 2002, p.136).

A partir da 7ª assembleia houve diversos seminários, grupos de estudos e relatórios promovidos pelos agentes da CPT em diversas regiões do Brasil. Neste sentido fica perceptível o importante trabalho desenvolvido pela CPT não somente na questão burocrática, de assessoramento aos movimentos sociais, mas também na promoção de ações educacionais que possibilitem também a conscientização dos membros assistidos, sejam assentados, quilombolas,

pescadores, sem-terra ou posseiros, a questão educacional presente na CPT, embebida pelo método das CEBs e pela ação do CEAS, alavancou o desenvolvimento das ações educacionais, assim também proporcionou a CPT um processo mais leve de estruturação e enraizamento, fazendo um trabalho de base, a aceitação por parte dos assistidos foi quase que imediata (Poletto; Canuto, 2002).

É importante salientar que as ações educacionais desenvolvidas pela CPT a partir de 1975, não tinham como prioridade catequizar seus membros. A CPT, apesar de ser uma comissão vinculada a CNBB, portanto, vinculada também a ICAR, tinha como premissa assessorar no sentido mais puro na interpretação progressista do evangelho⁵⁹ (Poletto; Canuto, 2002). Com a criação do MST em 1984, a CPT engendrou lutas mais organizadas, perspectivas mais ecumênicas devido ao contexto da terceira onda pentecostal (Mariano, 2004). Essa característica da CPT deu espaço para o avanço do pentecostalismo nos assentamentos. A partir deste fato, principalmente a partir da década de 1990, capelas católicas e igrejas pentecostais dividiram o mesmo espaço, um complexo fluxo de pessoas adotou a mobilidade religiosa, dividindo espaços entre diferentes ramificações cristãs (Py; Pedlowski, 2020).

4.4 DESDOBRAMENTOS DA PENTECOSTALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NAS AÇÕES EDUCACIONAIS DA COMISSÃO PASTORAL TERRA (CPT)

O pentecostalismo expandiu suas missões nas zonas rurais do Brasil a partir de 1980, no contexto da terceira onda. Este processo ficou marcado pela presença das igrejas pertencentes à Assembleia de Deus (AD) assim como as igrejas pertencentes à terceira onda pentecostal (Py; Pedlowski, 2020).

Para Py e Pedlowski (2020), as dinâmicas ocorridas na segunda metade do século XX culminaram neste processo intermitente da pentecostalização nos assentamentos. Os fatores que explicam a estruturação do pentecostalismo em terceira onda provêm na capacidade do pentecostalismo em somar-se aos

⁵⁹ Neste sentido, aplica-se na CPT o conceito missionário da “Igreja em saída”, uma matriz interpretativa do evangelho com fortes vínculos a Teologia da Libertação (Boff, 2004);

movimentos sociais que lutavam por reforma agrária. Este fato se soma à característica do pentecostalismo ao não apego às tradições religiosas, que ao contrário da ICAR, apesar de na CPT não ser tão evidente, este processo abriu portas.

Segundo Poletto e Canuto (2002), a CPT provém de características ecumênicas por essência, essa característica da CPT, em várias faces, constrói importantes pontes de diálogos para compreendermos a dinâmica das teologias pentecostais, assim como as dinâmicas das teologias vindas do catolicismo progressista. Em face, a CPT dialoga de forma leve com diversas ramificações cristãs, em apego institucional com o catolicismo, todavia, preocupada também em somar forças construtivas para desenrolar seus trabalhos que eram desenvolvidos em várias frentes.

Já o teólogo Oliveira (2016) salienta a matriz do pensamento da pentecostalidade, que em sua essência traz consigo o código imaginário da esperança. A presença dessa matriz se caracteriza nos cultos, em hinos apelativos, com letras que envolvem o pensamento do cristão pentecostal na esperança, ainda em terra, por uma vida mais próspera. O presente teórico ainda constrói seu argumento salientando a característica esperançosa presente no meio pentecostal como um combustível para a ação, para a labuta e no caso dos assentamentos, para a organização coletiva.

Segundo Paulo Júnior (2020), o pentecostalismo firma seus princípios na sua capacidade em mobilizar massas, partindo para a ação coletiva em suas igrejas em várias faces. Esta forte característica do pentecostalismo soma-se a capacidade de elevar a esperança dos seus membros. Diante da perspectiva da classe trabalhadora no Brasil, à ausência das políticas públicas e sociais, a brutal concentração de renda, o desemprego e a miséria, a esperança pentecostal torna-se sal na terra, uma manifestação ao grito do oprimido que quer se libertar, quer sonhar e ter perspectiva de vida. Neste contexto fica evidente a teologia da esperança como um ponto central na pentecostalidade, em suma, na terceira onda.

Nesta toada, torna-se relevante apontar a capacidade da CPT em angariar forças. Desta forma, é possível identificarmos que a teologia da esperança, presente nas igrejas pentecostais no Brasil, soma-se aos trabalhos desenvolvidos

pela CPT e suas ações educacionais. A materialidade do método educacional da CPT convergia e culminava na soma dos trabalhos, sendo um processo que, apesar de ser multifacetado, também tornava os trabalhos institucionais da CPT cada vez mais estruturados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XX representou para a Igreja Católica uma realidade que há muito tempo não se via. Uma onda de crises sociais e civis ocasionou uma forte crise religiosa na Igreja Católica. Para superação desta crise a Igreja Católica convocou o Concílio Vaticano II, culminando no processo que os católicos intitularam *aggiornamento*, dentre os documentos desenvolvidos, os que mais se destacaram foram as constituições que aprofundavam a relação pastoral da Igreja Católica como um método de aproximação entre o clero e os fiéis. Como desdobramento ficou perceptível que a Igreja Católica aprovara estes documentos como uma tentativa de arrefecer a crise religiosa e buscar novas formas de evangelização e atuação pragmática. Este processo que a Igreja vivenciou no século XX ficou conhecido como “atualização” ou “*aggiornamento*” e representou um divisor de águas na história do catolicismo contemporâneo, visto a abertura que esta ramificação cristã passou com uma forte guinada na ala progressista da Igreja que defendia um rompimento dela às suas raízes medievais. Em suma, o aspecto pastoral do Concílio Vaticano II culminou no Brasil a uma forte onda progressista que se desdobrou na criação de comissões e conselhos pastorais pertinentes à atuação missionária da Igreja Católica.

Como premissa teológica, a Igreja Católica inaugura a teologia da libertação na década de 1960, que se materializou nos trabalhos educacionais desenvolvidos pelas comunidades eclesiais de base, uma vivência eclesial de suma importância para o contexto no qual a Igreja Católica estava inserida. Utilizando o método pedagógico do ver-julgar-agir, no paradigma teológico da libertação dos oprimidos, esta perspectiva progressista cristã culminou ainda no aprofundamento de suas ações em outras instituições pastorais vinculadas à CNBB, como por exemplo, o CIMI e a própria CPT, que foi fundada oficialmente

em junho de 1975 após uma série de denúncias feitas por D. Pedro Casaldáliga em sua carta pastoral, em 1971.

O contexto histórico que se passava no Brasil era a ditadura militar, portanto, a ausência de um estado democrático suprimia a liberdade das classes menos favorecidas, esbanjando o lado supressor aos camponeses e assalariados no campo. As CEBs, o CIMI, o CEAS e a CPT sofreram forte repressão do estado ditatorial militar, fazendo com que diversos padres, bispos e leigos fossem presos ou até mortos por sua atuação que a própria ditadura julgava subversiva.

Concomitante aos avanços progressistas proporcionados no campo religioso pelos documentos promulgados no Concílio Vaticano II, ocorria no Brasil o avanço das ondas pentecostais e seus desdobramentos. No meio rural somente a partir da terceira onda (1980) ficou perceptível a presença mais consistente das igrejas neopentecostais, esse processo tornou os assentamentos, que antes de 1980, havia uma presença em sua maioria de católicos, um processo gradual de mobilidade religiosa. A característica ecumênica da CPT permitiu que ela engendrasse outras teologias, como a teologia da esperança, presente no pentecostalismo. A terceira onda pentecostal representou a partir da década de 1980, um processo de expansão do pentecostalismo nos assentamentos e locais onde a CPT atua. A partir deste processo, a CPT engendrou em seus trabalhos e ações educacionais a perspectiva da teologia da esperança. Em suma, o pentecostalismo e a CPT somaram forças aos trabalhos desenvolvidos, atuando em vários aspectos de forma cooperativa.

REFERÊNCIAS

ALBERIGO, Giuseppe. **Breve História do Concílio Vaticano II**. Aparecida, SP: Santuário, 2006.

ALVES, Rubem. **A volta do sagrado: os caminhos da sociologia da religião no Brasil**. *Religião e Sociedade*, 1978.

ALVES, Rubem. **A theology of human hope**. 1°. ed. New York/Cleveland: Corpus Books, 1969.

ALVES, Rubem. **Religião e Repressão**. 1°. ed. Juiz de Fora: Siano, 2005.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: UNESP, 2004.

BASTOS, Fernanda Conceição de Souza. **Cultura, política e os fazeres da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. Orientador: Márcia Leitão Pinheiro. 2012. 166 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, 2012. Disponível em:
politica/wpcontent/uploads/sites/9/2013/03/disserta%C3%A7%C3%A3orevisada.pdf. Acesso em: 9 fev. 2023

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9°. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de Base**. 1°. ed. São Paulo-SP: Brasiliense, 1981.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres**. 1°. ed. Rio de Janeiro-RJ: Sextante, 2004.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é - O que não é**. 5°. ed. rev. e aum. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3°. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CNBB (Brasil). 52° Assembleia Geral. **A Igreja e a questão agrária brasileira no início do Século XXI**. 1°. ed. Aparecida, SP: Edições CNBB, 2014.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. **Carta Pastoral**, São Felix do Araguaia, p. 01-30, 10 out. 1971.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Goiânia - GO). **Histórico**. [S. l.], 5 fev. 2010. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/>. Acesso em: 31 jan. 2023

FERREIRA, Silvana Maria. Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). **Sacrilegens**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 01-16, 3 jan. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26250>. Acesso em: 9 fev. 2023.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Sí: Sobre os cuidados da casa comum**. 1°. ed. São Paulo-SP: Paulinas, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma: Vida pública e vida privada: Cultura, pensamento e mitologia, Amor e Sexualidade**. 5°. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GONÇALVES, Renato Luiz. **A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ:** Uma análise do assentamento Zumbi dos Palmares. Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. 2012. 136 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2012. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4168/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

KERTZER, David. **The Pope and Mussolini: The Secret History of Pius XI and the Rise of Fascism in Europe**. University Oxford, Nova York - EUA: Random House Trade, 2015.

KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. 1°. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1059>. Acesso em: 8 jan. 2024.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991**. 2°. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA (Roma). Concílio Vaticano II. **CONSTITUIÇÃO CONCILIAR SACROSANCTUM CONCILIUM: SOBRE A SAGRADA LITURGIA**. In: IGREJA CATÓLICA (Roma). **Documentos do Concílio Vaticano II**. Roma, 4 dez. 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html. Acesso em: 2 jan. 2024

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA (Roma). Concílio Vaticano II. **CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEN GENTIUM: SOBRE A IGREJA**. In: IGREJA CATÓLICA (Roma). **Documentos do Concílio Vaticano II**. [S. l.], 21 dez. 1964. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 2 jan. 2024.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA (Roma). Concílio Vaticano II. **Documentos do Concílio Vaticano II**. [S. l.], 8 dez. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 2 jan. 2024

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARIANO, Ricardo. Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil. 2001. **Tese (Doutorado)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. . Acesso em: 27 set. 2023.

MARIANO, Ricardo. SOCIOLOGIA DO CRESCIMENTO PENTECOSTAL NO BRASIL: UM BALANÇO. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 43, n. 119, p. 11, 2011. DOI: 10.20911/21768757v43n119p11/2011. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1028>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MARIANO, Ricardo. Os Neopentecostais e a Teologia da Prosperidade. **Novos Estudos**, [s.l.], v. 1, n. 44, p. 24-44, mar. 1996. Disponível em: <https://laboratorio1historiadaarte.files.wordpress.com/2017/09/neopentecostais-e-teologia-da-prosperidade-mariano.pdf>. Acesso em: 04/01/2024.

MARIANO, Ricardo. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião: REVER**, São Paulo, ed. 8, p. 68-95, 2008. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.htm. Acesso em: 29 dez. 2023.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 10-25, set. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000300010>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MÉRIDA, Vinícius Couzzi. O CONCÍLIO VATICANO II, DOM ANTÔNIO DE CASTRO MAYER E A DIOCESE DE CAMPOS: Resistência e Cisma. Orientador: José Adriano Filho. 2016. **Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões)** - Faculdade Unida, Vitória, 2016. Disponível em: <http://bdtd.fuv.edu.br:8080/jspui/handle/prefix/52>. Acesso em: 16 out. 2023.

MOLTMANN, Jurgen. **Teologia da Esperança: Estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã**. 1º. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

NELFELD, Paulo Murilo. Memória médica: a Gripe Espanhola de 1918. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, [s. l.], v. 52, n. 3, p. 213-217, 26 set. 2020. DOI 10.21877/2448-3877.202102105. Disponível em: <https://www.rbac.org.br/artigos/memoria-medica-gripe-espanhola-de->

pentecostalismo na Comunidade Matadouro. Orientador(a): Prof.^a Ludmila Gonçalves da Matta, D.Sc. 2021. 118 p. **Tese (Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade)** - Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2021.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e Cooperação nos assentamentos do MST**. Ponta Grossa-PR: UEPG, 2006.

SZULC, Tad. **João Paulo II: Biografia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.